



FESPSP
PROJETOS

**CONTRATO Nº 002/2023 - DL Nº S-454/2022 –
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 40.318/22**

**APOIO ÀS AÇÕES PARTICIPATIVAS PARA A MODERNIZAÇÃO E
REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO VOLTADO AO
PLANEJAMENTO URBANO E À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA.**

**3º RELATÓRIO DE ANDAMENTO E DE ENTREGA DA ETAPA 02 –
DIAGNÓSTICO: CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL
TÉCNICA E COMUNITÁRIA**

01 A 21 DE NOVEMBRO/2023

Contratante



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório

**CONTRATO Nº 002/2023 - DL Nº S-454/2022 –
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 40.318/22**

**APOIO ÀS AÇÕES PARTICIPATIVAS PARA A MODERNIZAÇÃO E REVISÃO DO PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO VOLTADO AO PLANEJAMENTO URBANO E À PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA.**

**RELATÓRIO DE ENTREGA DE PRODUTO
ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO: CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL
TÉCNICA E COMUNITÁRIA**

DE 01 A 21 DE NOVEMBRO/2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS	9
3. ETAPA 2 – CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL TÉCNICA E COMUNITÁRIA	24
3.1. DETALHAMENTO DAS PAUTAS E INSTRUMENTAIS PARA O LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES.	27
3.2. LEITURA TÉCNICA	32
3.2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	32
3.2.2 Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).....	35
3.2.3 Inserção Regional de Taboão da Serra.....	36
3.2.4 Características Demográficas	38
3.2.5 Aspectos do balanço do Plano Diretor atual (LC Nº 132/ 2006)	42
3.3. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	44
3.3.1 Regionalização do município de Taboão da Serra	44
3.3.2 Vulnerabilidade Social	46
3.3.3 Uso do Solo	49
3.3.4 Dinâmicas Atuais do Processo Imobiliário em Taboão da Serra	55
3.3.5 Equipamentos Públicos.....	64
3.3.6 Plano Diretor atual (LC Nº 132/ 2006) e questões relacionadas ao Eixo Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura	68
3.4. HABITAÇÃO	73
3.4.1 Habitação de Interesse Social, Precariedade Habitacional e ZEIS	75
3.4.2 Plano Diretor Atual (LC Nº 132/ 2006) e questões relacionadas ao Eixo Habitação	83
3.5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MOBILIDADE	83
3.5.1 Desenvolvimento Econômico e Empregos - Nota Metodológica	84
3.5.2 Produto Interno Bruto - PIB.....	84
3.5.3 Empregos	87
3.5.4 Desenvolvimento Econômico – Considerações	97
3.5.5 Mobilidade	98
3.6 MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E RISCO CLIMÁTICO	108
3.6.1 Cobertura Vegetal.....	108
3.6.2 Poluição Do Ar.....	111
3.6.3 Saneamento	112
3.6.4 Risco Ambiental, Hidrogeológico E Climático.....	115
3.7 LEITURA COMUNITÁRIA	118

3.7.1	Potencialidades em Taboão da Serra.....	118
3.7.2	Fragilidades em Taboão da Serra	120
4.	SÍNTESES DA LEITURA.....	124
4.1	PONTOS DE DESTAQUE DA LEITURA TÉCNICA:	124
4.2	PONTOS DE DESTAQUE DA LEITURA COMUNITÁRIA:.....	125
5.	REFERÊNCIAS	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reunião de Alinhamento – 01/11/2023	9
Figura 2 - Divulgação da Caravana veiculada em redes sociais.....	10
Figura 3 - Divulgação da Caravana veiculada em redes sociais.....	11
Figura 4 - Registro da Caravana - 11/11/2023	11
Figura 5 - Registro da Caravana - 11/11/2023	12
Figura 6 - Registro da Caravana - 11/11/2023	12
Figura 7 - Registro da Caravana - 11/11/2023	13
Figura 8 - Registro da Caravana - 11/11/2023	13
Figura 9 - Registro da Caravana - 11/11/2023	14
Figura 10 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023.....	15
Figura 11 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023.....	15
Figura 12 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023.....	16
Figura 13 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023.....	16
Figura 14 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023.....	17
Figura 15 - Lista de presença - 16/11/2023.....	17
Figura 16 - Lista de presença - 16/11/2023.....	18
Figura 17 - Lista de presença - 16/11/2023.....	18
Figura 18 - Lista de presença - 16/11/2023.....	19
Figura 19 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 17/11/2023.....	19
Figura 20 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 17/11/2023.....	20
Figura 21 - Lista de presença - 17/11/2023.....	20
Figura 22 - Lista de presença - 17/11/2023.....	21
Figura 23 - Registro da reunião com o Grupo Gestor para apresentação da primeira versão do Diagnóstico (Caracterização Municipal) - 21/11/2023	22
Figura 24 - Registro da reunião com o Grupo Gestor para apresentação da primeira versão do Diagnóstico (Caracterização Municipal) - 21/11/2023	22
Figura 25 - Registro da reunião com o Grupo Gestor para apresentação da primeira versão do Diagnóstico (Caracterização Municipal) - 21/11/2023	23
Figura 26 - Registro da reunião com o Grupo Gestor para apresentação da primeira versão do Diagnóstico (Caracterização Municipal) - 21/11/2023	23
Figura 27 - Lista de presença - 21/11/2023.....	24
Figura 28 - Lista de presença - 21/11/2023.....	24
Figura 29 - Etapas previstas para a elaboração da revisão do plano diretor participativo do município de Taboão da Serra.	25
Figura 30- Alinhamento das metas ODS com o PPA municipal.....	33

Figura 31 - Diretrizes ZEE - SP	36
Figura 32 - Divisão Sub-regional da RMSP	37
Figura 33 - Vista de Taboão da Serra a partir da Arena Multiuso	39
Figura 34 - Distribuição dos alvarás emitidos entre 2018 e 2023, por ano (proporção)	61
Figura 35 - Distribuição do montante (valores absolutos) de alvarás para cada um dos setores do orçamento participativo para o período de 2018 a 2023, por tipo de uso e ano.....	62
Figura 36 - Distribuição das proporções (valores relativos) de alvarás, para cada um dos setores do orçamento participativo para o período de 2018 a 2023, por tipo de uso e ano.....	63
Figura 37 - ELEA - Escola Livre de Educação Ambiental e Viveiro Municipal de Taboão da Serra	65
Figura 38 - Arena Multiuso de Taboão da Serra.....	65
Figura 39 - Sobre Áreas Homogêneas - Mapa 1	68
Figura 40 - Plano Diretor LC Nº 132/ 2006 - Mapa 1 - Legenda	68
Figura 41 - Plano Diretor LC Nº 132/ 2006 - Mapa 1	68
Figura 42 - Plano Diretor LC Nº 132/ 2006 - Mapa 6	70
Figura 43 - Plano Diretor LC Nº 361/ 2019 - Mapa 6	71
Figura 44 - Sobre Centralidades	72
Figura 45 - Sobre instrumentos indutores do uso da propriedade	72
Figura 46 - Sobre indutores do desenvolvimento urbano	73
Figura 47 - Sobre Programa de Gestão Integrada de Inclusão Social em Assentamentos Precários	83
Figura 48 - Evolução do PIB em índice (2002 = 100)	85
Figura 49 - PIB per capita dos municípios selecionados (2022)	86
Figura 50 - Participação da Indústria no PIB (2022)	87
Figura 51 - Número de empregos formais em Taboão da Serra.....	88
Figura 52 - Taxa de variação do número de empregos formais entre 2013 e 2021 para municípios selecionados.....	88
Figura 53 - Variação percentual do número de empregos formais entre 2013 e 2021 por setor da economia no município de Taboão da Serra	89
Figura 54 - Participação dos Setores Econômicos no Total de Empregos Formais – Taboão da Serra (2014, 2021).....	90
Figura 55 - Participação da Indústria no total de empregos formais em 2014	91
Figura 56 - Participação da Indústria no total de empregos formais em 2021	91
Figura 57 - Participação da Construção Civil no total de empregos formais em 2014	92
Figura 58 - Participação da Construção Civil no total de empregos formais em 2021.	92
Figura 59 - Participação do Comércio no total de empregos formais em 2014.....	93
Figura 60 - Participação do Comércio no total de empregos formais em 2021	93

Figura 61 - Participação dos Serviços no total de empregos formais em 2014.....	94
Figura 62 - Participação dos Serviços no total de empregos formais em 2021.....	94
Figura 63 - Zonas ODs definidas para o município de Taboão da Serra (em amarelo) - sobrepostas aos setores do Orçamento Participativo.....	101
Figura 64 - Viagens Produzidas por modo principal para cada OD de Taboão da Serra.....	102
Figura 65 - Total de Viagens Produzidas	102
Figura 66 - Viagens Produzidas por Motivo.....	103
Figura 67 – Ciclovias Previstas – PD – LC N° 132/2006 – Mapa 4.....	105
Figura 68 - Cobertura Vegetal por Município.....	108
Figura 69 - Sistema de Áreas Verdes - PD - LC N° 132/2006 - Mapa 5.....	109
Figura 70 - Áreas Verdes	110
Figura 71 - Comparação entre os municípios - condição do ar	111
Figura 72 - Água e esgoto.....	112
Figura 73 - Mapa da Rede de distribuição de água, 2020	113
Figura 74 - Mapa da Rede coletora de esgoto.....	113
Figura 75 - Resíduos Sólidos	114
Figura 76 - Drenagem Urbana	115
Figura 77 - Mapa ilustrativo a respeito da densidade de ocorrências de eventos hidrológicos entre 2016 e 2023, com relevo sombreado ao fundo. Sem escala.....	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) - Taboão da Serra e municípios das Sub-regiões Sudoeste e Sudeste da RMSP: 2000/2010; 2010/2022	39
Gráfico 2 - Evolução da População do município de Taboão da Serra.....	40
Gráfico 3 - Pirâmide Etária	41
Gráfico 4 - Distribuição da população em relação à raça /cor	41
Gráfico 5 - número de alvarás emitidos a partir de 2018, por ano	58
Gráfico 6 - Distribuição da emissão de alvarás para cada um dos setores do orçamento participativo entre 2018 e 2023	59
Gráfico 7 - Taxa geométrica anual de crescimento do número de domicílios - 2010 – 2022	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura do Plano Diretor	42
Tabela 2 - Correspondência entre classes e usos originais (previstos nas camadas de zoneamento e IPTU) e reclassificação proposta.	51
Tabela 3 - Tipos de alvarás classificados excluídos da base de análise	55
Tabela 4 - Alvarás com dois ou mais registros (duplicados).....	56
Tabela 5 - Número de alvarás emitidos a partir de 2018, por ano	57
Tabela 6 - Distribuição da emissão de alvarás por setor do orçamento participativo e ano (1964 a 2023).....	59
Tabela 7 - Número de alvarás emitidos de acordo com o uso para o período de 2018 a 2023, por ano.....	60
Tabela 8 - Evolução do número de domicílios por espécie de domicílio.....	74
Tabela 9 - Necessidade de novas unidades habitacionais	75
Tabela 10 - Assentamentos precários.....	76
Tabela 11 - Remuneração Real Média por Setores em Taboão da Serra em 2014 e 2021 e sua variação percentual.....	95
Tabela 12 - Salários Reais Médios nos municípios selecionados em 2014 e 2021 e sua variação percentual.....	96
Tabela 13 – Classificação do Sistema Viário.....	103

1. INTRODUÇÃO

Este relatório descreve ações e atividades realizadas durante a Etapa 2 - “Caracterização Municipal Técnica e Comunitária”, de acordo com o previsto no Termo de Referência relacionado ao CONTRATO Nº 002/2023 - DL Nº S-454/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 40.318/22 que rege os serviços de apoio às ações participativas para a modernização e revisão do plano diretor participativo voltado ao planejamento urbano e à promoção do desenvolvimento urbano do município de Taboão da Serra, contrato este firmado entre a Prefeitura de Municipal de Taboão da Serra e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). As atividades aqui relatadas foram realizadas entre 01/11/2023 e 21/11/2023. Neste relatório apresenta-se a Etapa 2 – “Caracterização Municipal Técnica e Comunitária” com a execução das seguintes atividades previstas:

- a) Prospecção, levantamento, organização e leitura técnica de dados municipais e regionais;
- b) Levantamento e leitura técnica de outros estudos, planos, projetos e políticas setoriais vigentes;
- c) Avaliação do grau de implementação do Plano Diretor Participativo, parâmetros do uso do solo;
- d) Identificação das condicionantes físico ambientais, territoriais, demográficas, sociais e econômicas para a política urbana do município de Taboão da Serra;
- e) Complementação da base cartográfica georreferenciada do município com os principais elementos territoriais identificados nesta etapa;
- f) Indicação de dados relevantes a serem levantados e cruzados;
- g) Avaliação da inserção do Município de Taboão da Serra no contexto do PDUI, ZEE, Política Climática Estadual, interpretação da condição municipal em relação aos desafios da RMSP;
- h) Análise dos principais desafios de implementação e aplicação dos instrumentos do Plano Diretor, a partir de avaliação com corpo técnico do município em três oficinas com equipes técnicas pertinentes;
- i) Avaliação dos indicadores ODS no município, a partir da análise socioeconômica e territorial realizada pela equipe da FESPSP e do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (do Instituto Cidades Sustentáveis);
- j) Indicação de bases relevantes a serem mapeadas;
- k) Montagem de base de diagnóstico para consolidação a partir das contribuições resultantes do processo participativo durante a Etapa 3;

l) Realização de consultas públicas para coleta de percepção da sociedade civil. Prevê o envolvimento do Conselho Municipal - CMDU e 5 reuniões com representatividade de 5 segmentos econômicos do município.

2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

No período entre 01/11/2023 e 21/11/2023 a equipe da FESPSP concentrou esforços na realização de atividades conforme detalhado no Plano de Trabalho. A seguir, descreve-se as atividades no período:

Data: 01/11/2023

Local: Reunião Virtual.

Pauta: Reunião de alinhamento sobre o desenvolvimento da Etapa 2.

Participantes: Matheus Graciosi (PMTS); Paulo Silvino Ribeiro (FESPSP); Pedro Suarez (FESPSP); Ivan Maglio (FESPSP), Felipe Dias (FESPSP); e Rafael Diniz (FESPSP).

Figura 1 - Reunião de Alinhamento – 01/11/2023



Fonte: FESPSP.

Data: 11/11/2023

Local: Caravana de Revisão do Plano Diretor Participativo: “Vamos planejar a cidade que queremos” – Concentração/Saída: Campo dos Santos (Mituzi) – Pirajuçara – Taboão da Serra.

Pauta: Caravana com técnicos municipais, equipe técnica da FESPSP e sociedade civil. A participação do evento foi aberta ao público.

Participantes: Nilcio Dias (PMTS); Lucas Ferreira (PMTS); Matheus Graciosi (PMTS); Paulo Silvino Ribeiro (FESPSP); Roberto Alonso (FESPSP); Pedro Suarez (FESPSP); Elmo Rodrigues (FESPSP); Danilo Sertório (FESPSP); Thiago Jacovine (FESPSP); e dezenas de populares, representantes de conselhos municipais, servidores e representantes do Grupo Gestor.

Figura 2 - Divulgação da Caravana veiculada em redes sociais



Fonte: FESPSP.

Figura 3 - Divulgação da Caravana veiculada em redes sociais



Fonte: FESPSP.

Figura 4 - Registro da Caravana - 11/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 5 - Registro da Caravana - 11/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 6 - Registro da Caravana - 11/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 7 - Registro da Caravana - 11/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 8 - Registro da Caravana - 11/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 9 - Registro da Caravana - 11/11/2023



Fonte: FESPSP.

Data: 16/11/2023

Local: ELEA - Escola Livre de Educação Ambiental e Viveiro Municipal de Taboão da Serra.

Pauta: Oficinas (manhã e tarde) com técnicos da municipalidade, lotados no Departamento de Meio Ambiente, e Aprovação e Controle;

Participantes: Lucas Ferreira (PMTS); Matheus Graciosi (PMTS); Pedro Suarez (FESPSP); Elmo Rodrigues (FESPSP); Danilo Sertório (FESPSP); Thiago Jacovine (FESPSP); Felipe Dias (FESPSP) e demais servidores conforme lista consta na lista de presença.

Figura 10 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023



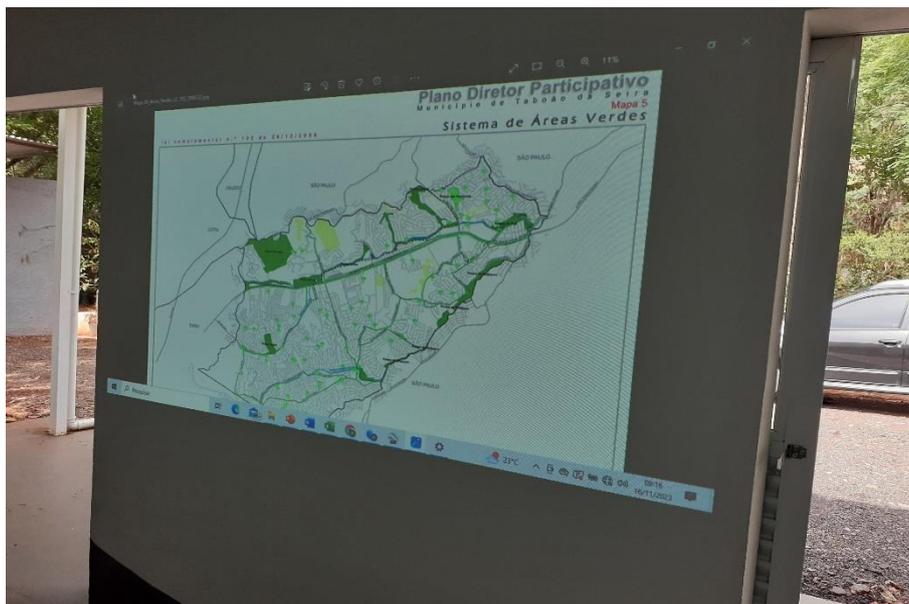
Fonte: FESPSP.

Figura 11 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 12 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 13 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 14 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 16/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 15 - Lista de presença - 16/11/2023



Revisão do Plano Diretor - Diagnóstico Meio Ambiente
 LOCAL: Escola Livre de Meio Ambiente 19:00h DATA: 16/11/23

NOME	SECRETARIA / DEPTO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
André C. Muscat	SOBMA - Subsecretaria MA	Andre.muscat@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	(11) 992144843
M. de Lencastre	SOBMA - Depto MA	m.dele@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	(11) 4738-5433
Deise Brumatti	SOBMA - SOBMA	deise.brumatti@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	98389-8511
Dominio Selenio	FESPSP	dselebio@fesp.org.br	
Felipe DIMA	FESP	Felipe.dima@gmail.com	(11) 96566-6669
Pedro Soares	FESP	PedroSMSOARES@gmail.com	(11) 98117-6745
Dani F. Dam	SUBMA / SOBMA	dani@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	(11) 987550276
Cintia CS Mayer	SUBMA / METODIA / BNTS	cintia.mayer@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	4788-5496
Thodoris Farias de Souza		thodoris@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	4788-5493
Luca FERREIRA	SOBMA - DEURB	luca.ferreira@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	98578-6353
Mathew Grazieli Vinto	SOBMA - DEURB	mathew.grazieli@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	98809-9812
Mindy Silva de Oliveira	SOBMA - DEURB	mindy.oliveira@bomdesenvolvimento.sp.gov.br	98306-0008

11 9125-7800
Flamengo 902927 a 9148

projetos@bomdesenvolvimento.sp.gov.br
www.fesp.org.br

Plano General Jardim, 522
Vila Ekazary de São Paulo - SP
CEP: 03325-000

Fonte: FESPSP.



Figura 16 - Lista de presença - 16/11/2023

LOCAL: Revisão do Plano Diretor - Sistemas Veículos
Escola Livre de Meio Ambiente 79:00h DATA: 16/11/23

NOME	SECRETARIA / DEPTO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Beatriz Juliana Pereira	SDUHMA - Depto. Meio A.	beatriz_wilson@fesp.gov.br	99 858 8628
Arnaldo Carlos Pires Flores	SDUHMA - JPMAR. Meio A.	MuriloCamicas@email.com	(11) 992541225
Rosalme Pereira dos Santos	SDUHMA - Subsecretaria de M. Ambiente	RosalmePereira@fesp.gov.br	(11) 966 33 89 01
Marcos Rebeiro da Costa	SDUHMA - Subsecretaria de M. Ambiente	marcosrc@fesp.gov.br	(11) 968 34 91 69
Helena Maria Oliveira	SDUHMA - DEPART. Meio A.		(11) 916 90 19 19
Diego Murilo de Souza	SDUHMA - Subsecretaria de M. Ambiente	DiegoMurilo@fesp.gov.br	(11) 943 52 07 28
ROBERTO PEIS	SDUHMA	Roberto@fesp.gov.br	(11) 970 52 91 11

11 3233 7800
Ramais: 923/927 e 948

projetos@fesp.gov.br
www.fesp.gov.br

Rua General Jardim, 522
Vila Duque de Caxias - São Paulo - SP
CEP: 05523-000

Fonte: FESPSP.

Figura 17 - Lista de presença - 16/11/2023

LOCAL: APROVAÇÃO E Controle DATA: 16/11/23

NOME	SECRETARIA / DEPTO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Maurício Roberto Gomes	SDUHMA	mauricio.gomes@fesp.gov.br	93467777
ANTONIO C.S. MARGUEES	SDUHMA	antonio.c.s.marguees@fesp.gov.br	95727 7897
Elaine C. de Souza Alves	SDUHMA / Aprovaç	ELAINE.ALVES@fesp.gov.br	98612 7101
Richard Christian Thiesen Witzgall	SDUHMA / Aprovaç	richardc.thiesen@fesp.gov.br	(11) 938 5287 / (11) 99394 9310
Leandro de Lourenço Saldani	SDUHMA / Aprovaç	leandro.saldani@fesp.gov.br	998189665
Maryann Souza Sota M	SDUHMA / Fiscalização	maryannsotasota@fesp.gov.br	96688 7598
WILSON J. CONTINHO F	SDUHMA / Gerenciamento	wilson.contincho@fesp.gov.br	98619 3858
CRISTIANE H. SANTANA COSTA	SDUHMA / Apoio. Projetos	cristiane.santana@fesp.gov.br	4788 5387 (com)
LUIZ DE AMONICA MENES	SDUHMA / Apoio. Projetos	luiz.menes@fesp.gov.br	4788 5387
Elton R. Pereira	FESPSP	erodrigues@fesp.gov.br	11-986817912
Matheus Graciosi Pinto	SDUHMA	matheus.graciosi@fesp.gov.br	11 988099812
Daniilo Madrugal	FESPSP	dsenturio@fesp.gov.br	

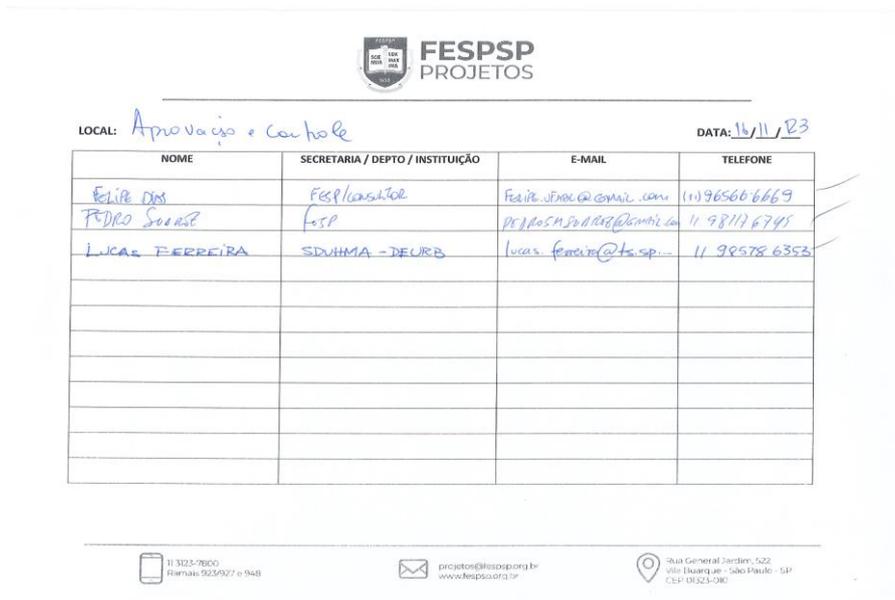
11 3233 7800
Ramais: 923/927 e 948

projetos@fesp.gov.br
www.fesp.gov.br

Rua General Jardim, 522
Vila Duque de Caxias - São Paulo - SP
CEP: 05523-000

Fonte: FESPSP.

Figura 18 - Lista de presença - 16/11/2023



LOCAL: *Aprovação e Catechese* DATA: *16/11/23*

NOME	SECRETARIA / DEPTO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
<i>Felipe Dias</i>	<i>FESP/assessor</i>	<i>Felipe.dias@comil.com</i>	<i>(11) 96566-6669</i>
<i>Pedro Suarez</i>	<i>FOSP</i>	<i>pedrosuarez@comil.com</i>	<i>11 98117 6745</i>
<i>Lucas FERREIRA</i>	<i>SDUHMA - DEURB</i>	<i>lucas.ferreira@ts.sp...</i>	<i>11 92578 6353</i>

 11 3125-7800
 Ramais: 923/927 e 948

 projetos@fespssp.org.br
 www.fespssp.org.br

 Rua General Jardim, 522
 Vila Duque de Caxias - São Paulo - SP
 CEP: 05223-080

Fonte: FESPSP.

Data: 17/11/2023

Local: ELEA - Escola Livre de Educação Ambiental e Viveiro Municipal de Taboão da Serra.

Pauta: Oficina com técnicos da municipalidade lotados no Departamento de Habitação;

Participantes: Lucas Ferreira (PMTS); Paulo Silvino Ribeiro (FESPSP); Pedro Suarez (FESPSP); Elmo Rodrigues (FESPSP); Danilo Sertório (FESPSP); Thiago Jacovine (FESPSP); Felipe Dias (FESPSP) e demais servidores conforme lista consta na lista de presença.

Figura 19 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 17/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 20 - Registro da oficina com técnicos da municipalidade - 17/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 21 - Lista de presença - 17/11/2023

FESPSP PROJÉTOS

LOCAL: HABITAGÃO DATA: 17/11/23

NOME	SECRETARIA / DEPTO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Marcelo Costa	Urbanização	marcelo.costa@ta.sp.gov.br	11 9480-5856
Stefany S. Assunção	SDUHMA	stefany.assuncao@ta.sp.gov.br	11 971053502
Brayana Casarotto	SDUHMA	brayana@ta.sp.gov.br	11-999436566
Juliana Pereira	urbanização	juliana.pereira@ta.sp.gov.br	11-93635513
Vanessa dos Santos	urbanização	vanessa@ta.sp.gov.br	11-96734-7235
Maria de Fátima Faleiro	SDUHMA	maria.faleiro@ta.sp.gov.br	11 998877120
João Paulo de Toledo	SDUHMA	joao@ta.sp.gov.br	11 99659504
Kelly Pagamentosa dos Santos	SDUHMA	kelly.pagamentosa@ta.sp.gov.br	11 4788-5456
Gresseli Azeiteiro	SDUHMA	gresseli.azeiteiro@ta.sp.gov.br	4782-5456
Rosângela Santana Havel	SDUHMA / DEMOB	rosangelasantana@ta.sp.gov.br	11 91217-1820
Lucas P. do Carmo	SDUHMA /	lucas.pedro@ta.sp.gov.br	11 98168807
Márcia Bernini	SDUHMA /	marcia.bernini@ta.sp.gov.br	11 97131011

 11 3033-7900 |  planejamento@ta.sp.gov.br |  Rua Capim da Jandira, 502 - Vila Capim - São Paulo - SP - CEP: 05215-000

Fonte: FESPSP.

Figura 22 - Lista de presença - 17/11/2023



LOCAL: HABITACÃO DATA: 17/11/23

NOME	SECRETARIA / DEPTO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Cleide A. Silva	SEHAB / Reg. Fundiária	Cleide.silva@Taboão da Serra.SP.gov.br	38438-3812
Adriano Faria	SEHAB / GABINETE	ADRIANO.FARIA@TABOÃO DA SERRA.SP.GOV.BR	4788-5688
Roberto Alonso	11 / RAJ	Roberto.Alonso@TS	95234638
Matheus Graciosi	SEHAB / REG. FUND	matheus.graciosi@TS.Taboão da Serra.SP	(11) 99151-1763
João Augusto da Fonseca	SOUHMA/HABITACAO	Joao.fonseca@ts.sp.gov.br	(11) 784134202

 11 3123-7800
 Ramais 923927 e 948

 projetos@fesp.org.br
 www.fesp.org.br

 Rua General Jardim, 522
 Vila Buarque - São Paulo - SP
 CEP 01523-010

Fonte: FESPSP.

Data: 21/11/2023

Local: ELEA - Escola Livre de Educação Ambiental e Viveiro Municipal de Taboão da Serra

Pauta: Apresentação da primeira versão do diagnóstico (Caracterização Municipal) e validação dos dados para realização das oficinas com segmentos da sociedade em 22 e 23 de novembro.

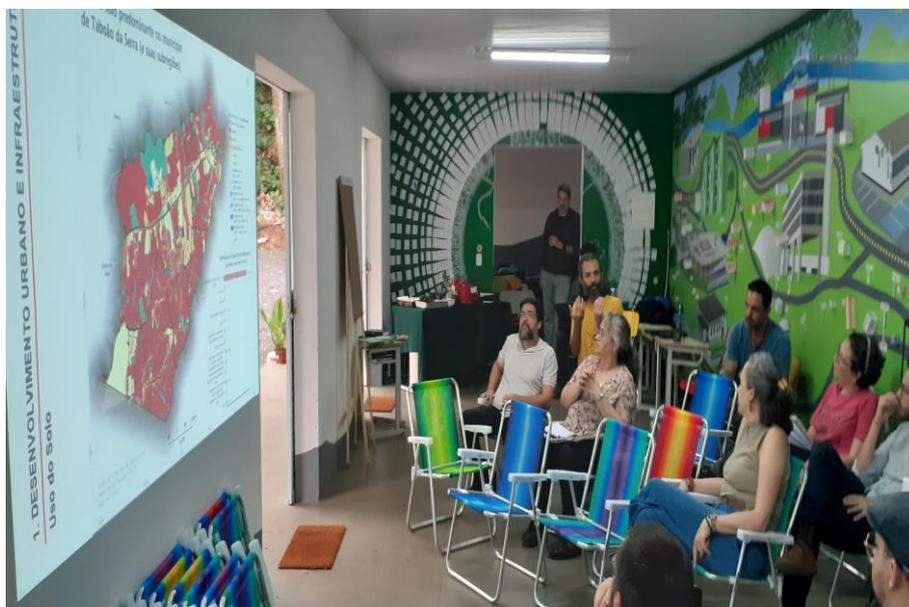
Participantes: Lucas Ferreira (PMTS); Matheus Graciosi (PMTS); Paulo Silvino Ribeiro (FESPSP); Roberto Alonso (FESPSP); Pedro Suarez (FESPSP); Elmo Rodrigues (FESPSP); Danilo Sertório (FESPSP); Thiago Jacovine (FESPSP); Felipe Dias (FESPSP) e servidores e representantes do Grupo Gestor, conforme consta na lista de presença.

Figura 23 - Registro da reunião com o Grupo Gestor para apresentação da primeira versão do Diagnóstico (Caracterização Municipal) - 21/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 24 - Registro da reunião com o Grupo Gestor para apresentação da primeira versão do Diagnóstico (Caracterização Municipal) - 21/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 25 - Registro da reunião com o Grupo Gestor para apresentação da primeira versão do Diagnóstico (Caracterização Municipal) - 21/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 26 - Registro da reunião com o Grupo Gestor para apresentação da primeira versão do Diagnóstico (Caracterização Municipal) - 21/11/2023



Fonte: FESPSP.

Figura 27 - Lista de presença - 21/11/2023



LOCAL: *Reunião com grupo Gestor* DATA: *21/11/23*

NOME	SECRETARIA / DEPTO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
<i>Elmo R Pereira</i>	<i>FESPSP</i>	<i>emodrigues@fesp.org.br</i>	<i>11 986047992</i>
<i>Paulo S. Ribeiro</i>	<i>FESPSP</i>	<i>psribeiro@fesp.org.br</i>	<i>11 972162551</i>
<i>Roberto Alencar</i>	<i>FESPSP</i>	<i>roberto.alencar@fesp.org.br</i>	<i>11 978342184</i>
<i>Thays Cordeiro Jacovine</i>	<i>Grupo Plano Diretor</i>	<i>jacovine@yhuoo.com.br</i>	<i>(11) 987182783</i>
<i>Fátima Colimbuza</i>	<i>SEHAB</i>	<i>FAS-CON23@GMAIL.COM</i>	<i>(11) 9607832803</i>
<i>Cintia CS Mayer</i>	<i>SEHAB/MEIO AMBIENTE /AMIS</i>	<i>cintia.mayer@hbsadivma.sp.gov.br</i>	<i>4988-6436</i>
<i>Lucas FERREIRA</i>	<i>SDUHMA - DEURB</i>	<i>lucas.ferreira@ts...</i>	<i>(11) 955746353</i>
<i>Ruth C. Ferelet de Campos</i>	<i>M. Desenvolvimento</i>	<i>ruth.campos@tsprojeto</i>	<i>11 919750276</i>
<i>Rosângela Santana Macedo</i>	<i>SDUHMA / DEHAB</i>	<i>rosangela.macedo@ts.sp.gov.br</i>	<i>(11) 91212-1868</i>
<i>Martina Giacini Pinto</i>	<i>SDUHMA / DEURB</i>	<i>martina.giacini@ts.sp.gov.br</i>	<i>(11) 98809-9812</i>
<i>Daniela M. Sotomaior</i>	<i>FESPSP - Projetos</i>	<i>daniela@tsprojeto.com</i>	<i>11 95791-31647</i>
<i>Felipe DUTRA DIAS</i>	<i>FESPSP - CONSULTOR</i>	<i>FELIPE_VAPORCA@GMAIL.COM</i>	<i>(11) 96566-6669</i>

11 3123-7800
Ramais 923927 e 948

projetos@fesp.org.br
www.fesp.org.br

Rua General Jardim, 522
Vila Guaranque - São Paulo - SP
CEP 01523-010

Fonte: FESPSP.

Figura 28 - Lista de presença - 21/11/2023



LOCAL: *Reunião com grupo Gestor* DATA: *21/11/23*

NOME	SECRETARIA / DEPTO / INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
<i>Priscila Sampaio</i>	<i>FESP</i>	<i>priscila.sampaio@tsprojeto</i>	<i>11 981776765</i>
<i>Paola Carolina Thomaz de Aguiar</i>	<i>Dep. Administração - SDUHMA</i>	<i>paola.carolina@tsprojeto.com.br</i>	<i>(11) 9188-3337</i>

11 3123-7800
Ramais 923927 e 948

projetos@fesp.org.br
www.fesp.org.br

Rua General Jardim, 522
Vila Guaranque - São Paulo - SP
CEP 01523-010

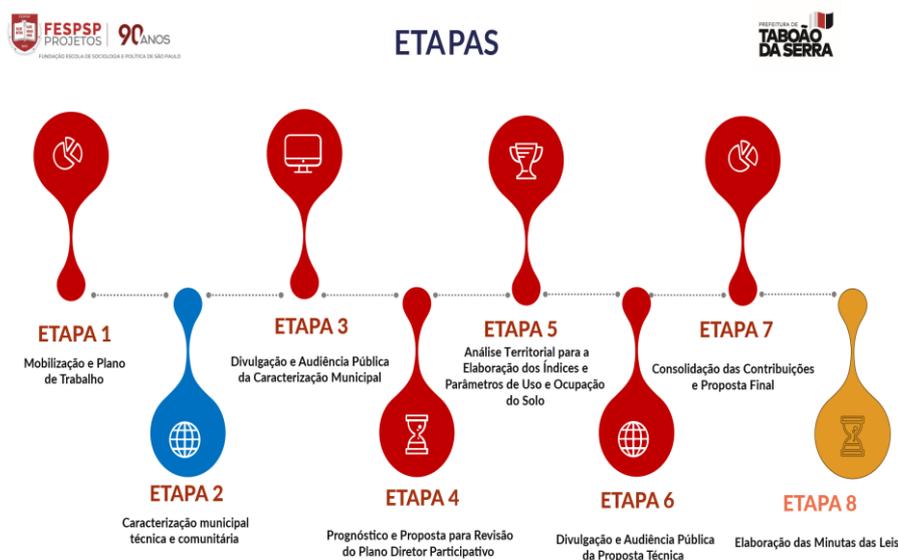
Fonte: FESPSP.

3. ETAPA 2 – CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL TÉCNICA E COMUNITÁRIA

Apresentam-se, a seguir, as linhas gerais do processo de elaboração da Etapa 2 – Caracterização Municipal Técnica e Comunitária, de acordo com o previsto no Plano de Trabalho que

baliza os serviços de apoio às ações participativas para a revisão do Plano Diretor Participativo. Voltado ao planejamento urbano e à promoção do desenvolvimento urbano do município de Taboão da Serra, a execução da revisão do plano diretor é constituída por 8 etapas, como mostra a figura 29, a seguir:

Figura 29 - Etapas previstas para a elaboração da revisão do plano diretor participativo do município de Taboão da Serra.



Fonte: FESPSP.

O Plano Diretor representa um instrumento vital para a orientação do desenvolvimento urbano de maneira sustentável. Sua eficácia, no entanto, está intrinsecamente ligada a um diagnóstico (social) abrangente, capaz de compreender as dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e territoriais existentes, sobretudo da perspectiva das potencialidades e fragilidades. Para isso, foram propostos quatro eixos ou grupos: mobilidade e desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano, habitação e meio ambiente.

Ao se concentrar nos aspectos de mobilidade e desenvolvimento econômico, o diagnóstico social permitiu uma análise das infraestruturas de transporte, acessibilidade e das oportunidades econômicas disponíveis. Identificar áreas de congestionamento, carências de transporte público e potenciais zonas de desenvolvimento econômico impulsiona a formulação de estratégias específicas para otimizar a mobilidade e fomentar o crescimento econômico.

No âmbito do desenvolvimento urbano, o diagnóstico social destaca a importância de mapear áreas propícias para expansão e maior adensamento e aproveitamento urbano, revitalização, proteção e conservação do meio ambiente. A análise detalhada das características urbanas,

como uso do solo e infraestruturas existentes, permite a identificação de áreas potenciais para adensamento populacional e a criação de espaços urbanos sustentáveis.

No eixo da habitação buscou-se compreender as condições habitacionais, a distribuição de moradias e as demandas habitacionais específicas de diferentes grupos sociais. Identificar áreas com déficit habitacional, necessidades de regularização fundiária e potencial para novos projetos habitacionais é fator essencial para orientar políticas públicas socialmente inclusivas e eficazes.

O meio ambiente, como quarto eixo, é igualmente crucial. O diagnóstico, ao analisar questões ambientais, possibilita a identificação de áreas de preservação, potenciais riscos ambientais, áreas de risco de escorregamento e inundação, e a necessidade de práticas sustentáveis. Com isso, permite-se a integração de estratégias e ações de conservação ambiental com o planejamento urbano, garantindo a preservação e o uso adequado (quando for o caso) dos recursos naturais.

Definidos os quatro grandes eixos, foram identificadas as potencialidades e fragilidades existentes para cada um deles. Tal opção, note-se, não apenas informa a elaboração do PDM, mas também fornece subsídios valiosos para a tomada de decisões estratégicas. Além disso, ao envolver a comunidade nesse processo desde o início, o Plano Diretor torna-se mais inclusivo e alinhado com as reais necessidades e aspirações da população, consolidando-se como um instrumento eficaz para o desenvolvimento urbano sustentável e equitativo.

Neste sentido, priorizando a natureza participativa do processo de Revisão do Plano Diretor de Taboão da Serra, entre os dias 19/10/2023 e 21/11/2023 foram realizadas reuniões e oficinas, tanto com os setores técnicos da municipalidade como com representantes de cinco (5) segmentos considerados chaves. Vale destacar que o acompanhamento da 5ª Conferência da Cidade de Taboão da Serra pela equipe técnica da FESPSP foi sobremaneira relevante para auxiliar no desenho dos instrumentos de pesquisa e levantamento de dados (primários e secundários) nesta fase de caracterização municipal, dado que as discussões que se desenrolaram naquela oportunidade trouxeram luz, e assim contribuíram, para o debate sobre demandas e temas centrais que devem ser considerados na agenda pública da Revisão do Plano Diretor. As atividades realizadas foram:

- **19/10/2023 (manhã e tarde)** – Oficinas com técnicos da municipalidade lotados na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente; Secretarias de Cultura e Turismo; Governo; Assuntos Jurídico; Procuradoria Geral; Transportes e Mobilidade Urbana; Educação; Comunicação; Assistência Social; e, Gestão Estratégica.
- **23/10/2023** – Oficina com representantes de Sindicatos;
- **24/10/2023** – Oficina com representantes de Conselhos Municipais;
- **25/10/2023** – Oficina com representantes de Entidades Educacionais;
- **26/10/2023** – Oficina com representantes dos Movimentos Sociais

- **27/10/2023** – Oficina com representantes do Setor Empresarial;
- **30/10/2023** – Reunião para balanço geral com a equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente sobre as oficinas de 23 a 27 de outubro.
- **16/11/2023 (manhã e tarde)** – Oficina com técnicos da municipalidade lotados no Departamento de Meio Ambiente e Aprovação e Controle;
- **17/11/2023** – Oficina com técnicos da municipalidade lotados no Departamento de Habitação;
- **21/11/2023** – Apresentação da versão preliminar do Diagnóstico (Caracterização Municipal) para o Grupo Gestor.

Os registros fotográficos e as listas de presença de todos estes encontros foram apresentados tanto no Relatório de Andamento enviado em 28/11/2023 (por meio eletrônico, com posterior entrega de cópia impressa, quando se registra as atividades de 05 a 30 de outubro) como no item “Descrição das Atividades Realizadas (onde estão listadas as atividades de 01 a 21 de novembro).

3.1. DETALHAMENTO DAS PAUTAS E INSTRUMENTAIS PARA O LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES.

O processo de elaboração da ***Etapas 2 – Caracterização Municipal Técnica e Comunitária*** foi iniciado a partir das oficinas com técnicos da municipalidade em 19/10/2023. Realizadas em dois períodos, no período da manhã o encontro teve como público-alvo representantes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente. O registro da realização destas oficinas já foi apresentado no Relatório de Andamento enviado em 28 de novembro de 2023. Nestas oficinas os assuntos tratados foram:

- Breve panorama geral do PD – estrutura, princípios e mapas base –, destacando-se temas ausentes;

Política de desenvolvimento urbano, com destaque para as seguintes políticas:

- Política municipal para a Habitação;
- Política municipal para o Meio Ambiente e Saneamento;
- Política municipal para as Áreas Verdes.
- Programas de gestão integrada, verificando-se as ações implementadas e não implementadas. Aqui, foram considerados os seguintes programas:
 - Programa de Gestão Integrada de Drenagem e Recuperação de Fundos de Vale;

- Programa de Gestão Integrada de Implantação do Sistema de Áreas Verdes;
- Programa de Gestão Integrada de Inclusão Social em Assentamentos Precários.
- Estratégias de estruturação urbana e ordenação do território, a partir dos temas:
 - Meio Ambiente, Saneamento e Drenagem;
 - Habitação e Inclusão Social.
 - Inserção do tema da adaptação e mitigação às mudanças climáticas
- Instrumentos e aplicação do PD:
 - I - Instrumentos indutores do uso social da propriedade:
 - a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios;
 - b) Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo;
 - c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
 - d) Direito de Preempção.
 - II - Instrumentos indutores do desenvolvimento urbano:
 - a) Outorga Onerosa do Direito de Construir;
 - b) Transferência de Potencial Construtivo.
 - III - Dos instrumentos de regulação urbanística e edilícia:
 - a) Disciplina de uso e ocupação do solo;
 - b) Disciplina de parcelamento do solo;
 - c) Código de Obras;
 - d) Lei de Habitação de Interesse Social;
 - e) Código de Posturas.
 - IV - Instrumentos de regularização fundiária:
 - a) Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;
 - b) Concessão de Direito Real de Uso;
 - c) Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia;
 - d) Usucapião Especial Urbana;
 - e) Assistência técnica e jurídica gratuita;
 - f) Doação para fins de regularização fundiária de interesse social às famílias beneficiárias, com os mesmos critérios da Medida Provisória 2.220/2001 (Redação dada pela Lei Complementar nº 321/2014).
 - V - Instrumentos ambientais:
 - a) Termo de Compromisso Ambiental;
 - b) Termo de Ajuste de Conduta;
 - c) Estudo de Impacto de Vizinhança;

- d) Estudo de Impacto Ambiental;
- e) Zoneamento ambiental.
- VI - Instrumentos de parceria entre os setores público e privado:
 - a) Consórcio Imobiliário;
 - b) Concessão Urbanística.
- Funcionamento de fundos e conselhos, considerando-se:
 - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Ainda no dia 19/10/2023, no período da tarde, o encontro teve como público-alvo representantes das Secretarias de Cultura e Turismo, Governo, Assuntos Jurídicos, Procuradoria Geral, Transportes e Mobilidade Urbana, Educação, Comunicação, Assistência Social e Gestão Estratégica. Os assuntos tratados foram:

- Breve panorama geral do PD – estrutura, princípios e mapas base –, destacando-se os temas ausentes;
 - Política de desenvolvimento urbano, com destaque para as seguintes políticas:
 - Política municipal para a mobilidade;
 - Política municipal para as áreas e espaços públicos;
 - Política municipal de promoção do desenvolvimento econômico.
- Programas de gestão integrada, salientando-se e verificando-se as ações implementadas e não implementadas. Aqui, foram considerados os seguintes programas:
 - Programa de Gestão Integrada de Drenagem e Recuperação de Fundos de Vale;
 - Programa de Gestão Integrada de Qualificação das Centralidades e do Espaço Público;
 - Programa de Gestão Integrada de Desenvolvimento Econômico;
 - Programa de Gestão Integrada de Mobilidade.
- Estratégias de estruturação urbana e ordenação do território, a partir dos temas:
 - Centralidades;
 - Mobilidade;
 - Desenvolvimento Econômico.
- Instrumentos e aplicação do Plano Diretor;
 - Dos instrumentos de regulação urbanística e edilícia:
 - a) Disciplina de uso e ocupação do solo;

- b) Disciplina de parcelamento do solo;
- c) Código de Obras;
- d) Lei de Habitação de Interesse Social;
- e) Código de Posturas.

- Funcionamento de fundos e conselhos.

Conforme apontado anteriormente, os segmentos da sociedade civil também foram envolvidos neste processo. Para isso, foram realizadas oficinas participativas entre os dias 23 e 27 de outubro. Não apenas o registro destas oficinas (com fotos e listas de presença) como o material orientador utilizado nesses encontros foram apresentados no Relatório de Andamento enviado em 28 de novembro de 2023. As oficinas foram registradas, com a anuência dos presentes, e a transcrição das falas consta nos anexos deste relatório. Assim como as reuniões com o corpo técnico da municipalidade, as oficinas com segmentos da sociedade civil também forneceram importantes insumos para a elaboração da caracterização municipal.

Por fim, registre-se que neste processo de compreensão sobre a percepção do território e do plano diretor vigente, foram realizadas mais três (3) oficinas com técnicos da municipalidade. No dia 16/11/2023 (manhã e tarde) ocorreram duas oficinas (manhã e tarde) com servidores lotados no Departamento de Meio Ambiente e Aprovação e Controle. Já no dia 17/11/2023, a atividade se deu com os técnicos lotados no Departamento de Habitação. Com base nos principais pontos levantados nas oficinas de 19/10/2023, o objetivo destas três oficinas foi aprofundá-los, identificando-se e refinando os limites e gargalos da implementação do Plano Diretor atual, já apontando para a elaboração da revisão dele. Assim sendo, verifica-se que as primeiras oficinas, assim como as realizadas com a população (de 23 a 27 de outubro), serviram para identificar os principais pontos e refinar a busca de dados e informações para a consolidação do diagnóstico.

As reuniões foram estruturadas a partir de mapas, bases georreferenciadas, dados do plano diretor e de outras leis e instrumentos de regulamentação urbanística. Além disso, foram fornecidas informações sobre a implementação do atual Plano Diretor, bem como foram aventados possíveis documentos que possam ser trazidos pelas equipes da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente para complementar os levantamentos. A seguir, apresentam-se as pautas específicas de cada dia (16 e 17 de novembro):

16/11 - 9h - Meio Ambiente:

- Análise da implantação do Sistema de Áreas Verdes de Taboão da Serra em seus diversos componentes;
- Mapa de parques e áreas verdes atual e bases atuais que podem ser utilizadas;
- Questões sobre rede hídrica e sistema de drenagem de Taboão da Serra;
- Questões relacionadas ao Risco Climático;
- Instrumentos Ambientais – TAC e EIV, sua regulamentação e limites;

- Outras formas de Instrumentos Ambientais possíveis, IPTU Verde e outras.

16/11 - 14h - Aprovação e Controle Urbano:

- Centralidades, Centralidades Lineares e Zonas Mistas Lineares – definição, atualização, dificuldades de regulação e caminhos possíveis;

- Mapas de situação atual e necessidade de atualização;

- Principais conflitos entre zoneamento, código de obras e legislações anteriores e necessidades de ajustes no zoneamento;

- Instrumentos Urbanísticos:

● Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórias e Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) Progressivo no Tempo;

● Direito de Preempção – verificar mapa de aplicação e áreas ainda disponíveis – Por que não foi implementado?

● Outorga Onerosa do Direito de Construir – balanço da sua aplicação e necessidades de aprimoramento – Há mapa de aplicação?

● Transferência de Potencial Construtivo;

● IPTU Verde?

17/11 - 9h - Habitação

- Demanda e *déficit* habitacional no município;

- Como é a fila de demanda de HIS? Atende a qual população? Transbordamento da demanda de SP?

- ZEIS 1 – Quais possuem plano de urbanização – Há dados?

- ZEIS 2 – Quantas foram implementadas? Quais as principais dificuldades?

- Mapas – Assentamentos precários e lançamentos imobiliários;

- Instrumentos: Direito de Preempção – verificar mapa de aplicação e áreas ainda disponíveis – Por que não foi implementado?

3.2. LEITURA TÉCNICA

3.2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pertencem a uma agenda mundial (Agenda 2030) adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Sob perspectiva da Agenda 2030 os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam um apelo para ações conjuntas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. É um chamado para que todos os países se comprometam na transformação das suas políticas de desenvolvimento. O cumprimento da Agenda de 2030 depende do papel ativo dos governos regionais e locais, não apenas como implementadores, mas como agentes transformadores.

Destaca-se ainda que os ODS não podem ser vistos isoladamente, pois são complementares, integrados e interdependentes. O seu pleno alcance demanda uma mudança na compreensão de um desenvolvimento visualizando somente os ganhos econômicos e sociais imediatos, visto que dessa forma pode ocorrer negligência da degradação do meio ambiente e do bem-estar das pessoas (Silva, 2015).

Nesse contexto, o Relatório Analítico de Alinhamento dos ODS aos programas componentes do Plano Plurianual - PPA 2022/2025 do Município de Taboão da Serra, elaborado em 2021, explora a relação do PPA do município frente aos desafios das metas ODS. Diferente da avaliação de indicadores, esse estudo é focado na interpretação da capacidade de cada programa ou política municipal de dar suporte às metas ODS, apresentando algumas oportunidades e desafios da contribuição do município aos ODS.

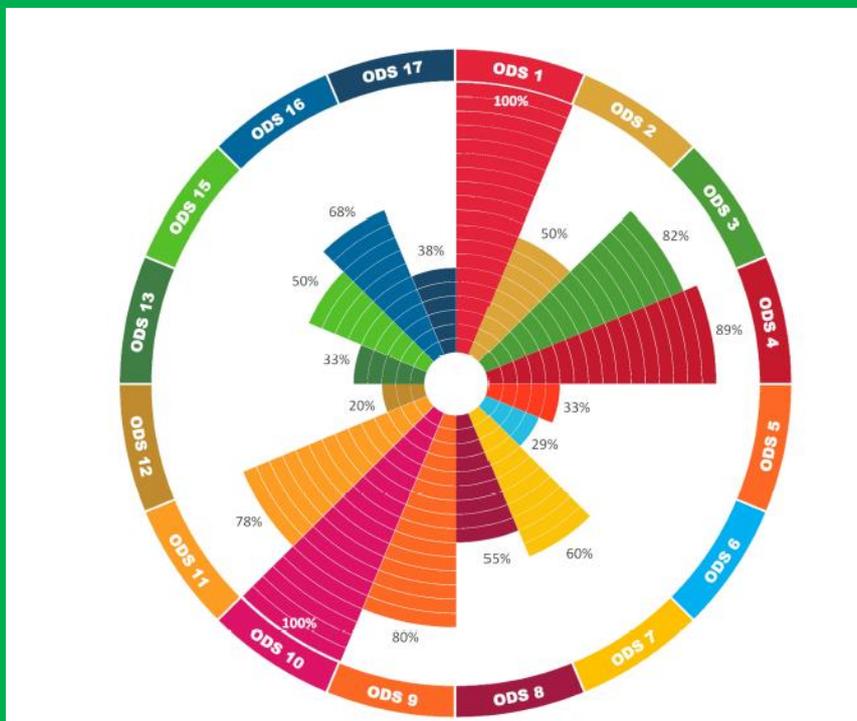
Nessa avaliação, as 169 metas pertencentes aos 17 ODS são cotejadas em termos de alinhamento com os programas municipais apresentados no PPA. Essa linha de análise permite mensurar, para cada ODS, sua porcentagem de metas alinhadas ao PPA e ponderar quais ODS encontram maiores e menores alinhamentos em relação a totalidade de suas metas (Figura 30).

Avaliando o acervo dos programas municipais e verificando suas correlações frente às metas ODS percebe-se que os maiores alinhamentos, ou seja, aqueles entre 100% e 80%, estão nos ODS 1 – Acabar com a Pobreza (100%), ODS 10 – Reduzir as Desigualdades (100%), ODS 4 – Educação de Qualidade (89%), ODS 3 – Saúde e Bem- Estar (82%) e ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura (80%), ou seja, são os ODS que encontram maiores suportes com as políticas públicas e programas municipais.

Em uma situação contrária, encontram-se os ODS com mais baixo alinhamento, entre 49% e 0%, representados pelo ODS 17 – Parcerias para a Implementação (38%), ODS 5 – Igualdade de Gênero (33%), ODS 13 – Mudanças Climáticas (33%), ODS 6 – Água e Saneamento (29%) e

ODS 12 – Produção e Consumo Responsável (20%), evidenciando ODS que podem ser mais desenvolvidos em futuros programas e políticas municipais.

Figura 30- Alinhamento das metas ODS com o PPA municipal



Fonte: PMTS; PPA, 2021

Como forma complementar o grau de cumprimento das metas ODS em nível municipal pode-se recorrer ao Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil – IDSC. O IDSC é uma tentativa de adaptação dos painéis globais de monitoramentos dos ODS ao contexto nacional, uma vez que os desafios de atingimento das metas são particulares a cada região. Nesse sentido o índice seleciona indicadores de diversas fontes nacionais, normalizam em uma escala de 0 a 100 e estabelecem limites ou limiares para a classificação de cada indicador de modo a possibilitar um breve entendimento do grau de atingimento de uma meta e, de forma conjunta com outros indicadores, o status de um ODS.

Quando uma meta já possui um valor atribuído, esse valor se torna o valor-alvo para entender a meta como cumprida. Caso o valor não seja descrito na meta, técnicas estatísticas são utilizadas, incluindo em alguns casos a média dos municípios com o melhor desempenho. De acordo com a avaliação dos indicadores ODS, considerando a metodologia do IDSC, o município de Taboão da Serra possuiu uma situação bastante diversa em relação aos desafios para desempenhar bons resultados nos ODS e suas respectivas metas;

Os ODS que, na média ponderada, apresentam maior número de indicadores positivos são os ODS 6 – Água Potável em Saneamento¹, ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima², ODS 3 – Saúde de Qualidade, ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis, ODS 10 – Reduzir as Desigualdades.

Em uma situação intermediária estão os ODS 1 – Erradicar Pobreza, ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, 4 – Educação de Qualidade, 8 – Trabalho Digno e Crescimento Econômico, 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes em que a totalidade de indicadores previstos para esses ODS estavam em um situação de paridade entre aqueles que se mantinham na meta ou além da meta e aqueles que estavam mais distantes.

Os ODS em situação de maior dificuldades para serem atingidos de acordo com os indicadores avaliados foram: ODS 5 – Igualdade de Gênero, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 – Produção e Consumo Sustentável, ODS 14 – Proteger a Vida Marinha, ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre e ODS 17 – Parceria e Meios de Implementação.

De forma geral, as metodologias utilizadas são esforços para adicionar elementos em uma avaliação mais ampla do papel do município frente as demandas para atingimento de metas ODS no prazo estabelecido. Nesse sentido vale destacar que os ODS 2, 5, 12 e 17 se mantiveram com baixo desempenho em ambas as avaliações, o que pode sinalizar a necessidade de esforços específicos para a criação de políticas públicas que considerem, com maior vigor, suas metas e desafios.

A avaliação do grau de contribuição de um município na Agenda 2030 deve considerar os contextos específicos de cada país e região, o que altera de forma significativa a capacidade de suporte a determinadas temáticas. Apesar disso, é notável que uma agenda tão desafiadora, também exige esforços adicionais, o que pode necessitar a realização de ações e iniciativas que nem sempre são comuns ou tradicionalmente aplicadas no contexto municipal.

¹ No ODS 6 os itens analisados foram: Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, perda de água tratada na distribuição, população total atendida com abastecimento de água, população atendida com esgotamento sanitário e índice de tratamento de esgoto.

² No ODS 13 os indicadores analisados foram: Emissões de CO₂ per capita, concentração de focos de calor, proporção de estratégias para gestão de risco e prevenção a desastres naturais e percentual do município desflorestado.

3.2.2 Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Estado de São Paulo apresenta alguma sintetização de indicadores que se constitui em cartas sínteses ou diretrizes estratégicas (Diretriz 1 - Resiliência às mudanças climáticas, Diretriz 2 - Segurança hídrica, Diretriz 3 - Salvaguarda da biodiversidade, Diretriz 4 - Economia competitiva e sustentável e Diretriz 5 - Redução de desigualdades regionais)³. As diretrizes 1,2,3 e 5 foram passíveis de territorialização e expostas em um índice semaforizado em que as cores mais próximas do verde sinalizam melhores condições e as cores mais próximas do vermelho indicam situação de baixos indicadores para a temática avaliada.

As características ambientais do município apontam para uma baixa existência de áreas ambientalmente protegidas como Unidades de Conservação e um baixo índice de cobertura vegetal nativa.

Esse contexto leva a baixos indicadores ambientais, principalmente relacionados à proteção da biodiversidade, a produção de água e segurança hídrica e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

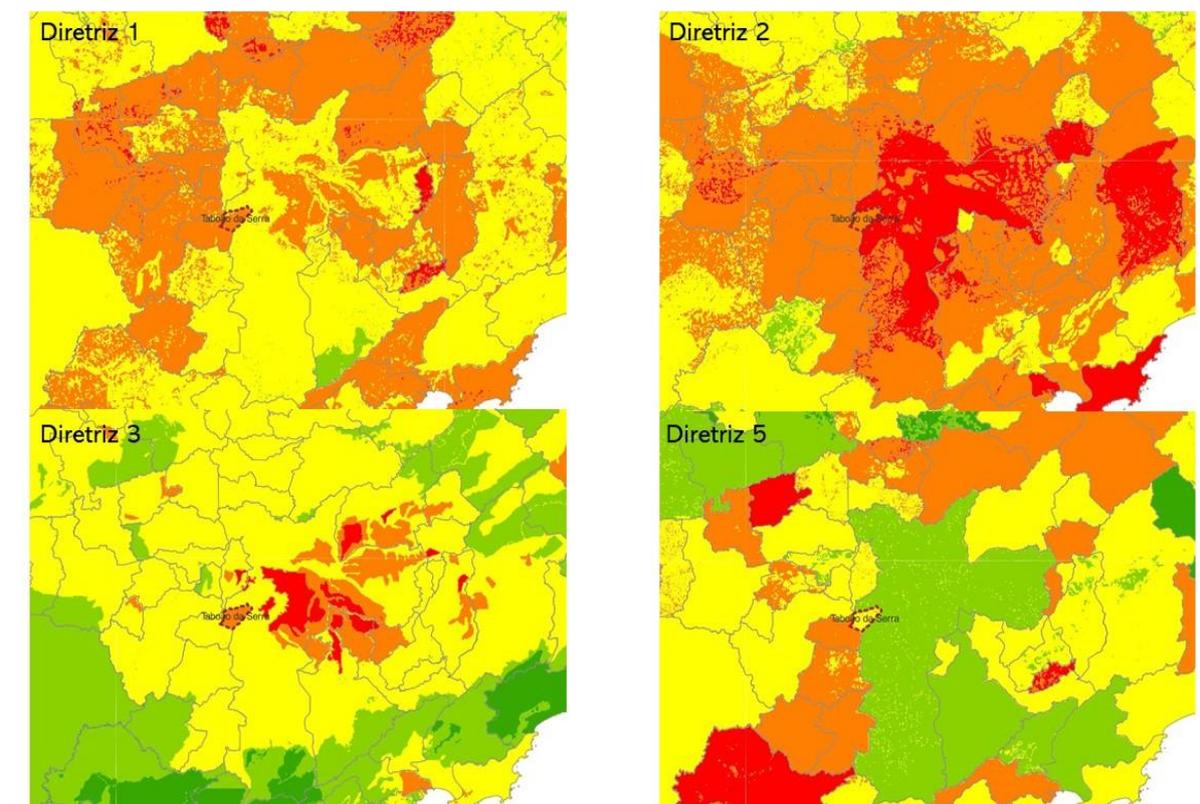
A Resiliência às mudanças climáticas mantém um padrão de baixos índices. É possível que esta situação esteja condicionada às condições socioeconômicas e de habitabilidade da população, à alta densidade demográfica e à insuficiente reserva de áreas ambientalmente protegidas.

A baixa classificação em relação à Salvaguarda da Biodiversidade na maior parte do território reflete as poucas unidades de conservação e o baixo índice de vegetação nativa. Da mesma forma, a Segurança Hídrica é medida pela baixa capacidade de produção de água através de territórios verdes, às condições de disponibilidade hídrica, poluição dos córregos e rios e a qualidade das águas regionais.

Em relação a Redução das Desigualdades Regionais, o município de Taboão da Serra se mantém em uma posição de transição. Essa diretriz está focada na sintetização de informações e indicadores relacionados à existência de infraestrutura e serviços públicos e privados na região.

³ Mais informações podem ser acessadas em:
https://smastr16.blob.core.windows.net/consema/sites/15/2022/08/c2_nota_tecnica_cartas_sintese_consema.pdf.

Figura 31 - Diretrizes ZEE - SP

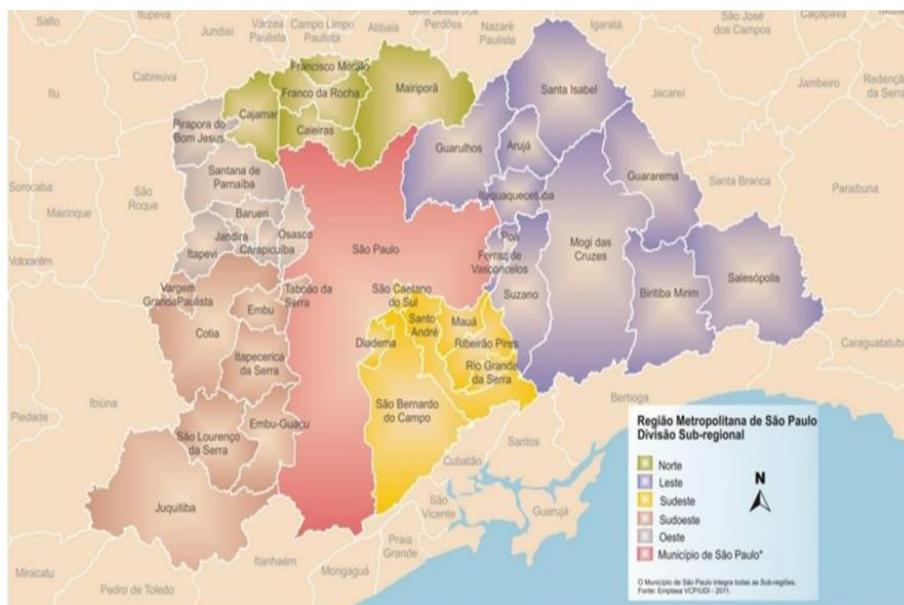


Fonte: SIMA, 2021

3.2.3 Inserção Regional de Taboão da Serra

O município de Taboão da Serra faz parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), compõe a Sub-região Sudoeste da RMSP (como pode ser visto na Figura 32), é o único município dessa sub-região que está integralmente fora da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) e possui grande conurbação com os municípios de São Paulo e Embu das Artes. Passa no meio do seu território a Rodovia Régis-Bittencourt (BR 116), que leva até Curitiba, e é o principal meio de conexão com os municípios de Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba. Ao mesmo tempo, o cruzamento da rodovia BR 116 com o Rodoanel Mário Covas e outros meios de interligação permitem também interação entre o município e os municípios da Sub-Região Oeste da RMSP. Essa integração viária torna o município localização estratégica para diferentes tipos de empreendimentos, como o Shopping Taboão, importante centro de comércio e lazer em âmbito regional.

Figura 32 - Divisão Sub-regional da RMSP

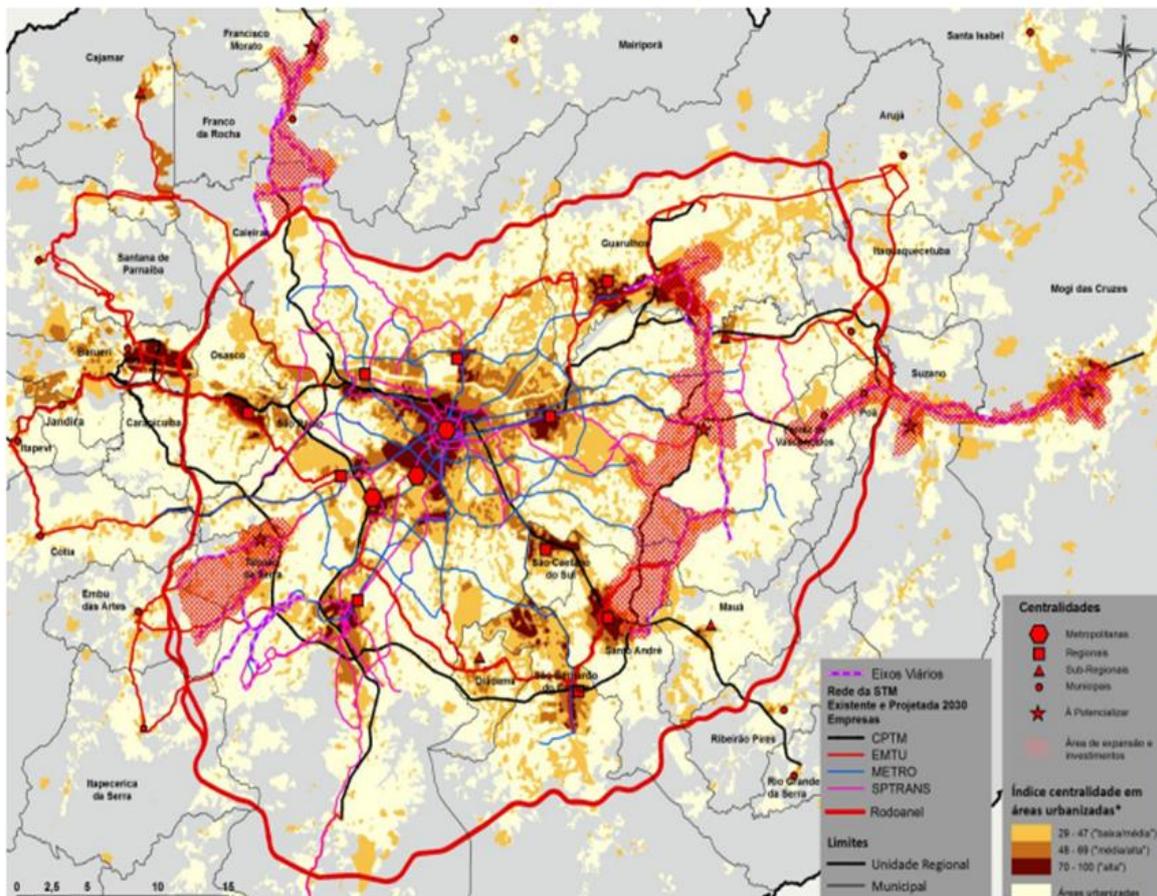


Fonte: IPEA, 2013

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI - RMSP), foi entregue em 2019 (EMPLASA, 2019), mas ainda não se tornou lei. Elaborados por determinação do Estatuto da Metrópole, os PDUIs indicam diretrizes comuns para as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, além de diretrizes territoriais. As diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), aqueles serviços ou necessidades que ultrapassam as fronteiras municipais e ganham dimensão regional e por isso devem ser resolvidos de forma compartilhada, são uma das atribuições dos Planos, para o PDUI - RMSP, as FPICs indicadas pela Lei Complementar Estadual nº760/1994 são: planejamento e uso do solo; transporte e sistema viário regional; habitação; saneamento ambiental; meio ambiente e desenvolvimento econômico. Essas Funções devem ser observadas para a elaboração do Plano Diretor de Taboão da Serra, e estão em consonância com os eixos temáticos indicados.

Além disso, o PDUI - RMSP indicou Estratégias para a Ação Metropolitana, e entre elas a Rede de Centralidades, como pode ser visto na figura a seguir. A identificação de centralidades no PDUI - RMSP está associada à conjunção de três fatores: físico-territorial, localização e regulamentação. A estratégia indica centralidades a potencializar e dentre elas, na sub-região sudoeste, indica o município de Taboão da Serra.

Figura 33 - Estratégias para a Ação Metropolitana - Rede de Centralidades - PDUI - RMSP



Fonte: EMPLASA, 2019

3.2.4 Características Demográficas

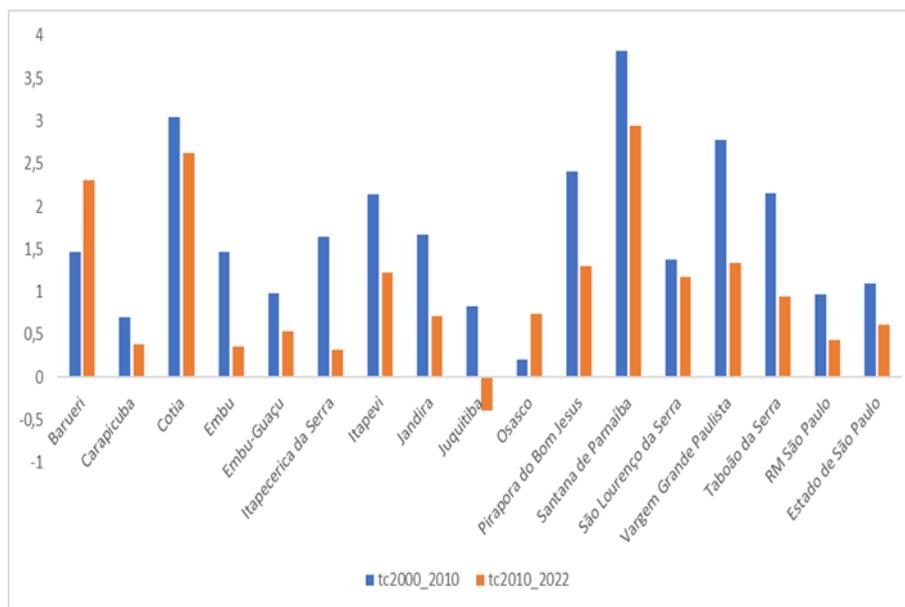
De acordo com o Censo Demográfico de 2022, Taboão da Serra apresenta a maior densidade demográfica do Brasil: 13.416,81 habitantes por Km² (273.542 habitantes em área de 20,388 Km²). Considerando os três últimos levantamentos censitários o município teve uma taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) da população de 2,15% entre 2000 e 2010 e 0,94% entre 2010 e 2022, mais do que o dobro da média da RMSP, de 0,97% e 0,43%, respectivamente para os mesmos períodos. A seguir é possível comparar com o restante dos municípios das sub-regiões oeste e sudoeste, com destaque para o município de Santana de Parnaíba.

Figura 33 - Vista de Taboão da Serra a partir da Arena Multiuso



Fonte: FESPSP

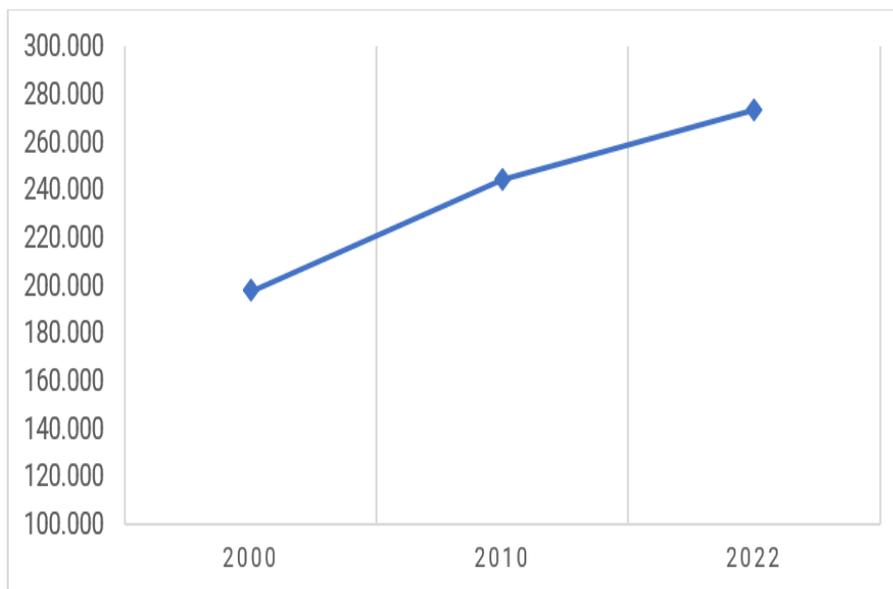
Gráfico 1 - Taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) - Taboão da Serra e municípios das Sub-regiões Sudoeste e Sudeste da RMSP: 2000/2010; 2010/2022



Fonte: IBGE, 2000, 2010, 2022

O município de Taboão da Serra apresenta um crescimento populacional contínuo nos últimos 22 anos, totalizando uma população absoluta de 273.542 em 2022. Esse crescimento se configura de maneira diferente nas últimas décadas. Entre 2000 e 2010, houve o incremento de 46.884 novos habitantes, o que significou aumento de 24% da população. Já entre 2010 e 2022, esse crescimento, proporcionalmente, foi metade do observado no período anterior, realizando um incremento de 29.014 novos habitantes, ou 12% de crescimento.

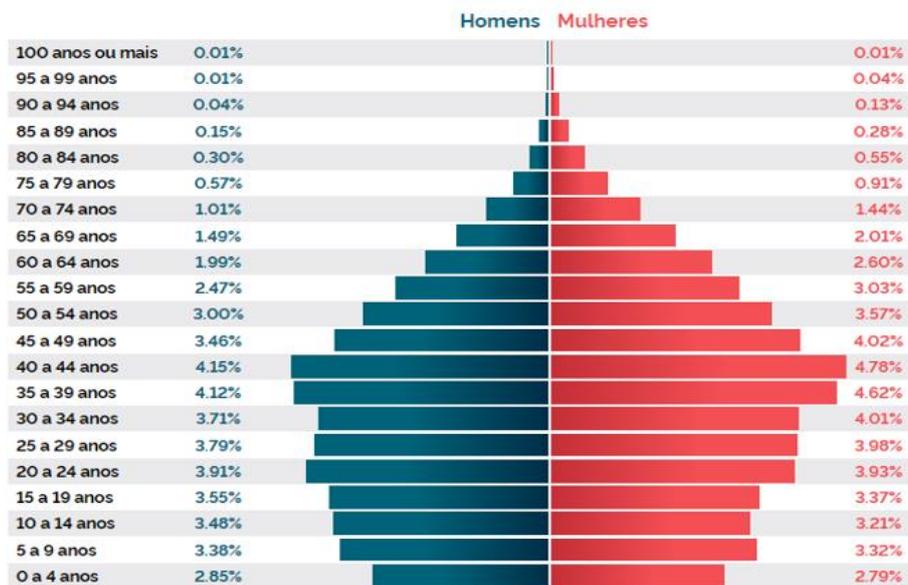
Gráfico 2 - Evolução da População do município de Taboão da Serra



Fonte: IBGE, 2000, 2010, 2022

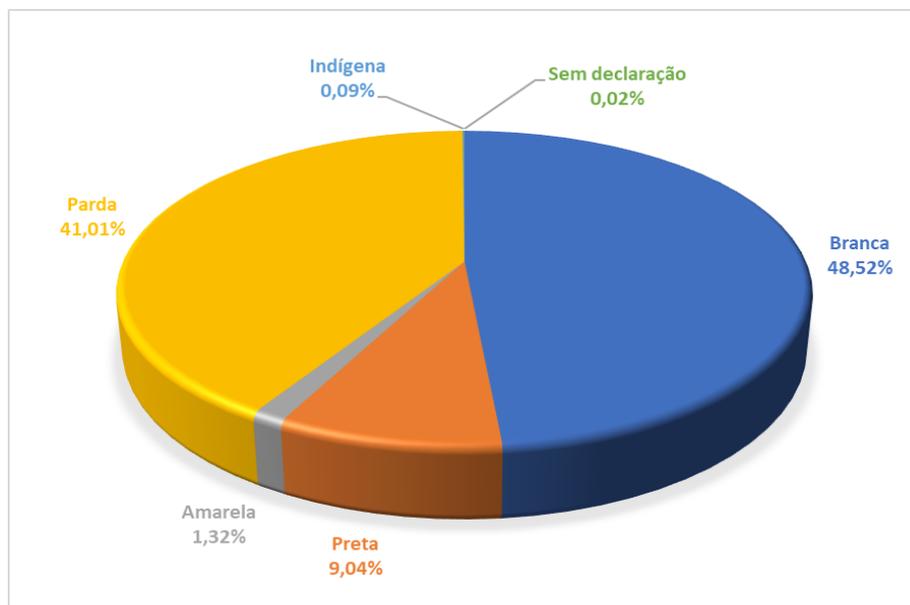
Em termos etários, essa população se caracteriza por replicar um fenômeno constante em municípios nacionais nos últimos anos, o envelhecimento da população. A maior concentração de habitantes está nas faixas de 30 a 49 anos, o que totaliza 32,87% da população do município, em detrimento da população com idade entre 0 e 19 que somam 25,95%. Além disso, no ano de 2022, constatou-se uma população maior de mulheres, 143.818, em relação aos homens, 129.724, representando 53% e 47% da população, respectivamente. A distribuição da população em relação a cor ou raça aponta para uma configuração de maioria de pessoas reconhecidas como Branca e Parda, 48,5% e 41,0%, além de representantes da cor ou raça Negra (9,0%), Amarela (1,32%) e Indígena (0,1%) com dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010). Em última atualização dos dados censitários em 2022 foi possível mapear com maior exatidão a população indígena que reúne 336 representantes e a população quilombola com 30 pessoas identificadas (IBGE, 2022).

Gráfico 3 - Pirâmide Etária



Fonte: IBGE, 2022

Gráfico 4 - Distribuição da população em relação à raça /cor



Fonte: IBGE, 2010

3.2.5 Aspectos do balanço do Plano Diretor atual (LC N° 132/ 2006)

Foi realizada uma matriz de análise do Plano Diretor atual com o intuito de avaliar sua estrutura e aspectos que ainda são centrais e aspectos que não condizem mais com a leitura atual da realidade do município. O Plano diretor se estrutura da seguinte forma:

Tabela 1 - Estrutura do Plano Diretor

TÍTULO I CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	CAPÍTULO I CONCEITUAÇÃO
	CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS GERAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA
	CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
	CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
TÍTULO II DA GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA	CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS GERAIS DA GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA
	CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS DA GESTÃO INTEGRADA E PARTICIPATIVA
	CAPÍTULO III (Denominação alterada pela Lei Complementar nº 290/2012) DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
	CAPÍTULO IV (Denominação alterada pela Lei Complementar nº 290/2012) DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
	CAPÍTULO V DOS PROGRAMAS DE GESTÃO INTEGRADA
	CAPÍTULO VI DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO METROPOLITANA
TÍTULO III DA ESTRUTURAÇÃO URBANA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	CAPÍTULO I DEFINIÇÕES E CONCEITOS
	CAPÍTULO II DAS ÁREAS HOMOGÊNEAS
	CAPÍTULO III DAS ESTRATÉGIAS DE ESTRUTURAÇÃO URBANA E ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO
	CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS INDUTORES DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
	CAPÍTULO V DA REGULAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	

Fonte: PMTS - LC N° 132/ 2006.

De modo geral:

- O Plano Diretor atual possui uma boa estrutura e não é um plano genérico. Possui ações propostas, diretrizes e indicações específicas para o território nos diferentes temas de interesse para o município;
- Não aborda, no entanto, questões que ainda não tinham uma relevância para o ordenamento territorial em 2006, como por exemplo o contexto das Mudanças Climáticas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
- No geral, poucos instrumentos previstos no Plano Diretor foram plenamente implementados, seja por falta de regulamentação, ou por dificuldades de gestão;

- Destaque para a implementação do instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, cuja fórmula de funcionamento já estava prevista na própria Lei do Plano Diretor. E foi regulamentada pelo Decreto Nº 80/2010.
- Com relação ao zoneamento foram aprovadas 10 leis complementares para a sua revisão, sendo a última a LC Nº 361/2019;
- Com relação à Gestão Democrática, o Plano Diretor indica a estrutura, atribuições e forma de funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Conselho ativo e que teve breve interrupção de funcionamento em 2021, devido à Pandemia de *Covid-19*, e que foi recém-empossado (novembro de 2023), inclusive com a atribuição de acompanhar a revisão do Plano Diretor. É organizado pelas áreas divididas pelos setores do orçamento participativo;
- Ainda com relação à Gestão Democrática, o Plano Diretor criou o Fundo de Desenvolvimento e Meio Ambiente, regulamentado pelo Decreto Nº 77/2021;

Em cada eixo foram indicadas as interfaces com o Plano Diretor atual, com destaque para as políticas, programas, estratégias e instrumentos que se relacionam com cada eixo.

3.3. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Meta 11.3 dos ODS: Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da federação;

Meta 11.7 dos ODS: Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

As Metas do ODS 11 indicadas serão levadas em consideração para a análise deste eixo da leitura técnica e deverão ser consideradas para a elaboração da revisão do Plano Diretor.

3.3.1 Regionalização do município de Taboão da Serra

Taboão da Serra possui toda sua área demarcada como urbana, para a análise do seu território e para comparações territoriais dentro do município será utilizada a delimitação baseada nos setores do orçamento participativo municipal, pois ela:

- Divide o território municipal em 10 setores de áreas comparáveis, nos quais é possível identificar características comuns;
- É a regionalização já utilizada para a divisão territorial do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que é uma das instâncias participantes da revisão do Plano Diretor;
- É uma escala adequada para o levantamento de informações por setores, a partir das oficinas participativas de elaboração do Plano e para a análise territorial;
- É possível associar e adaptar setores censitários a essas áreas, para associar dados e informações a essas áreas.

A divisão pelos setores do orçamento participativo pode ser analisada no Mapa 1, a seguir:

Mapa 1 - Regionalização pelos Setores do Orçamento Participativo

1. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Regionalização Proposta



3.3.2 Vulnerabilidade Social

Para identificar a vulnerabilidade social, um dos instrumentos utilizados foi o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS. Elaborado pela Fundação Seade, esse índice avalia três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Mesmo baseado no Censo de 2010 é uma adequada base para visualizar o território e deverá ser atualizado assim que sair o resultado do Censo 2022, inclusive para efeitos comparativos. As figuras a seguir indicam áreas de diferentes níveis de Vulnerabilidade Social dentro do município.

Figura 35 - CSU - Jardim Vale das Flores - Área de muito alta vulnerabilidade social



Fonte: FESPSP

Figura 36 - Vista do Jardim Monte Alegre - Área de muito baixa vulnerabilidade social



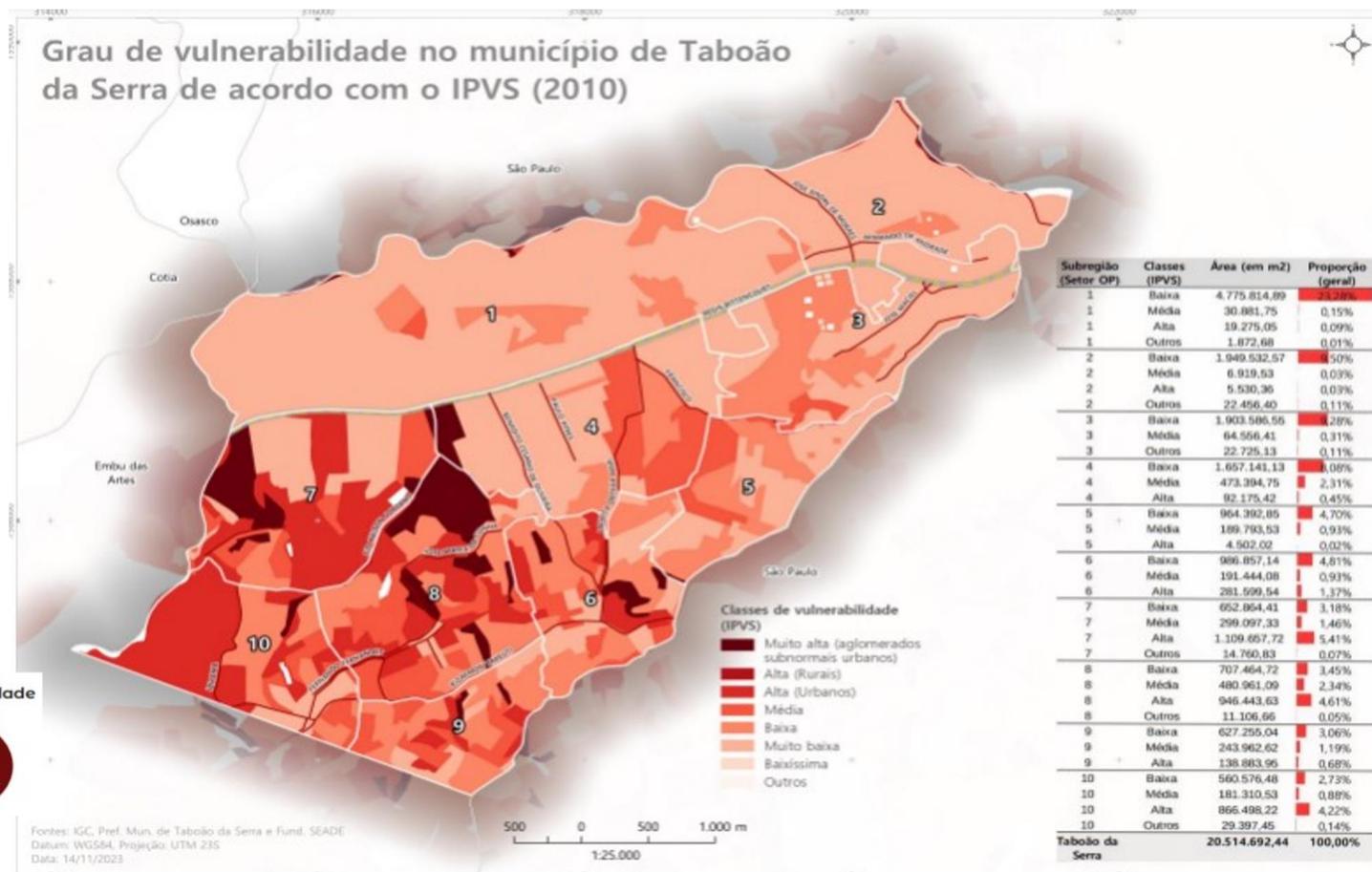
Fonte: FESPSP

De acordo com mapa a seguir, de modo geral é possível observar:

- Os setores 1, 2 e 3, a norte e nordeste do município, possuem maior predomínio de áreas de baixa vulnerabilidade social
- Os setores 4, 5, 6 e 9, na área central do município e na região do Pirajuçara, possuem áreas de baixa vulnerabilidade social, mas uma presença maior de áreas de média e alta vulnerabilidade social.
- Os setores 7, 8 e 10, a leste no município, possuem boa parte do seu território como áreas de alta vulnerabilidade social.



Mapa 2 - Grau de vulnerabilidade social no município de acordo com o IPVS (2010)



Fonte: FESPSP

A vulnerabilidade social também foi visitada a partir da ótica Cadastro Único (CadÚnico). Os dados desse cadastro mostram que, ao todo, 37,7% da população possui algum tipo de vulnerabilidade. A territorialização dos dados da assistência social do município pode se transformar em uma referência e ferramenta para manter atualizadas as informações sobre vulnerabilidade social em Taboão da Serra.

Figura 37 - Dados do CadÚnico



Fonte: PMTS

3.3.3 Uso do Solo

A compreensão sobre a cobertura da terra e o uso do solo é uma das etapas fundamentais para o entendimento de qualquer território. Para além de servirem como base para a leitura do tecido urbano e áreas verdes existentes, esses “instrumentos” fornecem elementos sobre as dinâmicas socioespaciais do município e subsidiam a construção de outras ferramentas cruciais para um desenvolvimento adequado, equânime e sustentável, como o zoneamento e o macrozoneamento do município.

Diante da indisponibilidade de imagens de satélite (ou outra plataforma remota) com alta resolução espacial - devidamente tratadas e recentes -, bem como da realização de um mapa de cobertura da terra pelo IPT⁴, os esforços realizados centraram-se no uso do solo. Para isso, recorreu-se à base cadastral do IPTU que o município possui, atualizada em 2023.

A realização de um mapeamento do uso do solo a partir das informações constantes no cadastro do IPTU, que possui como unidade elementar o lote, parte (ao menos em tese) de uma

⁴No âmbito do projeto: MAPEAMENTO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS E ENRIQUECIMENTO FLORESTAL NAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA (Nº 67880P)

leitura da cobertura da terra, mas vai além. Ao identificar e classificar os usos existentes, muitas vezes indistinguíveis a partir de imagens de satélite e fotografias aéreas - citem-se, como exemplos, i) uma edificação cujas características físicas permitem um uso residencial e/ou comercial ou ii) uma área de assentamento precário que tenha passado por alguma melhoria, como a reestruturação/reordenamento de suas vias, mas nem por isso equacionou outras questões relacionadas à precariedade habitacional -, novas interpretações sobre o território e suas dinâmicas podem ser realizadas.

No caso do município de Taboão da Serra, o uso do solo está retratado no Mapa 3 - Uso predominante do solo. Construído a partir dos passos expostos na nota metodológica, a seguir, a partir deste mapa é possível verificar que a categoria de uso “Residencial” ocupa a maior área do município. Em seguida, observam-se as áreas de “Uso Misto”, “Industrial” e “Área de Interesse Ambiental”.

Saliente-se, por fim, que a caracterização sobre o uso do solo também pode ser muito útil quando cruzada com outras informações, como as atividades econômicas presentes no município ou informações sobre a vulnerabilidade social existente.

Uso do Solo - Nota Metodológica

O mapa de uso do solo foi produzido a partir das informações cedidas pela Prefeitura de Taboão da Serra. Centralizadas na camada do IPTU, verifica-se que esse dado possui 74.216 observações e dedica um campo específico aos tipos ou categorias de uso do solo do município, denominada “CAT_USO”. Observando-se esse campo (CAT_USO), é possível notar que a base apresenta 7.419 casos sem qualquer tipo de classificação. Assim, como forma de estimar um uso para esses casos, um procedimento, baseado na identificação do zoneamento do lote e posterior atribuição de uso, foi estabelecido. Para isso, inicialmente realizou-se um confronto entre duas bases: IPTU e zoneamento. Tal operação permitiu extrair a informação sobre a zona de cada um dos 7.419 casos que não continham informação sobre o uso do solo. Isso posto, passou-se à segunda etapa do procedimento, que consistiu em atribuir um uso a cada uma das zonas identificadas no passo anterior, bem como reclassificar os usos já sinalizados na base do IPTU. Note-se: nesta etapa, alguns pequenos ajustes, relacionados à nomenclatura dos usos já existentes, também foram realizados. A relação entre as categorias existentes (herdadas da coluna CAT_USO ou identificadas a partir do zoneamento) é exposta a seguir:

Tabela 2 - Correspondência entre classes e usos originais (previstos nas camadas de zoneamento e IPTU) e reclassificação proposta.

Camada	Enquadramento original	Uso (reclassificação)
Zoneamento (LC 361/19)	ZC	Uso misto
	ZC 02	Uso misto
	ZC 03	Uso misto
	ZC 04	Uso misto
	ZC 07	Uso misto
	ZCL	Uso misto
	ZEIS	Residencial
	ZEIS 1	Residencial
	ZEIS 2	Residencial
	ZER	Residencial
	ZPR 1	Residencial
	ZPR 2	Residencial
	ZPR 3	Residencial
	ZI	Industrial
	ZM 1	Uso misto
	ZM 2	Uso misto
	ZML	Uso misto
	ZPA	Área de interesse ambiental
IPTU	COMÉRCIO S/e COMÉRCIO SEM RESIDÊNCIA	Comercial
	COMÉRCIO COM RESIDÊNCIA	Comercial e residencial
	CORTICO, RESID. CASA e RESID. APTO. e PRAÇA*	Residencial

Camada	Enquadramento original	Uso (reclassificação)
	CRAS	Equipamento e serviço público – CRAS
	DELEGACIAS	Equipamento e serviço público - delegacia
	ESCOLAS ESTADUAIS e ESCOLAS MUNICIPAIS	Equipamento e serviço público - escola (estadual e municipal)
	GINÁSIO POLIESPORTIVO	Equipamento e serviço público - esporte (ginásio poliesportivo)
	HOSPITAL e UBS UNIDADE BÁSICA DE SAUDE	Equipamento e serviço público - saúde (hospital e UBS)
	SECRETARIAS MUNICIPAIS	Equipamento e serviço público - secretarias de governo
	VAGA DE GARAGEM	Vaga de garagem
	USO MISTO	Uso misto
	TEMPLO RELIGIOSO, VI-E LA, PAC e DEMAIS ZCS	Outros**

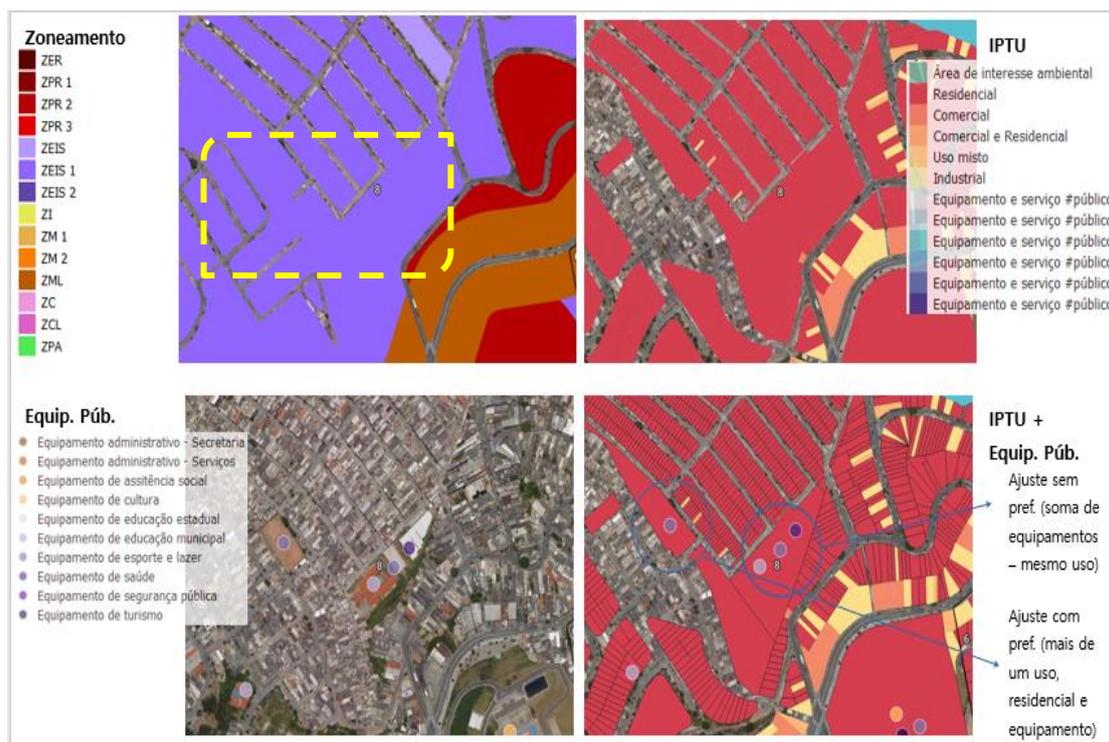
Fonte: FESPSP/PMTS

* No caso da categoria 'PRACA', atribuída a um único lote, a análise de imagem de satélite e do zoneamento levaram à reclassificação do lote para RESIDENCIAL.

** Na categoria "OUTROS" foram incluídas as seguintes classes: PAC, VI-E LA, TEMPLO RELIGIOSO E DEMAIS ZCS. Nos três primeiros casos, o número de lotes não passa de cinco.

Saliente-se, por fim, que alguns refinamentos precisarão ser realizados em conjunto com o corpo técnico da prefeitura. O primeiro diz respeito à classificação dos lotes que possuem mais de um zoneamento. Neste caso, algum critério precisará ser estabelecido para a definição final do uso. O segundo diz respeito a um possível cruzamento com outras camadas, sendo a de equipamentos uma das indicadas. A Figura 38, a seguir, permite que se visualize o procedimento mencionado anteriormente e ilustra a necessidade de refinamento para alguns poucos casos.

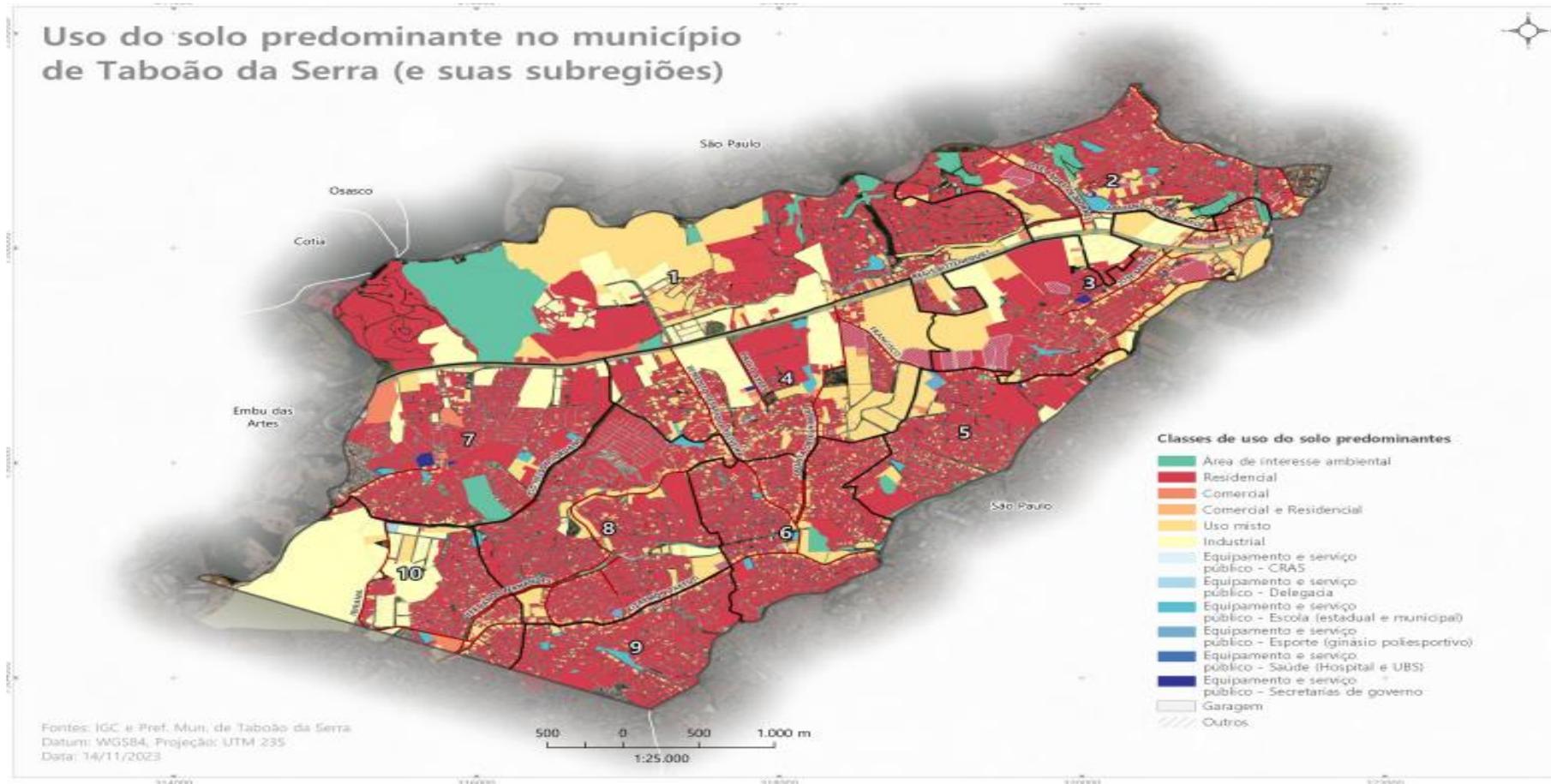
Figura 38 - Detalhamento de procedimento para elaboração do Mapa de Uso do Solo



Fonte: PMTS. Elaboração: FESPSP

No primeiro quadro da figura (canto superior esquerdo), é possível notar que a área de interesse (sinalizada em amarelo) está classificada como ZEIS (LC N°. 361/2019). De acordo com o procedimento proposto para os lotes sem definição de uso, as áreas assim identificadas pelo zoneamento vigente (ZEIS) foram transformadas em uso residencial (ver tabela 2, recém exposta, com as correspondências propostas). E é justamente isso que se verifica no segundo quadro (canto superior direito) da figura, com o lote preenchido de vermelho. Ao observar-se o terceiro quadro da figura (canto inferior esquerdo), verifica-se a existência de três equipamentos próximos, fazendo parte um único lote. O quarto quadro expõe, então, a sobreposição entre os equipamentos e a classificação do lote (residencial). Neste caso, a partir do critério a ser definido com a prefeitura, o lote poderá ser reclassificado ou mantido.

Mapa 3 - Uso do solo predominante no município de Taboão da Serra (e suas sub-regiões)



Fonte: PMTS. Elaboração: FESPSP

3.3.4 Dinâmicas Atuais do Processo Imobiliário em Taboão da Serra

Buscando aprofundar a compreensão sobre as transformações, dinâmicas e usos atuais do território taboanense, a base de alvarás emitidos pela prefeitura foi analisada.

Resultado de um processo que se encontra em curso (e que, portanto, tende a ser modificado e ampliado), essa base conta, até o presente momento, com 1.323 registros (casos). Tais dados, note-se, referem-se ao período de 1964 a 2023.

No que diz respeito ao total de registros que compuseram a presente análise, note-se que um dos campos da base de alvarás, denominado "tipo_contr", indica a existência da categoria "não se aplica". Ao se quantificar os tipos de alvarás assim classificados, os seguintes dados foram obtidos:

Tabela 3 - Tipos de alvarás classificados excluídos da base de análise

Tipo de alvará	Número de casos (Total)
Conclusão de demolição	5
Demolição	67
Demolição e edificação	1
Desdobro	39
Obra de terra	6
Obra de terra e muro de arrimo	2
Remembramento	8

Fonte: FESPSP/PMTS

A partir da coluna que indica o número de casos por tipo de alvará (2ª coluna da Tabela 3), verifica-se que o total de casos classificados como "não se aplica" para Taboão da Serra totaliza 128. Assim, para a presente análise, todos eles foram excluídos.

É importante notar, porém, que essa nova base ainda não corresponde ao montante/volume de alvarás que deve ser analisado. Isso ocorre, devido a uma mesma edificação poder passar por algum tipo de modificação que necessite de autorização da prefeitura. Cite-se, como exemplo, a previsão de determinados tipos de expansão de imóvel. Em casos como esse, o mesmo alvará apareceria mais de uma vez na base (identificando a construção, em um primeiro momento, e registrando a expansão, posteriormente). Tendo isso em vista, a tabela a seguir expõe os alvarás com mais de um registro na base:

Tabela 4 - Alvarás com dois ou mais registros (duplicados)

Número do alvará	Número de vezes registrado na tabela (Total)
26366	3
26513	3
26595	3
26212	2
26247	2
26275	2
26314	2
26316	2
26324	2
26332	2
26352	2
26364	2
26378	2
26385	2
26387	2
26409	2
26431	2
26461	2
26495	2
26523	2
26562	2
26580	2
26628	2
27059	2

Fonte: FESPSP/PMTS

Somando 51 registros, para cada um desses casos foi selecionado apenas um registro, sendo os demais excluídos. Chegou-se, assim, a um total de 1.167 alvarás para todo o período de cobertura da base (1964 a 2023).

Identificado o conjunto de interesse para a presente análise, outro refinamento que merece ser destacado diz respeito ao intervalo temporal adotado. Ainda que o primeiro caso remonte ao ano de 1964, o número de alvarás não é contínuo ao longo de todo o período. Assim, ainda que três momentos distintos possam ser observados na base - 1964 (década de 1960), 1970 a 1981 (década de 1970) e 2012 a 2023, esse resultado está fortemente marcado pelo processo de construção da base, ora em curso. Tendo isso em vista, em conjunto com a prefeitura, identificou-se que a melhor cobertura da base se refere aos anos mais recentes. Tão logo, a análise proposta tem como ponto de partida o ano de 2018. Dessa forma, para além da provável diminuição de erros - dada a melhor cobertura realizada para esses anos, os períodos “pré-pandemia”, “pandemia” e “pós-pandemia” de COVID-19 também serão recobertos.

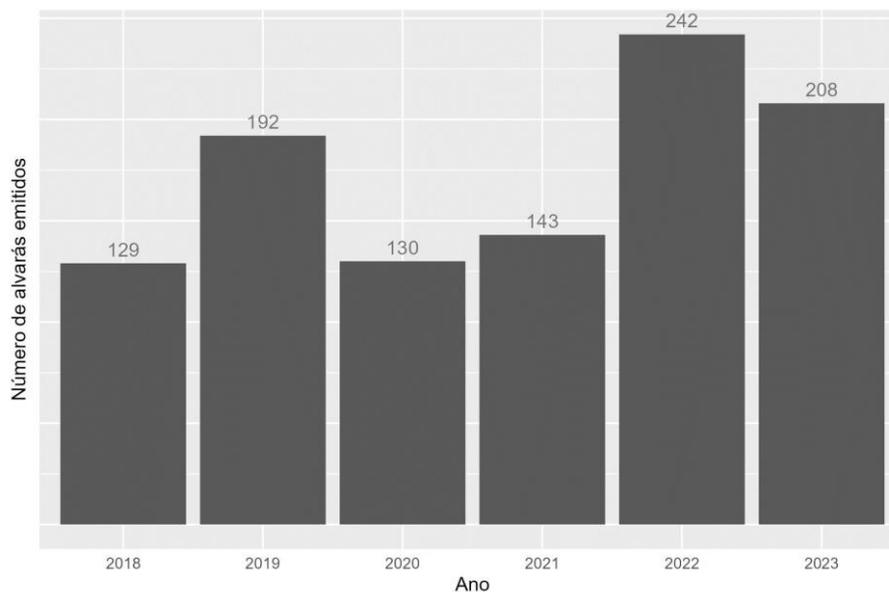
Observando-se o total de alvarás emitidos a partir do 2018, observam-se os seguintes números para todo o município:

Tabela 5 - Número de alvarás emitidos a partir de 2018, por ano

Ano	Número de alvarás (total)	Proporção (%)
2018	129	12,4%
2019	192	18,4%
2020	130	12,5%
2021	143	13,7%
2022	242	23,2%
2023	208	19,9%

Fonte: FESPSP/PMTS

Gráfico 5 - número de alvarás emitidos a partir de 2018, por ano



Fonte: FESPSP/PMTS

A partir da tabela 5 e do gráfico 5 é possível notar que 1.044 alvarás foram emitidos ao longo desses seis anos. Os três anos com os maiores montantes de alvarás são, em ordem crescente: 2019 (192 registros, correspondendo a 18,4% do total para o período), 2023 (208 registros ou 19,9% do total) - ano ainda em curso e que, provavelmente, terá esse dado modificado -, e, 2022 (242 registros ou 23,2% do total). Os demais anos (2018, 2020 e 2021), por sua vez, encontram-se em patamar similar de emissão, variando entre 12,5% e 13,7% do total de alvarás. Note-se: em conversa com a equipe da prefeitura, verificou-se que o aumento registrado na emissão de alvarás nos dois últimos anos possui forte relação com a implementação da Lei Complementar Nº. 375, de 2021, que trata do Programa Municipal de Regularização de Edificações e Desdobros.

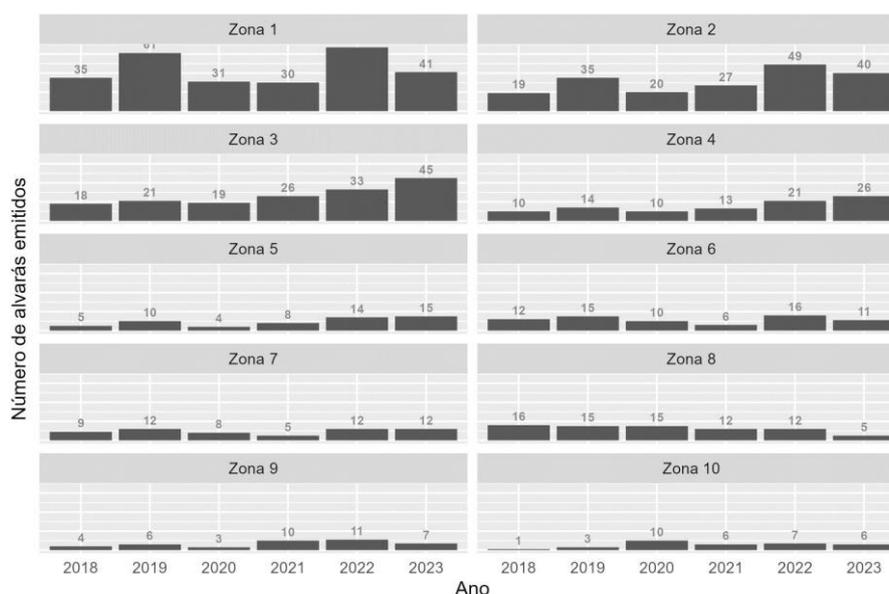
O quadro obtido não é, contudo, homogêneo e uniforme em todo o município. Ou seja, ao se considerar a emissão dos alvarás em cada um dos 10 setores do Orçamento Participativo (setor OP), diferenças podem ser constatadas ao longo do território. **A Erro! Fonte de referência não encontrada.** e o Gráfico, que vem na sequência, congregam os dados de emissão dos alvarás, por setor, referente ao período de 2018 a 2023.

Tabela 6 - Distribuição da emissão de alvarás por setor do orçamento participativo e ano (1964 a 2023)

Ano	Zona 1	Zona 2	Zona 3	Zona 4	Zona 5	Zona 6	Zona 7	Zona 8	Zona 9	Zona 10	Total
2018	35	19	18	10	5	12	9	16	4	1	129
2019	61	35	21	14	10	15	12	15	6	3	192
2020	31	20	19	10	4	10	8	15	3	10	130
2021	30	27	26	13	8	6	5	12	10	6	143
2022	67	49	33	21	14	16	12	12	11	7	242
2023	41	40	45	26	15	11	12	5	7	6	208
Taboão da Serra	265	190	162	94	56	70	58	75	41	33	1.044
%	25,38%	18,20%	15,52%	9,00%	5,36%	6,70%	5,56%	7,18%	3,93%	3,16%	100,00%

Fonte: FESPSP/PMTS

Gráfico 6 - Distribuição da emissão de alvarás para cada um dos setores do orçamento participativo entre 2018 e 2023



Fonte: FESPSP/PMTS

Considerando o período de 2018 a 2023, uma rápida visualização a partir da figura anterior indica uma concentração de alvarás em algumas regiões do município. Chamam a atenção os três primeiros setores OP. Corroborando essa primeira impressão, verifica-se que dos 1.044 alvarás emitidos, o setor OP 1 foi responsável por 267 (cerca de ¼ do total). Quando se consideram os três setores com o maior número (setores 1, 2 e 3, respectivamente), cerca de 60% dos alvarás se concentram nessas áreas (617 casos). De forma a complementar essa leitura, pode-se verificar os tipos de usos aos quais os alvarás estão associados. Para isso, os dados são apresentados na tabela a seguir, que expõe os valores totais por tipo de alvará e ano (valores absolutos), e na

figura que ilustra o exposto na tabela a partir de dados relativos (proporção entre os usos), respectivamente.

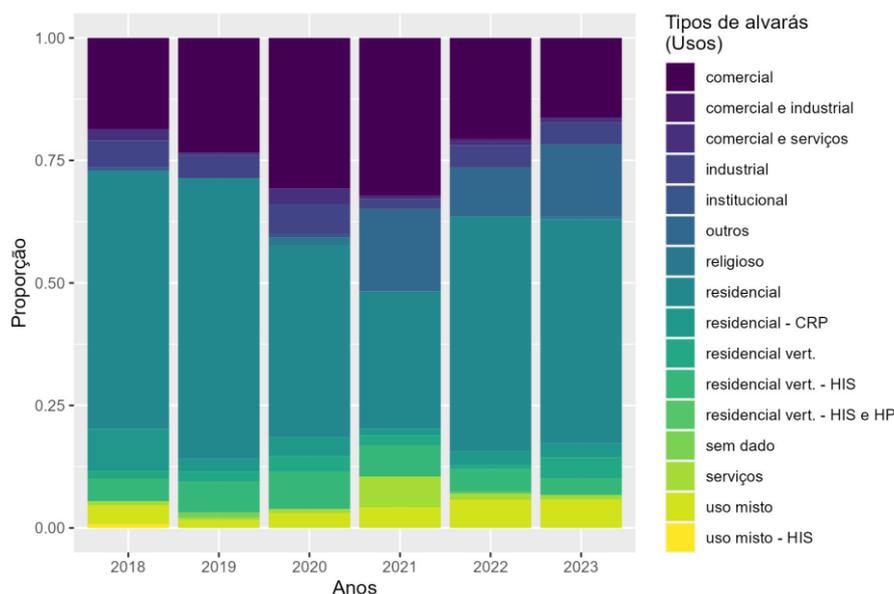
Tabela 7 - Número de alvarás emitidos de acordo com o uso para o período de 2018 a 2023, por ano

Ano Usos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total (Uso)	Total por grupo (Uso)	% (Uso)	% por grupo (Uso)
Comercial	24	45	40	46	50	34	239		22,89%	
Comercial e serviços	3	1	4	1	2	2	13	253	1,25%	24,23%
Comercial e industrial	0	0	0	0	1	0	1		0,10%	
Industrial	7	9	8	3	11	9	47	47	4,50%	4,50%
Institucional	1	0	1	0	0	0	2	2	0,19%	0,19%
Serviços	1	1	1	9	3	2	17	17	1,63%	1,63%
Residencial	68	110	51	40	116	95	480		45,98%	
Residencial – CRP	11	5	5	2	7	6	36		3,45%	
Residencial vert.	2	4	4	3	2	9	24	596	2,30%	57,09%
Residencial vert. – HIS	6	12	10	9	11	7	55		5,27%	
Residencial vert. – HIS e HP	0	0	0	0	1	0	1		0,10%	
Uso misto	5	3	4	6	14	12	44		4,21%	
Uso misto – HIS	1	0	0	0	0	0	1	45	0,10%	4,31%
Religioso	0	0	2	0	0	1	3	3	0,29%	0,29%

Ano Usos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total (Uso)	Total por grupo (Uso)	% (Uso)	% por grupo (Uso)
Outros	0	0	0	24	24	31	79	79	7,57%	7,57%
Sem dado	0	2	0	0	0	0	2	2	0,19%	0,19%
Total (ano)	129	192	130	143	242	208	1044	1044	100,0%	100,0%

Fonte: FESPSP/PMTS

Figura 34 - Distribuição dos alvarás emitidos entre 2018 e 2023, por ano (proporção)

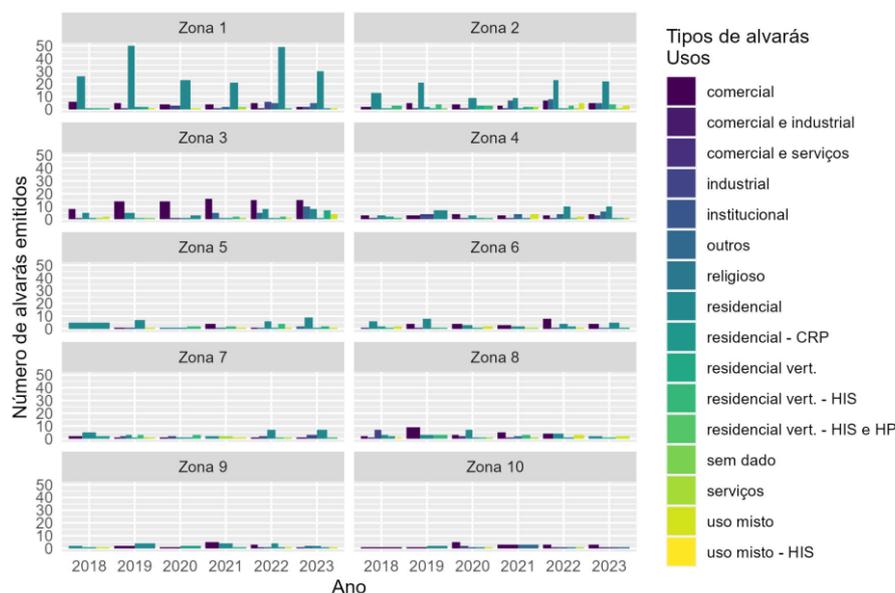


Fonte: FESPSP/PMTS

Observando-se a tabela 7 e a figura 41, é possível notar, de forma geral, o peso dos usos residencial (cores esverdeadas) e comercial (cores arroxeadas) ao longo desse período. Enquanto o primeiro grupo, formado pelas classes “Residencial”, “Residencial – CRP”, “Residencial vert.”, “Residencial vert. – HIS” e “Residencial vert. – HIS e HP”, responde por aproximadamente 57% do total de alvarás emitidos, o segundo, composto pelas classes “comercial”, “comercial e serviços” e “comercial e industrial”, perfaz cerca de 24% do total. Verifica-se, portanto, que ambos os usos foram responsáveis por 81% dos alvarás do período em Taboão da Serra. O comportamento e a distribuição entre os usos não são homogêneos ou constantes ao longo período, porém, enquanto os anos de 2018 e 2019 concentram as maiores proporções de alvarás relacionadas ao uso residencial (67,4% e 68,2%, respectivamente), entre 2020 e 2021 esse uso perde

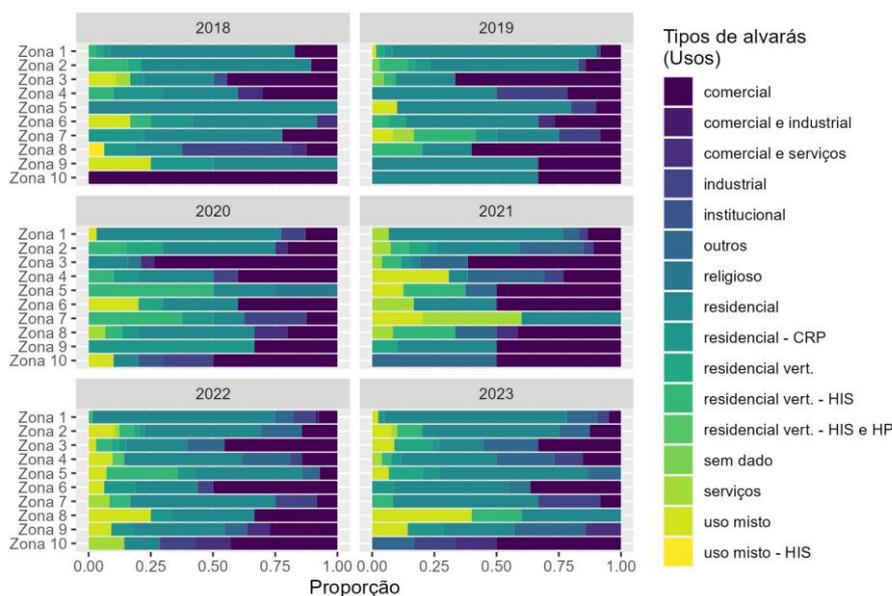
espaço para o comercial (que atinge suas maiores marcas, com 33,9% e 32,9%). Note-se: em 2021, ano fortemente marcado pela pandemia, para além do crescimento dos alvarás comerciais, verifica-se uma redução importante para o uso industrial (2,1%), considerando-se a média de suas proporções anuais (4,5%), um elevado crescimento dos serviços (6,3%, frente uma média de 1,8% da média de suas proporções anuais). Por fim, as figuras 42 e 43 ilustram a distribuição dos usos ao longo dos anos 2018-2023, por setor OP. Enquanto a primeira delas aborda a questão a partir dos dados absolutos (montantes de cada uso por setor e ano), a segunda retrata o mesmo quadro a partir dos dados relativos (proporção de cada uso por setor e ano).

Figura 35 - Distribuição do montante (valores absolutos) de alvarás para cada um dos setores do orçamento participativo para o período de 2018 a 2023, por tipo de uso e ano



Fonte: FESPSP/PMTS

Figura 36 - Distribuição das proporções (valores relativos) de alvarás, para cada um dos setores do orçamento participativo para o período de 2018 a 2023, por tipo de uso e ano



Fonte: FESPSP/PMTS

Observando-se ambas as figuras, é possível notar que o comportamento dos usos entre as zonas (ou setores) e entre os anos, por vezes é distinto. Considerando os montantes de alvarás emitidos (Figura 42), para além dos maiores valores estarem localizados nos setores OP 1, 2 e 3 (como já assinalado), é possível verificar diferenças entre os três. Enquanto os dois primeiros são fortemente marcados pelo uso residencial (com destaque para a classe que leva esse nome), no setor OP 3 o uso de maior importância é o comercial. E esse comportamento, tanto para um caso quanto para o outro, repete-se ao longo de todos os anos do período. Análises similares podem ser feitas para os demais setores. Tomando-se o caso do setor OP 10, verifica-se que ele também é fortemente marcado pelo uso comercial - ainda que, neste caso, o patamar de alvarás emitidos seja mais baixo. O setor seis, por sua vez, vê o uso comercial ganhar importância ao longo dos anos, sendo seguido pelo residencial.

Considerando-se a Figura 43 que trata das proporções dos usos dos alvarás, é possível analisar o comportamento de cada zona por ano ou ainda avaliar o comportamento das zonas ao longo do tempo. Observando-se, por exemplo, o ano de 2018, ainda que os usos residencial, comercial e misto se destaquem, o comportamento deles é bastante distinto entre os setores OP. Enquanto o setor 5 apresenta 100% de seus alvarás como residenciais, o setor dez apresenta 100% de seus setores como comercial. Por sua vez, o setor 9 é o que apresenta a maior proporção de alvarás relacionados ao uso misto neste ano: cerca de 25%.

Quando a análise recai sobre a evolução da proporção dos usos, alguns achados podem ser interessantes. Tomando-se como exemplo a zona dez, verifica-se que, com diferentes pro-

porções, o uso de alvarás comerciais possui sempre um papel de destaque nessa região do município. A zona três segue caminho similar. Ainda que nos anos de 2022 e 2023 os tipos de alvarás (usos) emitidos para essa porção do território sejam mais diversos, verifica-se que o uso comercial do setor 3 desponta como um dos maiores do município ao longo de todo o período. Por sua vez, o setor OP 1 registra uma alta proporção de alvarás relacionados ao uso residencial ao longo de todo esse período.

Isso posto, as informações expostas sobre os alvarás neste momento - e que serão aprofundadas ao longo do trabalho – jogam luz sobre a dinâmica imobiliária e dos principais usos/atividades realizadas em Taboão. Mais: elas indicam (e sustentam) a necessidade de se observar o território do município de forma regionalizada (e não como um todo homogêneo). Apenas para citar um exemplo, mencione-se o comportamento distinto dos setores um, dois e três, quando comparados aos demais – sem deixar de observar, inclusive, as diferenças entre esses setores. No mais, saliente-se que outras explorações desses dados, bem como o cruzamento deles com outras bases fornecerão mais elementos para o entendimento das dinâmicas socioespaciais de Taboão da Serra.

3.3.5 Equipamentos Públicos

De modo geral foi destacado nas oficinas e na caravana a ausência, a baixa manutenção e os problemas na gestão dos equipamentos públicos, principalmente os de cultura. Como exemplo apontamos a Arena Multiuso, equipamento de esporte e lazer desativado em área adensada. Além disso foi destacada a mudança de uso da praça Luiz Gonzaga, que era importante área de lazer, e onde hoje está localizado o Poupatempo. Nas figuras a seguir é possível verificar dois exemplos de equipamentos públicos em Taboão da Serra:

Figura 37 - ELEA - Escola Livre de Educação Ambiental e Viveiro Municipal de Taboão da Serra



Fonte: FESPSP

Figura 38 - Arena Multiuso de Taboão da Serra



Fonte: FESPSP

No mapa a seguir - Equipamentos Públicos, é possível destacar:

- O grande número de equipamentos públicos de educação, espalhados pelo território e outros equipamentos de educação, como a Escola Livre de Educação Ambiental (ELEA) junto ao viveiro de mudas;

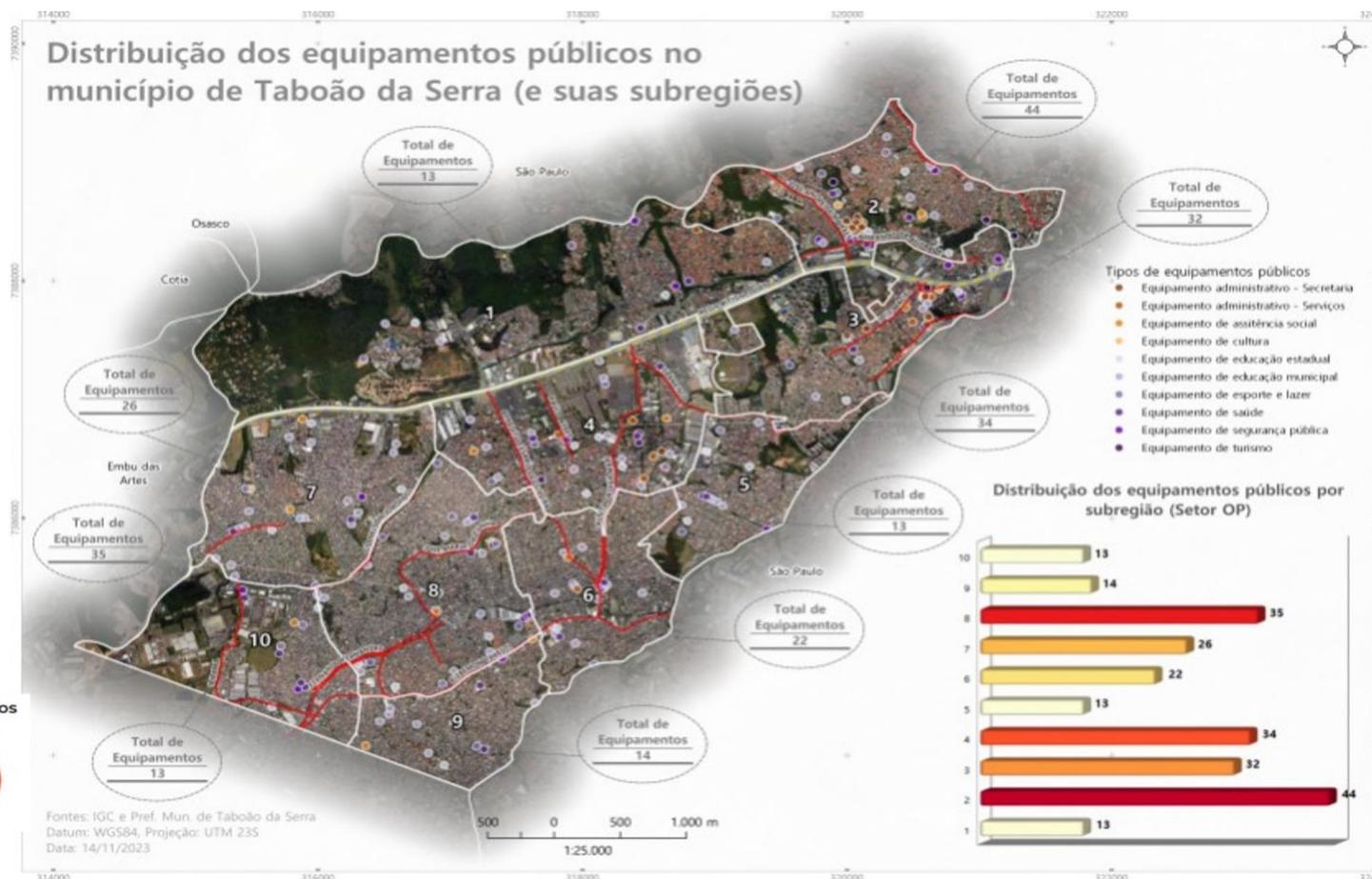
- O grande número de equipamentos no setor 2 e no setor 3, em grande medida devido à concentração nessa área dos equipamentos administrativos – secretarias;
- O baixo número de equipamentos no setor 10 e no setor 9, com destaque, no entanto, para o Poupatempo, importante equipamento regional, em área de elevada densidade populacional.

1. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Equipamentos Públicos



Mapa 4 - Equipamentos Públicos



Fonte: IGC/PMTS

3.3.6 Plano Diretor atual (LC N° 132/ 2006) e questões relacionadas ao Eixo Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura

A análise do Plano Diretor Atual em seus diversos títulos e capítulos servirá de subsídio para as fases de prognóstico, elaboração de propostas e do macrozoneamento e zoneamento municipal. De modo geral, em relação ao Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, podemos destacar:

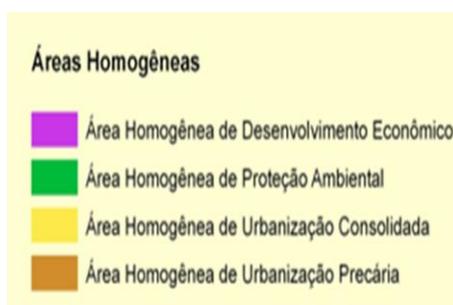
Figura 39 - Sobre Áreas Homogêneas - Mapa 1

Tópico do Plano Diretor	Conteúdo e questões
Áreas Homogêneas – Mapa 1	<p>O Plano Diretor atual possui um mapa de “Áreas Homogêneas - Mapa 1”, que no entanto não é uma camada funcional do Plano Diretor, ele serviu de base para caracterização do território, porém não orienta diretrizes e instrumentos.</p> <p>Para revisão do Plano Diretor a proposta é trabalhar com uma visão integrada do território atrelada a funções e diretrizes específicas, resultando em um macrozoneamento municipal.</p> <p>Como bases para essa proposta serão considerados: Mapa de uso do solo; Evolução do zoneamento municipal; bases de aptidão física; cobertura vegetal e outras bases relevantes identificadas na fase de prognóstico</p>

Fonte: FESPSP

Nas figuras a seguir é possível visualizar o Mapa 1 da LC N° 132/ 2006, e a legenda com as áreas homogêneas representadas, que pela sua composição, tanto caracterizam o território como indicam uma vocação proposta para aquele território:

Figura 40 - Plano Diretor LC N° 132/ 2006 - Mapa 1 - Legenda

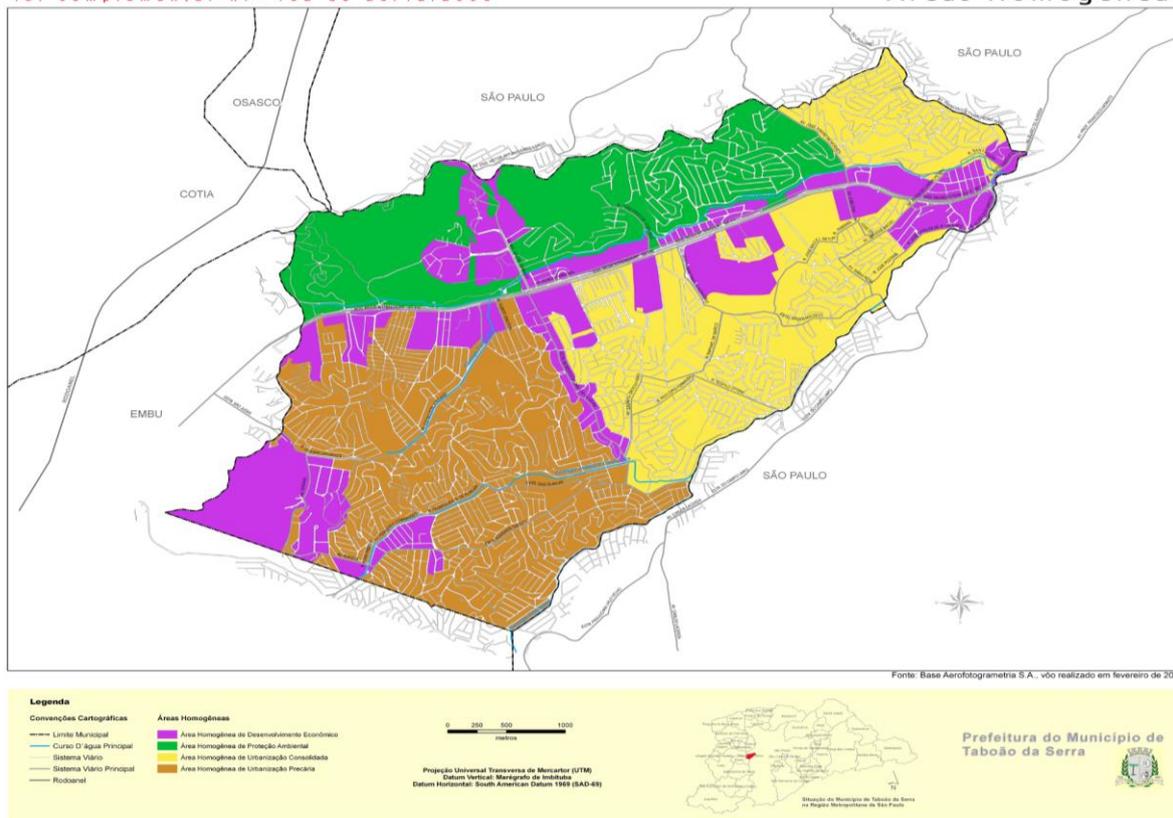


Áreas Homogêneas	
■	Área Homogênea de Desenvolvimento Econômico
■	Área Homogênea de Proteção Ambiental
■	Área Homogênea de Urbanização Consolidada
■	Área Homogênea de Urbanização Precária

Fonte: PMTS. LC N° 132/ 2006

Figura 41 - Plano Diretor LC N° 132/ 2006 - Mapa 1

Lei complementar n.º 132 de 26/12/2006



Fonte: PMTS. LC Nº 132/ 2006

Além disso, outra análise territorial importante é a das alterações realizadas no Zoneamento Municipal, após a LC Nº 132/ 2006. Houve mais dez Leis Complementares aprovadas que trataram da revisão do Zoneamento, sendo a última a LC Nº 361/ 2019. De modo geral, é possível destacar algumas alterações:

- Alteraram algumas áreas de Zona Industrial para Zona Mista 2, com destaque para áreas às margens da BR 116;
- Áreas onde antes eram Zonas de Preservação Ambiental se transformaram em Zona Predominantemente Residencial 1, ou mesmo em Zonas de Centralidade;
- Cabe destacar também áreas que antes eram áreas de Zona Industrial, Zona Predominantemente Residencial 2, Zona mista 2 ou Zona de Centralidade transformadas Zonas Especiais de Interesse Social 2 (ZEIS 2).

Ainda sobre o Zoneamento Municipal, cabe destacar as centralidades municipais, que por mais que sejam uma estratégia específica do plano e um programa de gestão integrada, também estão representadas no zoneamento municipal por duas zonas, a Zona de Centralidade - ZC e a Zona de Centralidade Linear - ZCL.

Figura 44 - Sobre Centralidades

Tópico do Plano Diretor	Conteúdo e questões	
<p>Centralidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Gestão Integrada de Qualificação das Centralidades e do Espaço Público - Estratégias de estruturação urbana e ordenação do território: Das Centralidades 	<p>O Plano Diretor Atual possui programas e estratégias que se referem às centralidades municipais. Porém é necessário rever seus objetivos e sua constituição para se adequar à realidade atual; quanto ao traçado é necessário revisar seu desenho, tanto ampliando como reduzindo, dependendo do caso.</p> <p>Já as Centralidades lineares foram montadas a partir do <i>Buffer</i> de um eixo viário, o que causa vários problemas para sua delimitação e conflitos com outras zonas, é necessário rever o desenho e a regra para sua delimitação em casos de sobreposição.</p>	

Fonte: FESPSP

Além dos Programas e Estratégias, uma das bases desse PD são os instrumentos urbanísticos. Dentro do Eixo de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura cabe destacar os instrumentos indutores do uso social da propriedade:

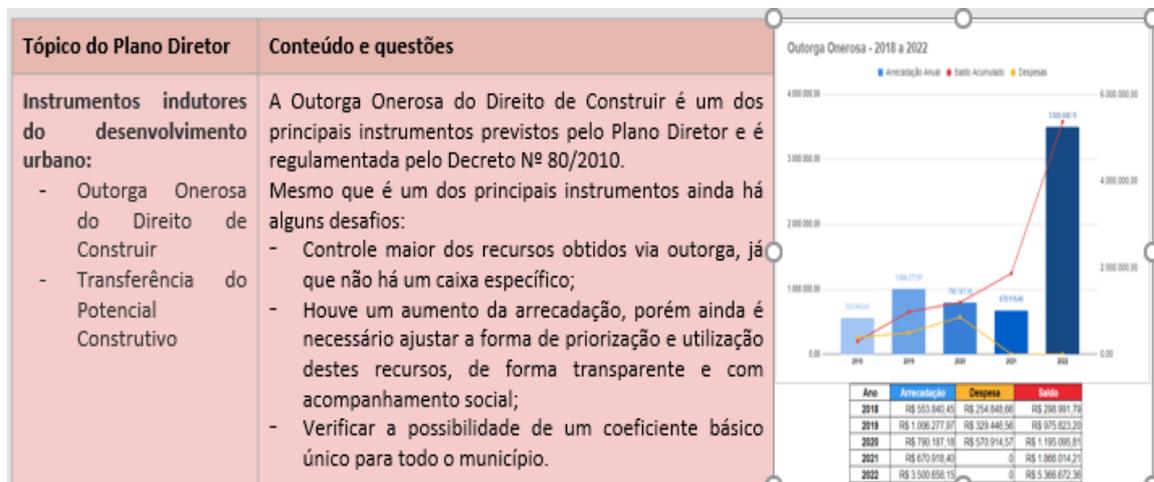
Figura 45 - Sobre instrumentos indutores do uso da propriedade

Tópico do Plano Diretor	Conteúdo e questões
<p>Instrumentos indutores do uso social da propriedade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC); - Direito de Preempção 	<p>O PEUC nunca foi utilizado, ele não é regulamentado e talvez não tenha viabilidade de ser aplicado pela dificuldade de emissão de título da dívida pública como forma de pagamento. O primeiro desafio para a avaliação da sua aplicação é a identificação de áreas não edificadas ou sub-utilizadas que possam ser mapeadas. Pelas características das áreas esse mapeamento começará pelas áreas demarcadas como: Zeis 2, Zona Industrial e áreas demarcadas como de Direito de Preempção. A partir delas pode ser feito um estudo e a avaliação da necessidade de demarcação de novas áreas.</p> <p>O Direito de Preempção possui um avanço em relação à outros PDs que é o de ter sido demarcado no mapa, no entanto isso não garantiu sua efetivação. Será feita a análise das áreas demarcadas para avaliar a necessidade do instrumento e sua revisão.</p>

Fonte: FESPSP

Além destes, há também os instrumentos indutores do desenvolvimento urbano:

Figura 46 - Sobre indutores do desenvolvimento urbano



Fonte: FESPSP/PMTS

3.4. HABITAÇÃO

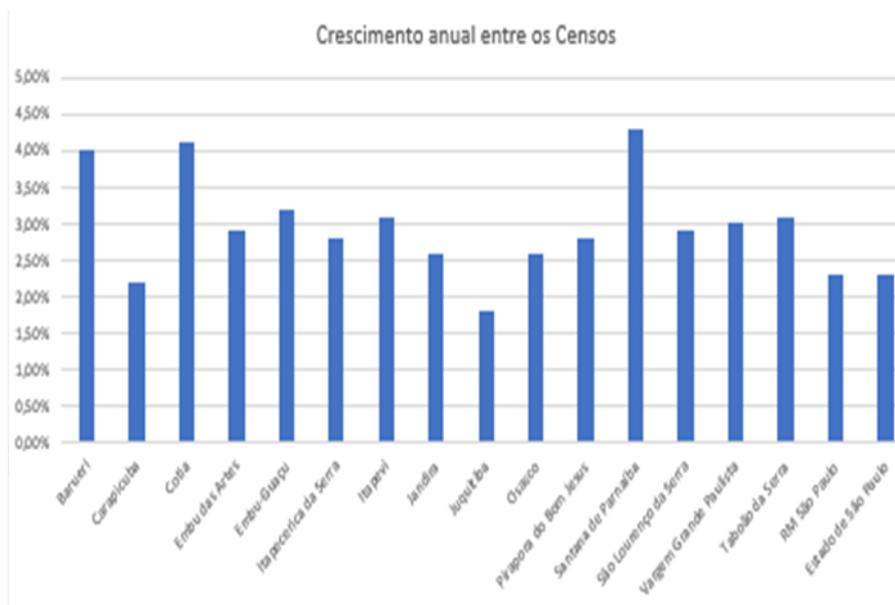
Meta 11.1 dos ODS: Até 2030, garantir o acesso de todos à moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade

Para o município de Taboão da Serra, segundo o IDSC (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades), o alcance da meta acima citada é considerado muito baixo e com grandes desafios. Ao ser mensurada por um de seus indicadores, “proporção de domicílios em favelas sobre o total dos domicílios do município”, Taboão da Serra atinge 11,95% de domicílios em favelas, segundo levantamento de “aglomerados subnormais” realizado pelo IBGE em 2019. De acordo com o índice, o valor para considerar que o objetivo foi atingido é 1,04.

Neste eixo serão analisados aspectos gerais da questão habitacional do município, como por exemplo, o atendimento de Habitação de Interesse Social (HIS) e aspectos demográficos a partir de dados sobre a evolução dos domicílios no município.

Ao se comparar a taxa geométrica anual com o número de domicílios entre os censos, é possível observar um aumento anual de 3,1% de domicílios no município, maior do que a taxa de crescimento anual da população, 0,94%. E a porcentagem da taxa de domicílios foi maior do que a média da RMSP, como pode ser analisado no gráfico a seguir, que compara Taboão da Serra aos municípios da Sub-região Sudoeste e Oeste da RMSP.

Gráfico 7 - Taxa geométrica anual de crescimento do número de domicílios - 2010 – 2022



Fonte: IBGE, 2010, 2022

Entre 2010 e 2022 o número de domicílios em Taboão da Serra cresceu em mais de 33 mil, como pode ser visto na tabela a seguir. Outra informação que podemos analisar a partir desta tabela é a de um aumento proporcional do número de domicílios permanentes não ocupados, de 6% para 10%, o que pode ser reflexo do período em que foi realizado o levantamento, durante a pandemia.

Tabela 8 - Evolução do número de domicílios por espécie de domicílio

Município	especie_domicilio	2010		2022	
		Qtde	%	Qtde	%
Taboão da Serra	Particular permanente ocupado	72.314	93,20%	99.423	89,20%
	Particular permanente não ocupado - vago	4.673	6,00%	11.154	10,00%
	Particular permanente não ocupado - uso ocasional	588	0,80%	886	0,80%
	Particular improvisado	27	0,00%	29	0,00%
	Coletivo	24	0,00%	18	0,00%
	Total	77.626	100,00%	111.510	100,00%

Fonte: IBGE, 2010, 2022

A partir das oficinas realizadas e da análise técnica foram elencados os seguintes temas para serem tratados no Eixo de Habitação:

- Habitação de Interesse Social;
- Precariedade Habitacional;
- ZEIS.

Para finalizar, será feita uma breve análise do Plano Diretor atual LC Nº 132/ 2006 para este eixo, em aspectos sobre as estratégias de habitação e inclusão territorial e ZEIS e outros instrumentos relacionados à política habitacional.

3.4.1 Habitação de Interesse Social, Precariedade Habitacional e ZEIS

Tema recorrente em Taboão da Serra, a Habitação de Interesse Social traz algumas questões:

- Qual a demanda habitacional do município?
- Qual demanda habitacional é suprida no município?
- Qual o *déficit* Habitacional do município?
- Como garantir acesso e permanência habitacional das famílias na faixa de renda de 0 a 3 Salários-Mínimos, que possuem pouco ou nenhum acesso via mercado imobiliário?

O Plano Municipal de Habitação (PMH) de Taboão da Serra, de 2009 indicava para Assentamentos Precários, incluindo Favelas e Loteamentos Precários, um total de 77 núcleos, com 20.700 domicílios.

A tabela a seguir indica o último dado organizado sobre demanda e *déficit* habitacional para Taboão. Este número está em processo de revisão pela SDUHMA, e será atualizado no próximo PMH, em elaboração.

Tabela 9 - Necessidade de novas unidades habitacionais

	Unidades novas necessárias (nº absoluto)	% em relação ao total de novas unidades necessárias	% em relação ao total domicílios existentes no município
Novas unidades p/ urbanização de assentamentos precários *	2.500	25,1	4,8
Novas unidade para o atendimento a situações de risco 3 e 4 ***	2.095	21,1	4,0
Déficit habitacional básico **	4.686	47,2	8,9
Necessidade para atender servidores públicos municipais até 3 SM	656	6,6	1,2
Total de novas unidades necessárias no município para atender suas necessidades habitacionais	9.937	100	18,9

Fonte: FESPSP/PMTS

Com relação à precariedade habitacional, o Mapa 5 indica as áreas onde estão previstas intervenções, sendo as de regularização fundiária as que abrangem a maior extensão territorial, concentradas principalmente nas áreas 7 e 8 dos setores do orçamento participativo. A Tabela a seguir indica as áreas identificadas. Já o Mapa 6 apresenta as áreas de ZEIS 1 e 2 no município, sendo ZEIS 1 áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda, de interesse público na promoção da regularização urbanística e fundiária; e ZEIS 2 composta por imóveis adequados à urbanização, de interesse público na promoção de Habitação de Interesse Social - HIS, geralmente imóveis vazios ou ociosos. As áreas de ZEIS 1 estão concentradas nos setores 7, 8 e 9, responsável por quase 50% da área de cada um desses setores. Já as ZEIS 2 aparecem em menor quantidade de áreas no território, proporcionalmente ocupando 20% da área do setor 5. Por fim, apresenta-se uma tabela com os assentamentos precários e algumas informações a eles associadas:

Tabela 10 - Assentamentos precários

Nome do núcleo	Tipo de intervenção necessária/prevista	Zona (LC 361/19)	Número de domicílios	Área (em m ²)	Possui plano de urbanização
Jardim Santo Onofre	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	192	10.544,02	Não
Parque Pinheiros Biquinha	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZCL	112	6.418,82	Não
Jardim São Judas I	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	301	22.416,29	Sim
Jardim Iracema I	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZPR2	80	6.763,68	Não
Jardim Trianon	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	114	15.176,08	Não
Jardim São João	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	30	7.212,27	Não
Jardim Leme II	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZPR2	240	11.395,87	Não
Parque Jacarandá/Morro Sabão/Taboão da Serra C	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	526	33.513,95	Não
Jardim Mirna	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	19	6.829,46	Não
Jardim Salete	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	250	14.145,73	Não
Jardim Irapuã Pq. Pinheiros	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	70	10.395,61	Não
Vila Sonia II	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	120	4.619,48	Não
Jardim Helena	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZPR2	192	8.499,79	Não
Parque Pinheiros Righetti	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZCL / ZM1	110	5.565,39	Não
Jardim Guaciara Pirajuçara	Urbanístico e Fundiário	ZEIS1 / ZML	120	9.879,78	Não



Nome do núcleo	Tipo de intervenção necessária/prevista	Zona (LC 361/19)	Número de domicílios	Área (em m2)	Possui plano de urbanização
Parque Pinheiros Palmares	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	121	12.064,38	Não
Vila Sonia I (Vilinha) Jd. Elisabeth	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	20	2.018,74	Não
Jardim Clementino Nicolau Gentile	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	140	10.012,74	Não
José Mielli	Fundiária	ZEIS 1	103	9.279,78	Sim
Jardim Freitas Júnior	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZML	104	11.933,86	Não
Irati Córrego	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	65	4.854,33	Não
Irati HBB	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	478	34.757,51	Não
Jardim Trianon HBB	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZML	458	19.333,22	Não
Jardim Santa Cruz	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	210	21.646,00	Não
Parque Jacarandá Peroba	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	48	978,31	Não
Jardim São Luiz	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	125	5.591,68	Não
Parque Albina	Urbanístico e Fundiário	ZPR2 / ZEIS1	125	23.556,41	Não
Parque São Joaquim Antiga Regional	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	15	9.027,99	Não
Jardim Margarida	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	1108	80.030,99	Não
Vila Nova Esperança	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZPA	242	47.628,97	Não
Jardim Elizabeth (Margarida)	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	150	13.836,00	Não
Jardim Record Gleba A	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZM1	91	3.627,56	Não
Meier Saporito	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	595	37.274,84	Não
Pq São Joaquim / Jd Leme / Jd Silvio Sampaio	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	443	39.933,80	Não
Jardim Maria Luiza	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	300	34.747,65	Não
Guaianã Gelo	Urbanístico e Fundiário	ZML	50	1.965,27	Não
Irati Antena	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZML	313	14.756,80	Não
Jardim Scândia	Urbanístico e Fundiário	ZML / ZPR2 / ZEIS1	280	45.588,68	Não
Jardim Primavera Reassentamento	Fundiária	ZEIS 1	313	55.405,46	Sim
Jardim Freitas Júnior II	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZML	70	5.524,72	Não



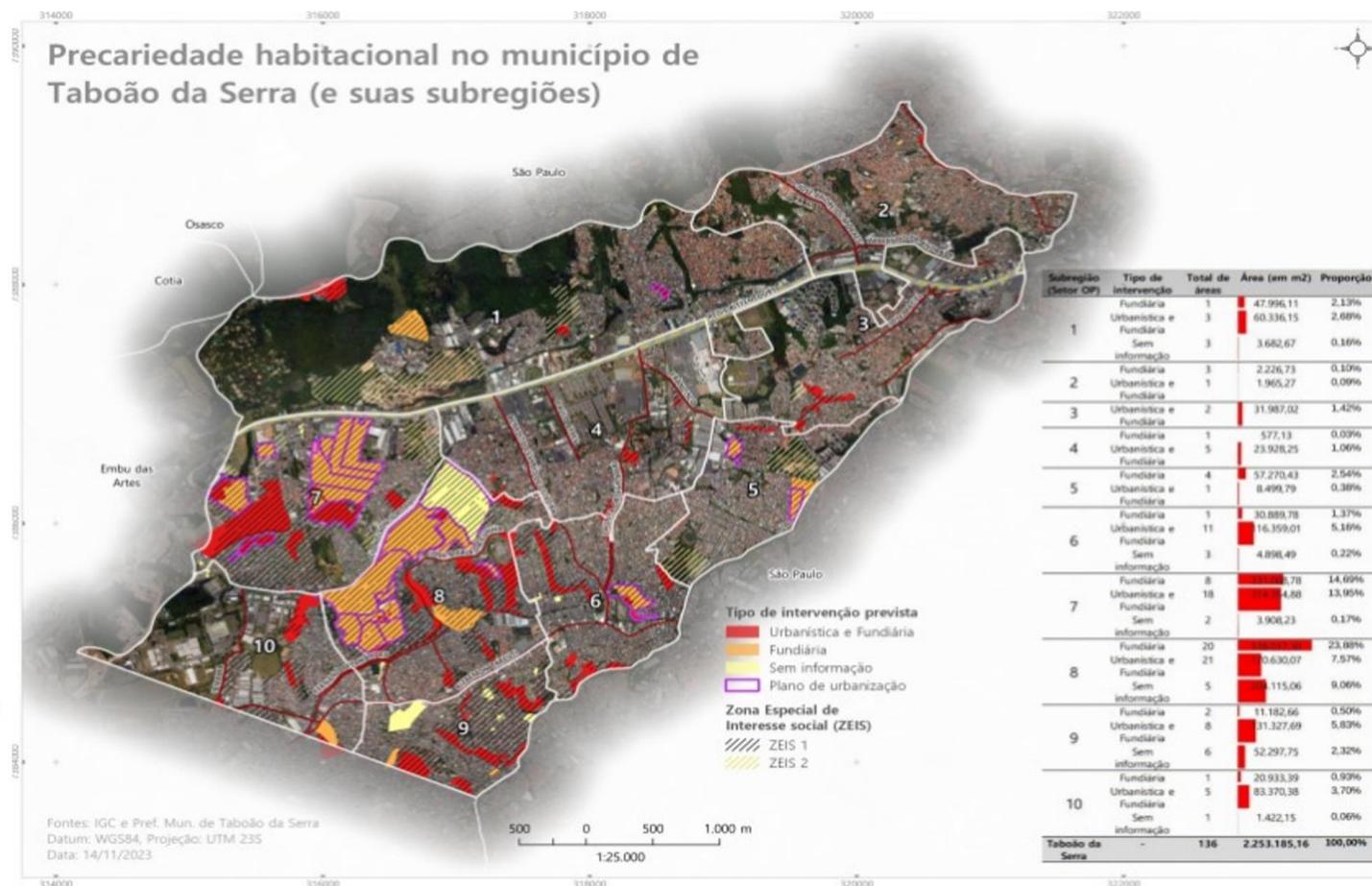
Nome do núcleo	Tipo de intervenção necessária/prevista	Zona (LC 361/19)	Número de domicílios	Área (em m2)	Possui plano de urbanização
Jardim Beatriz	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZCL	110	8.430,60	Não
Jardim Ferreirinha	Fundiária	ZEIS 1	150	20.415,18	Não
Jardim Guayanã Amor Perfeito	Fundiária	ZPR2	7	1.162,08	Não
Jardim Leme I	Fundiária	ZEIS 1	30	2.905,38	Não
Jardim Maria da Costa	Fundiária	ZC / ZCL / ZEIS 1	100	20.933,39	Não
Jardim Nova Esperança II	Fundiária	ZEIS 1	10	1.549,96	Sim
Jardim Record Gleba C Ocupação Caótica	Fundiária	ZEIS 1	0	126.252,95	Sim
Jardim Record Gleba C Coop. Novo Horizonte Ação Civil Pública	Fundiária	ZEIS 1	0	147.510,34	Sim
Jardim Wanda	Fundiária	ZPR2	7	577,13	Não
Vila Mafalda	Fundiária	ZEIS 1	188	52.455,57	Não
Jardim Vitória	Fundiária	ZEIS 1	0	37.835,71	Sim
Jardim São Judas II	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	450	18.161,56	Não
Jardim Santa Rosa	Fundiária	ZPR2	10	954,20	Não
Jardim São Judas III	Urbanístico e Fundiário	ZML	45	1.563,47	Não
Jardim Ouro Preto	Fundiária	ZPR2	1	110,44	Não
Jardim Silvia	Fundiária	ZPR2	8288	8.277,28	Não
CDHU Laguna	Fundiária	ZEIS 1	496	47.996,11	Não
Sítio das Madres IV	Fundiária	ZEIS 1	100	13.705,37	Sim
Sítio das Madres II	Fundiária	ZEIS 1	258	29.824,01	Sim
Sítio das Madres III	Fundiária	ZEIS 1	110	15.558,73	Sim
Sítio das Madres I	Fundiária	ZEIS 1	229	35.979,24	Sim
Jardim Trianon Posto de Saúde	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZML	262	24.448,58	Não
Vila Francisco Remeikis	Verificar	ZEIS 1	0	3.095,71	Não
Arraial Paulista	Urbanístico e Fundiário	ZEIS1 / ZM1	209	19.164,55	Não
Jardim Saporito II (área pública)	Verificar	ZPR 2	0	2.362,94	Não
Jardim Margarida I	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	150	82.882,99	Não
Jardim Saporito III (área pública)	Verificar		0	1.877,01	Não
Jardim Saporito III (área pública)	Verificar		0	1.877,01	Não
Jardim Saint Moritz III	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	0	52.362,03	Sim



Nome do núcleo	Tipo de intervenção necessária/prevista	Zona (LC 361/19)	Número de domicílios	Área (em m ²)	Possui plano de urbanização
Cidade Intercap	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	62	5.877,72	Sim
Jardim Belo Horizonte	Fundiária	ZEIS 1	120	15.171,21	Sim
Jardim Comunitário	Fundiária	ZEIS 1	313	45.469,50	Sim
Jardim Nova Esperança	Fundiária	ZEIS 1	124	14.915,41	Sim
Condomínio Pôr do Sol II	Fundiária	ZEIS 1	40	2.295,36	Sim
Condomínio Pôr do Sol I	Fundiária	ZEIS 1	30	5.665,02	Sim
Jardim Iracema II	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1 / ZPR2	100	16.619,88	Não
Jardim Pôr do Sol II Acampamento	Fundiária	ZEIS 1	16	1.197,98	Sim
Jardim Pôr do Sol I Acampamento	Fundiária	ZEIS 1	33	2.673,62	Sim
Jardim Saint Moritz II	Fundiária	ZEIS 1	0	15.360,12	Sim
Jardim Saint Moritz I	Fundiária	ZEIS 1	0	51.587,62	Sim
Novo Horizonte fase I	Fundiária	ZEIS 1	0	70.966,08	Sim
Novo Horizonte fase III	Fundiária	ZEIS 1	0	68.356,08	Sim
Novo Horizonte fase II	Fundiária	ZEIS 1	0	66.476,54	Sim
Jardim São Mateus – Coop. Novo Horizonte	Fundiária	ZEIS 1	0	20.389,88	Sim
Jardim Vale das Flores CSU	Fundiária	ZEIS 1	415	30.889,78	Sim
Ponte Alta Osvaldinho	Verificar	ZEIS 1	0	190.018,01	Não
Lotões Jardim Comunitário	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	0	19.543,66	Sim
Jardim Primavera Reassentamento Área Verde (Booster)	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	200	7.015,30	Sim
Lotões Saint Moritz I	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	0	9.412,16	Sim
José Mielli II	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	5	833,41	Não
Lotões Csu	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	0	8.924,54	Sim
Lotões Sítio IV	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	0	1.409,27	Sim
Sítio das Madres / Record	Verificar	ZEIS 1	0	5.312,39	Sim
Cidade Intercap (área pública)	Verificar	ZEIS 1	0	2.205,97	Não
Jd. América		ZEIS 1	0	761,86	Não
Jardim Silvio Sampaio (área pública)	Verificar		0	4.178,07	Não
Jardim Suina (área pública)	Verificar		0	2.433,14	Não
Jardim Suina UBS (área pública)	Verificar		0	5.069,87	Não

Nome do núcleo	Tipo de intervenção necessária/prevista	Zona (LC 361/19)	Número de domicílios	Área (em m ²)	Possui plano de urbanização
Lotões Sitio III	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	0	1.284,02	Sim
Vila Carmelina	Verificar	ZEIS 1	0	38.465,61	Não
Jardim Maria Luiza (área pública)	Verificar		0	1.447,82	Não
Jardim São Salvador (área pública)	Verificar		0	2.247,34	Não
Jardim São João (área pública)	Verificar		0	2.821,70	Não
Jardim Record Gleba A (área pública)	Verificar		0	658,54	Não
Altos do Taboão (área pública)	Verificar		0	2.234,67	Não
Jardim Silvio Sampaio (área pública)	Verificar		0	703,24	Não
Jardim Suina	Urbanístico e Fundiário	ZEIS 1	11394,05	10.758,10	Não
Jardim Myrna (área pública)	Verificar		0	714,85	Não
Sítio das Madres / Record	Verificar	ZEIS 1	0	3.715,62	Sim

Mapa 5 - Precariedade Habitacional



Fonte: IGC/PMTS

2. HABITAÇÃO

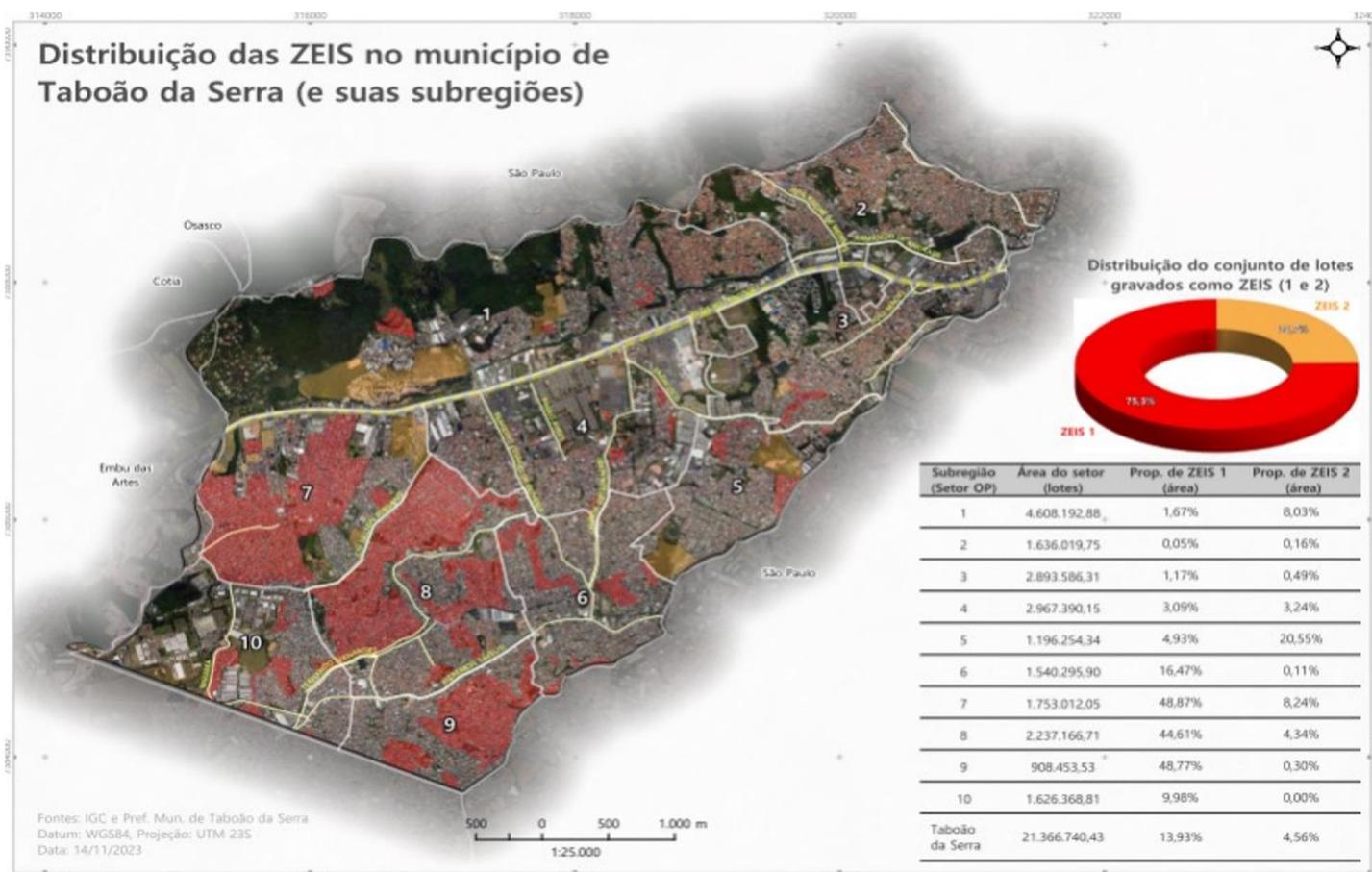
Precariedade Habitacional

Assentamentos Precários



Mapa 6 - Distribuição de ZEIS

2. HABITAÇÃO
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)



Fonte: IGC/PMTS

3.4.2 Plano Diretor Atual (LC Nº 132/ 2006) e questões relacionadas ao Eixo Habitação

A Habitação é um dos temas centrais do atual Plano Diretor, relacionada à inclusão social, como no Programa de Gestão Integrada de Inclusão Social em Assentamentos Precários. Define ainda as áreas de ZEIS 1 e ZEIS 2, apresentadas no Mapa 6. A ATHIS, Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, é uma das ferramentas previstas no PD, e regulamentada pelo Decreto Nº 36/2022, porém que ainda necessita de normativa do decreto para a sua melhor implementação.

Figura 47 - Sobre Programa de Gestão Integrada de Inclusão Social em Assentamentos Precários

Tópico do Plano Diretor	Conteúdo e questões
- Programa de Gestão Integrada de Inclusão Social em Assentamentos Precários	ZEIS 1: Para estruturar essa camada para a revisão do PD é necessário verificar o atendimento habitacional em Zeis 1 através do cadastro atualizado de áreas onde houve regularização fundiária e/ou urbanística sobreposta às áreas de Zeis 1 e de precariedade habitacional
- Estratégias de Estruturação Urbana: Da Habitação e da Inclusão Social	ZEIS 2: Áreas onde pela lei é necessário que pelo menos 50% das áreas atendam HIS para população de 0 a 3 SM. Para estruturar essa camada para a revisão do PD é necessário verificar o atendimento habitacional em Zeis 2 através do cadastro das áreas em que houveram empreendimentos, onde está em implantação, onde não houve empreendimentos, e áreas que possuem imbrólio jurídico/fundiário. A partir de então é possível atualizar o cadastro de Zeis 2, verificar áreas ainda disponíveis e prospectar a necessidade de novas áreas. Este levantamento está em elaboração pelo controle urbano
Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS)	Instrumento previsto no PD e regulamentado pelo Decreto Nº 36/2022. Verificar para a revisão do PD formas de fortalecer através de normativa do decreto e previsão de recursos para melhorias habitacionais.

Fonte: FESPSP

3.5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MOBILIDADE

Neste eixo serão abordados aspectos gerais sobre o desenvolvimento econômico do município com o intuito de trazer elementos para compreender as dinâmicas econômicas e de empregos do município. Para isso será feita uma análise a partir do PIB e Participação dos Setores no PIB, Empregos e Remuneração.

Para a mobilidade urbana, serão abordados aspectos relacionados ao Transporte Público, bem como em relação ao Sistema Viário, Cicloviário e Mobilidade a pé, que é tema recorrente nos debates sobre o município, com destaque atual para o tema da municipalização da Régis Bittencourt e suas interligações.

Para finalizar, será feita uma breve análise do Plano Diretor atual LC Nº 132/ 2006 para este eixo, em aspectos sobre o desenvolvimento econômico e a mobilidade urbana.

3.5.1 Desenvolvimento Econômico e Empregos - Nota Metodológica

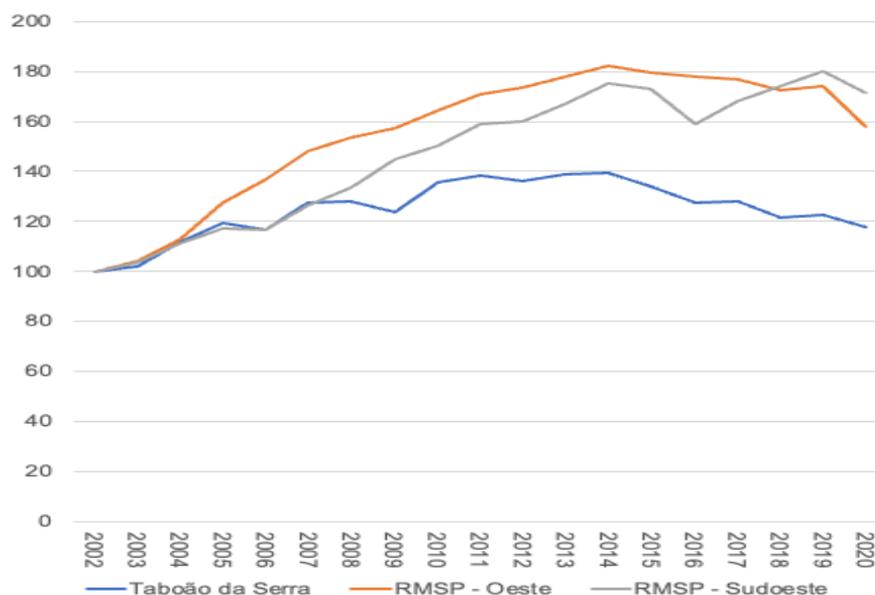
Nessa seção serão apresentados dados secundários sobre as características econômicas de Taboão da Serra e sua comparação com um conjunto de municípios selecionados. Serão apresentados dados do PIB do município e as participações dos setores econômicos no PIB do município. A fonte para esses dados é o IBGE. Importante observar que os dados estão deflacionados conforme o deflator implícito do PIB do Brasil, além disso, os dados são defasados em 2 anos, pois essa é a periodicidade de dados disponíveis. Serão também apresentados dados sobre o mercado de trabalho de Taboão da Serra. Nesse caso os dados refletem exclusivamente o mercado formal de trabalho e foram retirados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponibilizada pelo Ministério do Trabalho.

Os municípios com os quais Taboão da Serra será comparado são os municípios pertencentes à região oeste da região metropolitana de São Paulo (RMSP): Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, e municípios da região sudoeste da RMSP, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra e Vargem Grande Paulista. O intuito dessas comparações é ter insumos para localizar os desenvolvimentos de Taboão da Serra e diferenciá-los daquelas tendências que são mais ou menos comuns aos municípios similares.

3.5.2 Produto Interno Bruto - PIB

Conforme pode ser visto no gráfico abaixo, quando comparada a evolução do PIB de Taboão da Serra com o PIB das regiões selecionadas (soma dos PIBs dos municípios da região) percebe-se que o primeiro tem uma dinâmica econômica menor do que as regiões. Enquanto as regiões têm crescimento praticamente contínuo do PIB entre 2002 e 2018, Taboão da Serra estagna no ano de 2013 e apresenta tendência declinante, mostrando um ritmo de crescimento econômico menor do que os municípios selecionados do seu entorno.

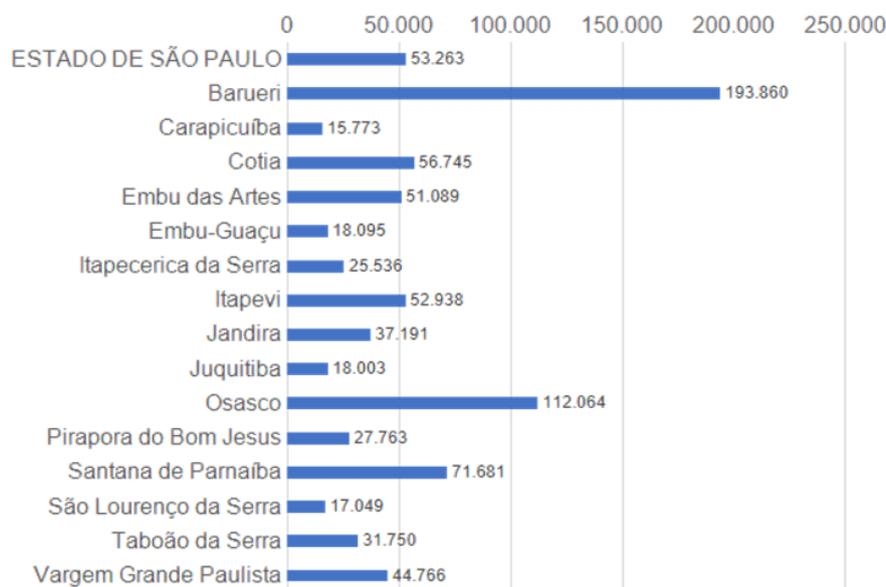
Figura 48 - Evolução do PIB em índice (2002 = 100)



Fonte: IBGE. Elaboração: FESPSP.

Taboão da Serra também possuía PIB per capita inferior ao do estado de São Paulo em 2020, sendo o 9º maior PIB per capita dos 15 municípios selecionados, como é possível ver no gráfico abaixo. Abaixo de Taboão estão somente os municípios de Carapicuíba, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus e São Lourenço da Serra. Isso mostra que o município de Taboão da Serra além de possuir uma dinâmica econômica menos pujante do que os municípios de comparação, ainda figura em posição intermediária em termos de riqueza econômica, quando comparado ao mesmo conjunto de municípios

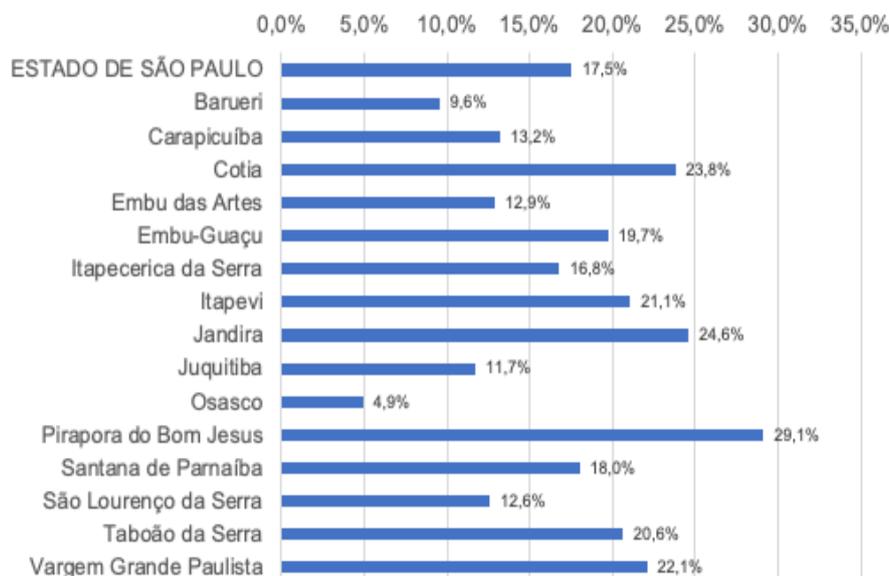
Figura 49 - PIB per capita dos municípios selecionados (2022)



Fonte: IBGE. Elaboração: FESPSP

A participação da indústria de Taboão da Serra no PIB do município era de 20,6% em 2020, superando a do estado de São Paulo (17,5%). Porém, o município não se destacava entre os selecionados como possuindo uma elevada participação da indústria no PIB. Dos 15 municípios selecionados 5 possuíam maior participação da indústria no PIB, Cotia, Itapevi, Jandira, Pirapora do Bom Jesus e Vargem Grande Paulista. Evidentemente municípios com população menor podem distorcer os dados em função do impacto da implantação de uma única planta produtiva. Assim, é possível dizer que apesar de Taboão da Serra não se destacar entre os municípios selecionados no que diz respeito à participação da indústria no PIB, é possível dizer que esse setor possui uma posição relativa na geração de valor adicionado acima daquela encontrada em muitos municípios do estado.

Figura 50 - Participação da Indústria no PIB (2022)



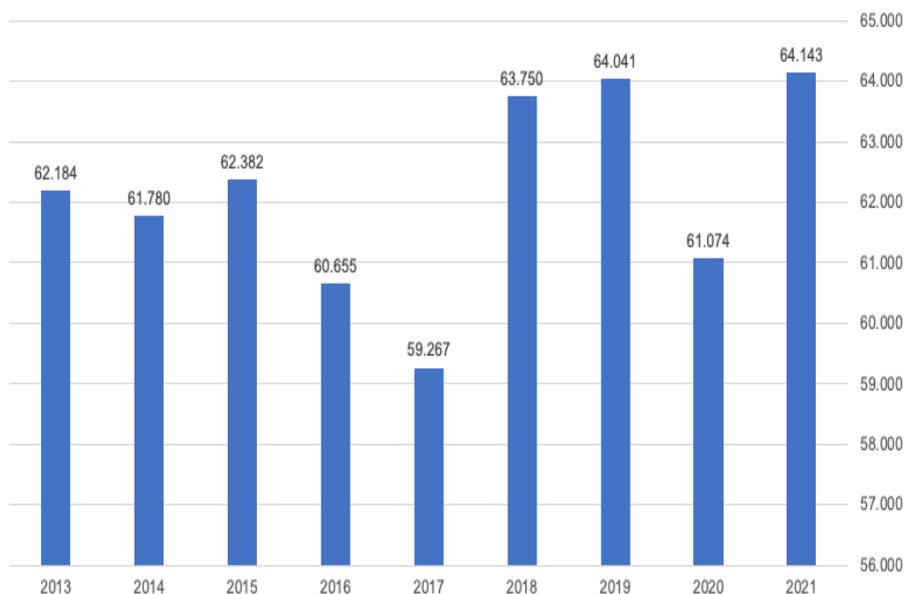
Fonte: IBGE. Elaboração: FESPSP.

Do mesmo modo, a participação dos serviços no PIB de Taboão da Serra também não se destaca entre o conjunto de municípios selecionados. Esse setor possui participação maior no PIB do que a indústria, o que é o esperado para a maior parte dos municípios no país, porém, em Taboão da Serra a participação do valor adicionado nos serviços em relação ao total do PIB (54%) é menor do que no estado de São Paulo como um todo (57%), como é possível observar no gráfico abaixo. Além disso, dos 15 municípios selecionados, 8 possuíam importância relativa dos serviços maior do que Taboão da Serra: Barueri, Carapicuíba, Embu das Artes, Itapecerica da Serra, Itapevi, Juquitiba, Osasco e Santana do Parnaíba, mostrando que esse é um setor importante para o município, mas, que ainda pode ser mais bem explorado.

3.5.3 Empregos

No que diz respeito ao mercado de trabalho, Taboão da Serra registrou elevação do nível de empregos formais no período de 2018 e 2019, sendo os melhores anos da série entre 2013 (início da crise econômica no país) e 2021, ano afetado pela pandemia da COVID-19. Conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

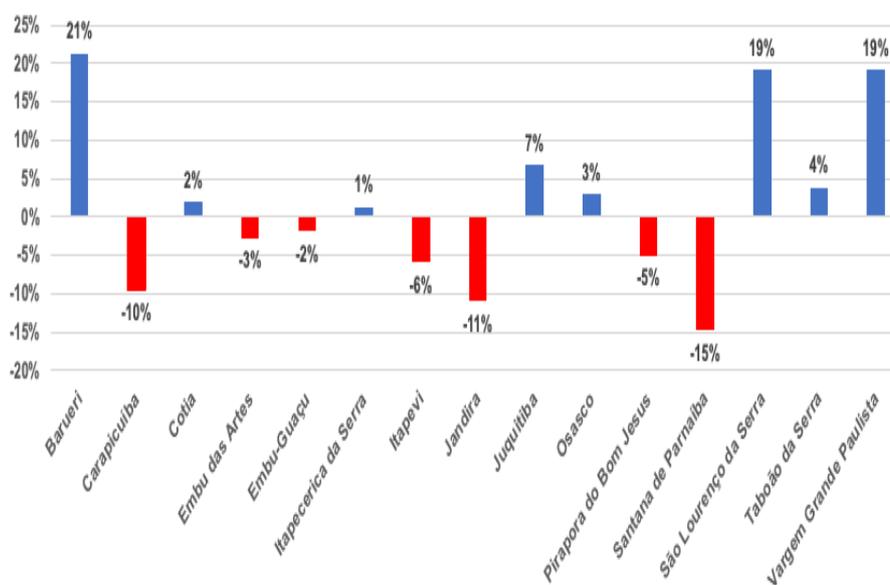
Figura 51 - Número de empregos formais em Taboão da Serra



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

Deste modo, Taboão da Serra registrou crescimento de 4% em empregos formais no período. O mesmo não pode ser dito de outros municípios do conjunto selecionado, conforme demonstra o gráfico abaixo.

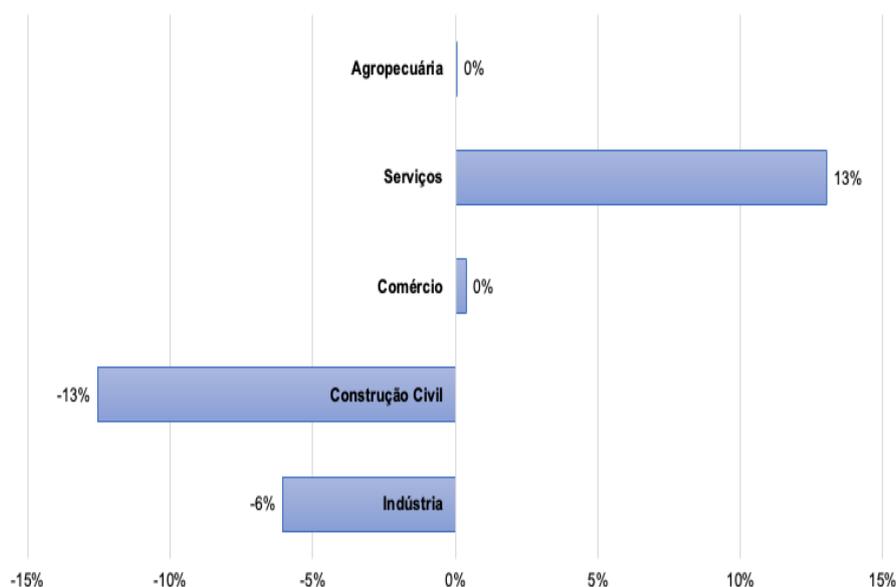
Figura 52 - Taxa de variação do número de empregos formais entre 2013 e 2021 para municípios selecionados.



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

A maior parte dos empregos gerados se concentrou no setor de serviços, com saldo positivo de 13%, enquanto a construção civil registrou queda de 13% e a indústria 6% no mesmo período, como mostra o gráfico abaixo.

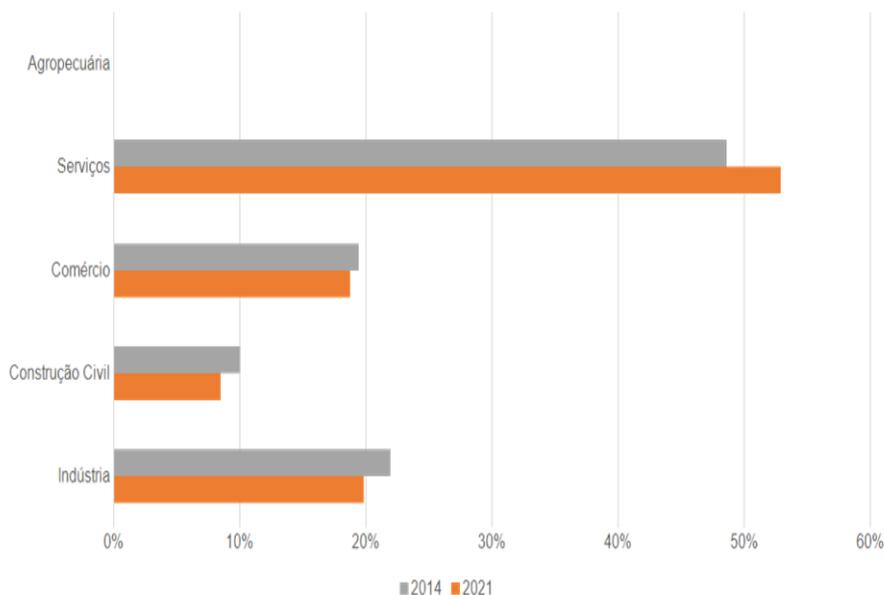
Figura 53 - Variação percentual do número de empregos formais entre 2013 e 2021 por setor da economia no município de Taboão da Serra



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

O setor de serviços é o setor que mais emprega, em termos de empregos formais, no município, seguido pela indústria, comércio e construção civil, conforme pode ser visto no gráfico abaixo. Além disso, enquanto os demais setores perderam postos de trabalho, o setor de serviços ganhou. Isso elevou a participação do setor no total de empregos formais gerados no município, mostrando a importância desse setor para o Taboão da Serra.

Figura 54 - Participação dos Setores Econômicos no Total de Empregos Formais – Taboão da Serra (2014, 2021)

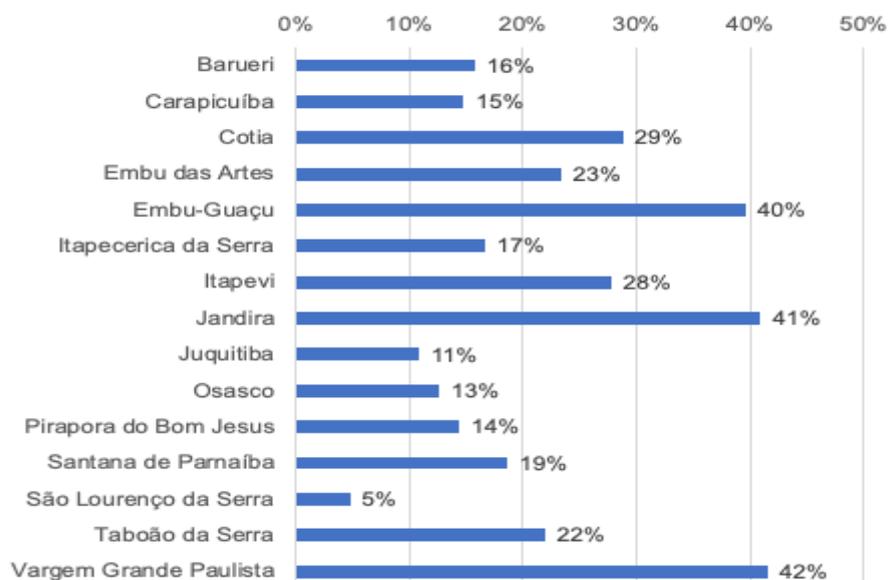


Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

Quando o município de Taboão da Serra é comparado com os demais municípios selecionados, podemos ver que o setor de destaque em termos de geração de emprego é o setor da construção civil, conforme demonstra os gráficos a seguir.

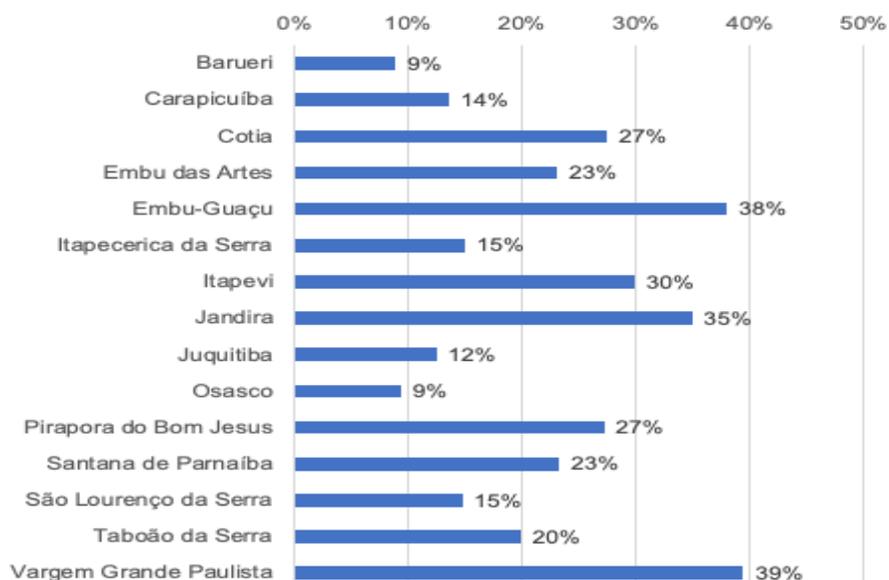
Ainda de acordo com os gráficos, é possível verificar que a participação dos empregos da indústria caiu em todos os municípios, isso é uma tendência nacional. A queda em Taboão da Serra, de 22% para 20%, é maior do que em alguns dos demais municípios. Em 2014 havia 6 municípios com participação da indústria no total de empregos formais menores do que em Taboão da Serra. Já em 2021, esse número era de 8.

Figura 55 - Participação da Indústria no total de empregos formais em 2014



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

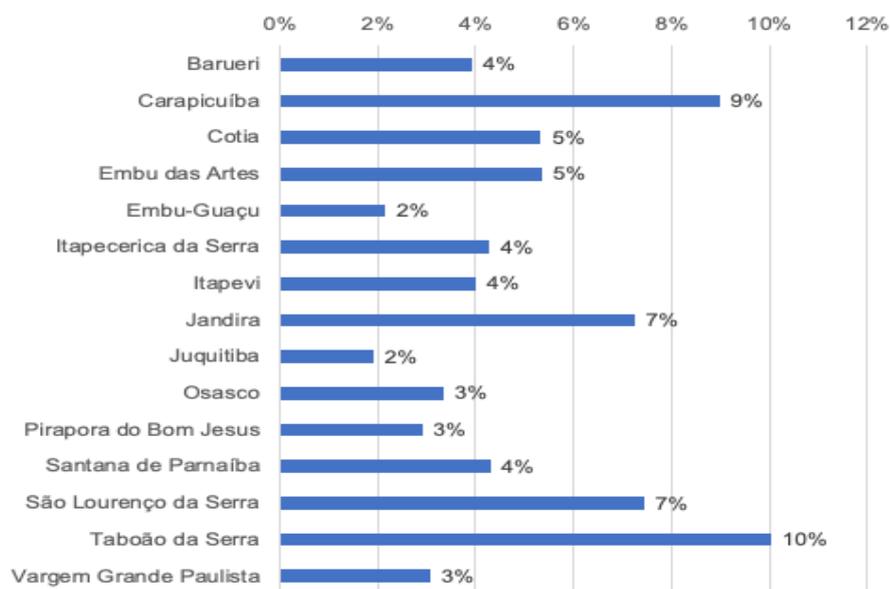
Figura 56 - Participação da Indústria no total de empregos formais em 2021



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

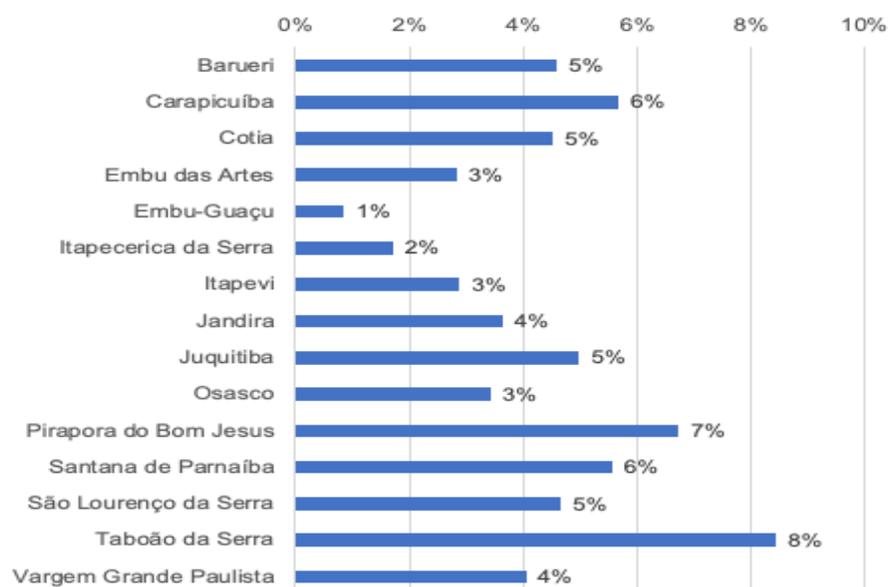
No setor da construção civil, Taboão se destaca entre todos os municípios selecionados. Esse setor era responsável por 10% dos empregos formais no município em 2014 e, mesmo caindo para 8% do total dos empregos formais, ainda deixava Taboão da Serra como o município de maior participação do setor no total dos empregos formais.

Figura 57 - Participação da Construção Civil no total de empregos formais em 2014



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

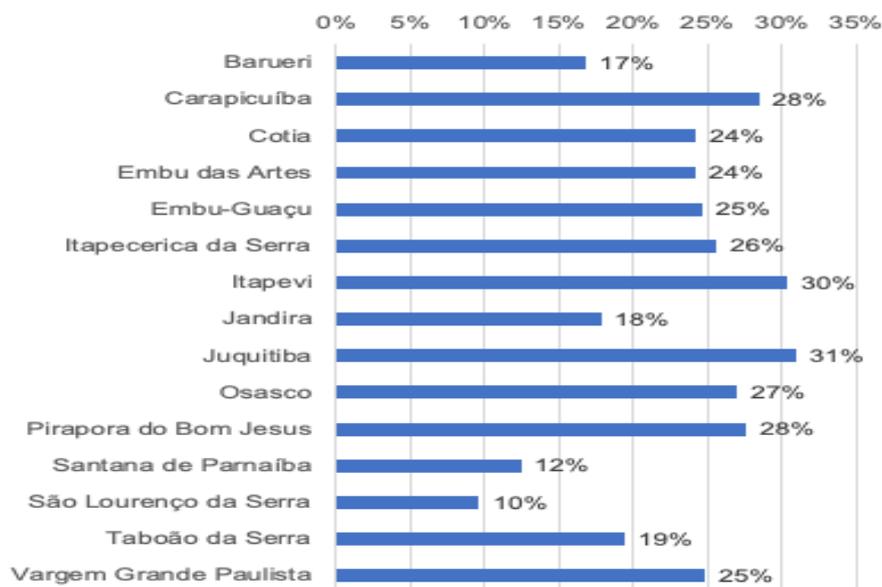
Figura 58 - Participação da Construção Civil no total de empregos formais em 2021.



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

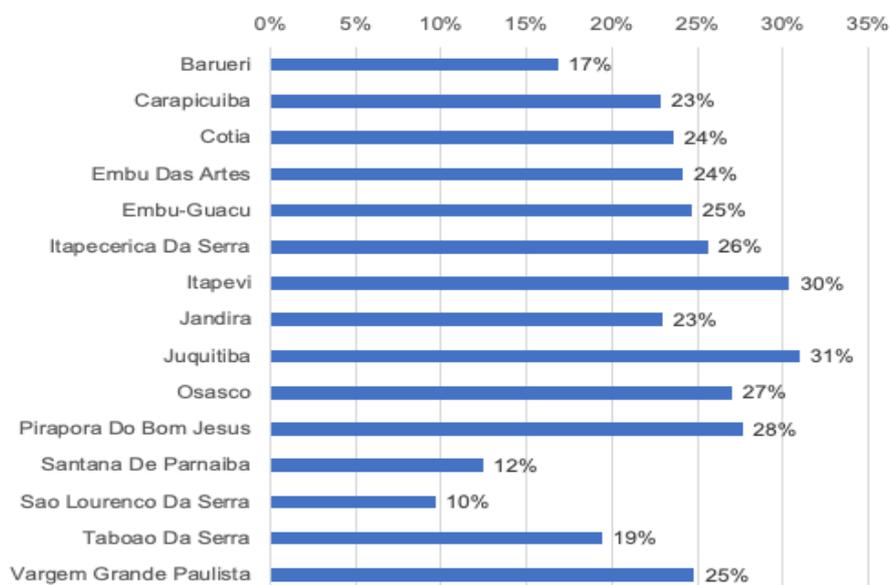
No caso do comércio, novamente Taboão da Serra figurava em posição intermediária em relação ao conjunto dos municípios. Esse setor representava 19% dos empregos formais em 2014 e em 2021, conforme gráfico a seguir demonstra.

Figura 59 - Participação do Comércio no total de empregos formais em 2014



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

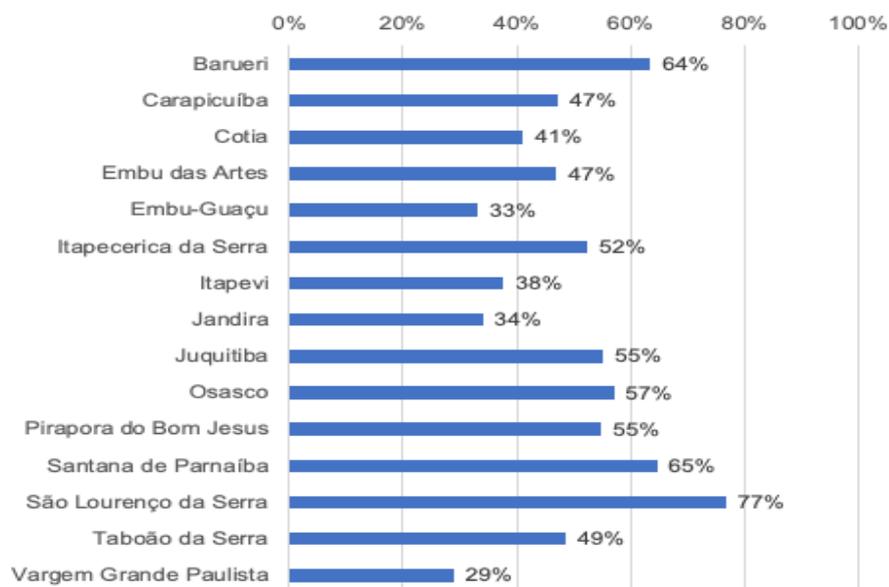
Figura 60 - Participação do Comércio no total de empregos formais em 2021



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

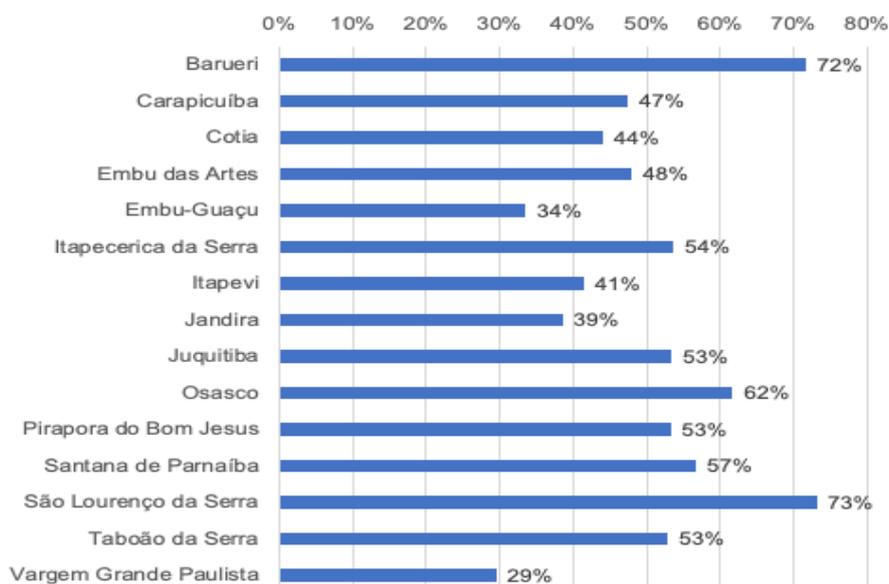
Já a participação dos serviços no total de empregos formais cresceu entre 2014 e 2021, corroborando os dados apresentados anteriormente. Ainda assim, quando Taboão da Serra é comparado com os demais municípios, nota-se que o primeiro permaneceu figurando em posição intermediária entre os municípios selecionados, como ilustra o gráfico a seguir.

Figura 61 - Participação dos Serviços no total de empregos formais em 2014



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

Figura 62 - Participação dos Serviços no total de empregos formais em 2021.



Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

Por fim, a remuneração real média real em Taboão da Serra caiu de R\$2.163,00 em 2014 para R\$1.808,17 em 2021, condição motivada pela crise econômica que se iniciou em 2013 no país, além, claro, da elevação da inflação no período. Por isso, resultados semelhantes ou piores podem ser vistos nos municípios selecionados. O maior rendimento médio em 2014 estava no

setor de serviços de utilidade pública e o segundo maior na indústria de transformação, conforme dados a seguir. Contudo, com o advento da crise e da elevação da inflação, as perdas salariais no setor de utilidade pública fizeram com que a indústria da transformação passasse a ocupar o primeiro lugar em termos de maiores remunerações, seguida pela administração pública. O setor de serviços, apesar de importante em termos de emprego e de valor adicionado, não pagava salários médios destacados, conforme pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 11 - Remuneração Real Média por Setores em Taboão da Serra em 2014 e 2021 e sua variação percentual.

Setor IBGE	2014	2021	var.
Extrativo mineral	-	-	
Indústria de transformação	2.738,00	2.512,49	-8,2%
Serviços industriais de utilidade pública	4.104,00	1.865,44	-54,5%
Construção Civil	1.466,00	1.744,98	19,0%
Comércio	1.641,00	1.379,66	-15,9%
Serviços	2.147,00	1.577,13	-26,5%
Administração Pública	2.744,00	2.292,64	-16,4%
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	997,00	1.153,89	15,7%
Rem. Média	2.163,00	1.808,17	-16,4%

Fonte: RAIS. Elaboração: FESPSP.

Entre os municípios selecionados, Taboão da Serra também figurava em posição intermediária em termos de salários reais médios. Em 2014, 6 municípios possuíam salários reais médios maiores do que Taboão da Serra: Barueri, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco e Santana do Parnaíba. Em 2021, 9 municípios já possuíam salários reais maiores do que Taboão da Serra. São eles: Barueri, Cotia, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Santana do Parnaíba e Vargem Grande Paulista. A tabela a seguir apresenta esses dados:

Tabela 12 - Salários Reais Médios nos municípios selecionados em 2014 e 2021 e sua variação percentual.

Município	2014	2021	Var. %
BARUERI	3.458,83	2.772,03	-19,9%
CARAPICUÍBA	1.835,54	1.622,45	-11,6%
COTIA	2.568,66	2.312,19	-10,0%
EMBU DAS ARTES	2.161,00	2.080,03	-3,7%
EMBU-GUACU	1.856,00	1.793,69	-3,4%
ITAPECERICA DA SERRA	2.122,00	2.001,70	-5,7%
ITAPEVI	2.803,00	2.207,72	-21,2%
JANDIRA	2.368,00	2.245,90	-5,2%
JUQUITIBA	1.597,00	1.192,07	-25,4%
OSASCO	2.483,00	2.582,26	4,0%
PIRAPORA DO BOM JESUS	1.746,00	1.618,60	-7,3%
SANTANA DE PARNAÍBA	2.466,00	2.082,00	-15,6%
SÃO LOURENÇO DA SERRA	1.312,00	1.074,24	-18,1%
TABOÃO DA SERRA	2.163,00	1.808,17	-16,4%
VARGEM GRANDE PAULISTA	2.102,00	2.018,15	-4,0%

Fonte: RAIS. Elaboração FESPSP.

3.5.4 Desenvolvimento Econômico – Considerações

Meta 11.2 dos ODS: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas

Os dados permitem dizer que Taboão da Serra apresenta uma dinâmica econômica menor do que os seus pares. Ainda assim, o mercado de trabalho de Taboão da Serra foi capaz de gerar saldo positivo de empregos no período de 2014 a 2021, sendo esses empregos concentrados no setor de Serviços.

O setor de Construção Civil se mostra como um setor importante para a cidade em virtude da participação no emprego e do rendimento médio. O contexto no setor de serviços parece ser o de criação de vagas, mas com baixa remuneração e baixo valor adicionado.

É possível dizer que o município foi bastante afetado pela crise econômica que se formou no país durante o período de análise, ou que a crise teve maiores efeitos em Taboão da Serra do que em outros municípios. Sobre a questão do papel do município como cidade “dormitório” não é possível chegar a uma conclusão com os dados apresentados, mas somando-se aos dados espaciais e de uso do solo, é provável que esse papel esteja em processo de transformação. Contudo, a baixa geração de emprego formal no setor de Comércio mostra que o município ainda está longe de fornecer a infraestrutura necessária para que seus habitantes possam usufruir melhor da cidade sem precisar se deslocar para outros municípios.

3.5.5 Mobilidade

Meta 11.2 dos ODS: Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas

De modo geral, algumas questões perpassam a análise de Mobilidade em Taboão da Serra:

- A Rodovia Régis Bittencourt segrega o município e sua municipalização é vista como uma possibilidade de aumentar a conexão intraurbana e de grande reestruturação das dinâmicas municipais;
- As ciclovias previstas no Plano Diretor foram executadas apenas parcialmente, em trechos onde há parques lineares ao longo dos córregos, fazendo uma quebra da conexão cicloviária em âmbito regional;
- A Mobilidade a pé é crítica, pelas calçadas malconservadas, escorregadias e desconexas, grandes declividades e com baixa acessibilidade para as pessoas com deficiência física.
- O Transporte Público é questão chave para o município, visto que é precário e com trajetos demorados, com veículos que não são adequados às vias municipais;

O Plano de Mobilidade Municipal, em elaboração, deverá caminhar em paralelo à revisão do Plano Diretor, para uma confluência entre diretrizes e propostas.

O tema da municipalização da Rodovia Régis Bittencourt - BR 116 tem sido central nos debates sobre mobilidade e sobre novas dinâmicas no município. Foi inclusive criado, nesta gestão, por meio do Decreto Nº 31/2021, um Grupo de Trabalho Intersecretarial – GTI – BR – 116 com a finalidade de elaborar estudos e diretrizes para viabilizar a municipalização. Como motivação para a criação do Grupo, e como fatores para justificar a municipalização, é destacado que:

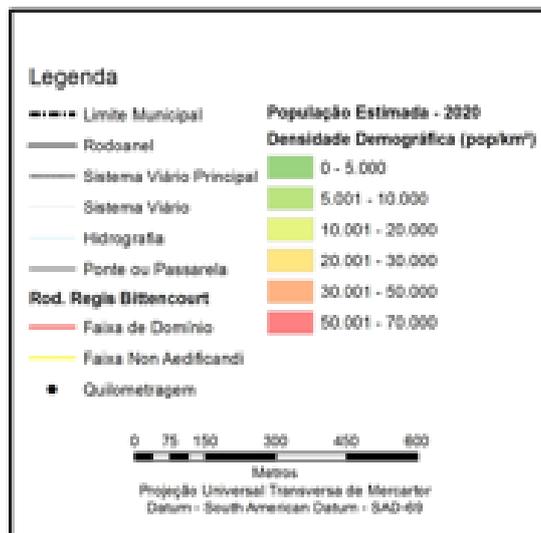
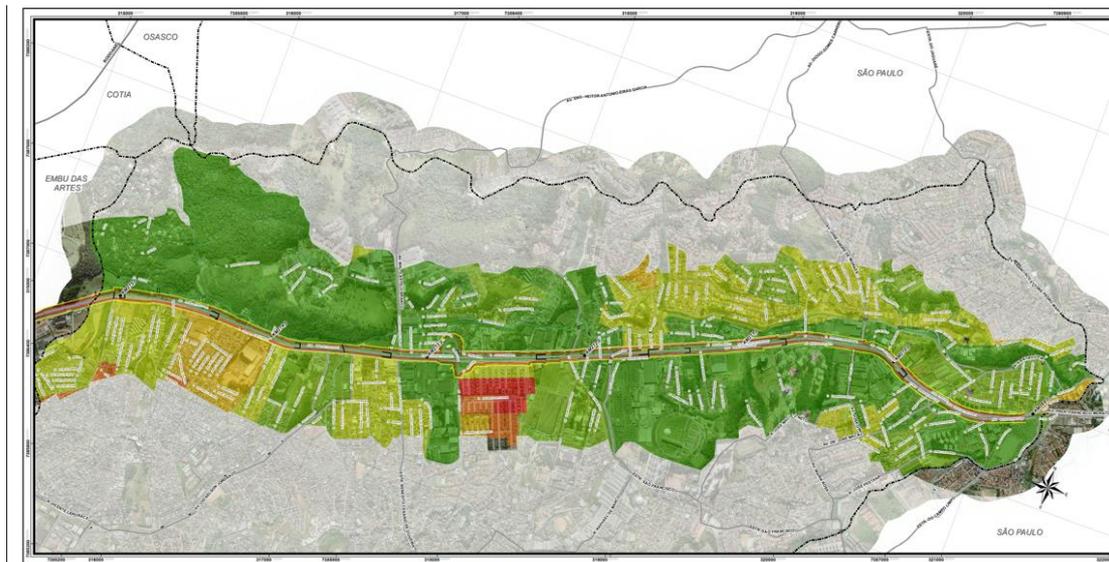
- A partir da inauguração do trecho Oeste da SP 32 - Rodoanel Mário Covas, houve a descaracterização do trecho da Rodovia Régis Bittencourt - BR-116, compreendido entre o 268,900 Km e 275,450 Km, enquanto segmento do Sistema Nacional de Viação – SNV;
- Houve alterações significativas das dinâmicas territoriais de adensamento e mobilidade urbana do município;

- Há a necessidade de estudos, planejamento, desenvolvimento de estratégias, coordenação e acompanhamento dos trabalhos relativos ao processo de municipalização do trecho da Rodovia Régis Bittencourt - BR-116;

Como principais benefícios da medida, nas oficinas e no debate público sobre o tema, são indicados: a passagem em nível, através de faróis, interligando os dois lados da cidade, em pelo menos seis pontos; a melhoria do trânsito na região central e em outros locais, devido ao aumento das conexões, concentradas atualmente em apenas dois retornos.

Em estágio avançado de tratativas, a municipalização do referido trecho da BR-116 deve ser vista também a partir das mudanças das dinâmicas municipais e das tendências de transformação de usos neste trecho. Apenas para ilustrar, um dos estudos realizados pelo GTI, levanta a densidade demográfica no entorno da BR, e a existência de grande número de galpões e indústrias. No caso da municipalização essa densidade deverá aumentar e haverá demandas por novos usos e por isso é fundamental que o Plano Diretor trate destes aspectos em sua revisão para adequar o município à estas transformações previstas.

Figura 75 – Rodovia Régis Bittencourt – BR 116 – Densidade Demográfica estimada



Fonte: PMTS - GTI, 2021

Para analisar a mobilidade no município de Taboão da Serra, foram utilizados alguns dados a partir da pesquisa Origem e Destino de 2017 (Metrô, 2017). Para identificar as viagens realizadas, a pesquisa divide o território do município em 4 Zonas OD, como pode ser visto na Figura a seguir:

Figura 63 - Zonas ODs definidas para o município de Taboão da Serra (em amarelo) - sobrepostas aos setores do Orçamento Participativo



Fonte: Metrô. Elaboração: FESPSP.

A partir dessas zonas é possível verificar os deslocamentos por modo principal para as quatro Zonas OD (Origem Destino) conforme figura a seguir:

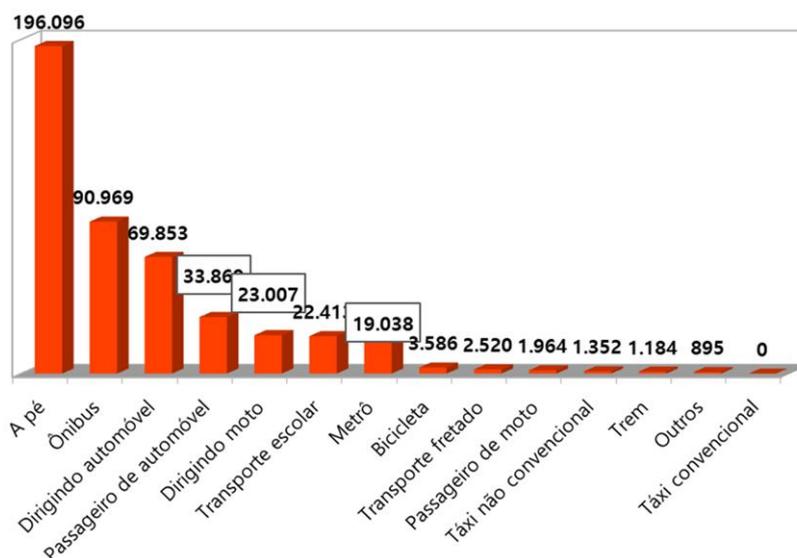
Figura 64 - Viagens Produzidas por modo principal para cada OD de Taboão da Serra

Zona de origem	Metrô	Trem	Ônibus	Transporte fretado	Transporte escolar	Dirigindo automóvel	Passageiro de automóvel	Táxi convencional	Táxi não convencional	Dirigindo moto	Passageiro de moto	Bicicleta	A pé	Outros	Total
Taboão da Serra (Zona 460)	4.876	1.184	30.870	955	5.998	27.163	9.464	0	676	5.546	0	488	36.300	803	124.323
Jardim Irapuã (Zona 461)	4.614	0	11.802	243	2.710	16.111	7.823	0	676	4.209	962	1.052	28.023	92	78.318
Parque dos Pinheiros (Zona 462)	6.334	0	31.497	1.321	5.911	16.728	11.446	0	0	7.878	439	2.046	63.485	0	147.085
Parque Industrial (Zona 463)	3.214	0	16.800	0	7.795	9.851	5.136	0	0	5.373	563	0	68.288	0	117.019
Total municipal	19.038	1.184	90.969	2.520	22.413	69.853	33.869	0	1.352	23.007	1.964	3.586	196.096	895	466.745
Total RMSP	3.399.614	1.244.978	8.304.473	251.535	2.093.542	7.811.675	3.529.721	100.343	368.101	967.892	96.219	376.975	13.349.876	111.717	42.006.660

Fonte: Metrô. Elaboração: FESPSP.

O gráfico abaixo demonstra a importância das viagens a pé no total de deslocamentos realizados cotidianamente pelos munícipes de Taboão da Serra (42%), e mesmo com a precariedade o transporte público por ônibus, é o segundo modo principal de deslocamento. Destaque para a baixa participação do modo ciclovitário.

Figura 65 - Total de Viagens Produzidas



Ainda com relação à pesquisa OD, o motivo da viagem também pode ser informação que ajuda a compreender os fluxos no município e suas dinâmicas.

Figura 66 - Viagens Produzidas por Motivo

Viagens Produzidas por Motivo no Destino												
Zona de origem	Trabalho (Indústria)	Trabalho (Comércio)	Trabalho (Serviços)	Educação	Compras	Saúde	Lazer	Residência	Procurar Emprego	Assuntos Pessoais	Refeição	Total
Taboão da Serra (Zona 460)	2.019	5.685	20.472	18.069	3.977	949	536	70.423	0	1.915	277	124.323
Jardim Irapuã (Zona 461)	2.374	5.464	14.782	17.945	2.060	1.861	2.683	28.213	803	2.049	85	78.318
Parque dos Pinheiros (Zona 462)	4.787	10.149	28.732	32.174	3.355	6.923	10.920	46.321	0	3.725	0	147.085
Parque Industrial (Zona 463)	2.850	4.793	21.669	26.435	1.611	1.237	1.420	52.206	0	4.798	0	117.019
Total municipal	12.030	26.091	85.655	94.623	11.003	10.970	15.559	197.163	803	12.487	361	466.745
Total RMSP	1.548.099	1.885.988	6.572.655	7.647.397	1.014.726	976.703	992.890	19.343.263	95.063	1.370.802	559.075	42.006.660

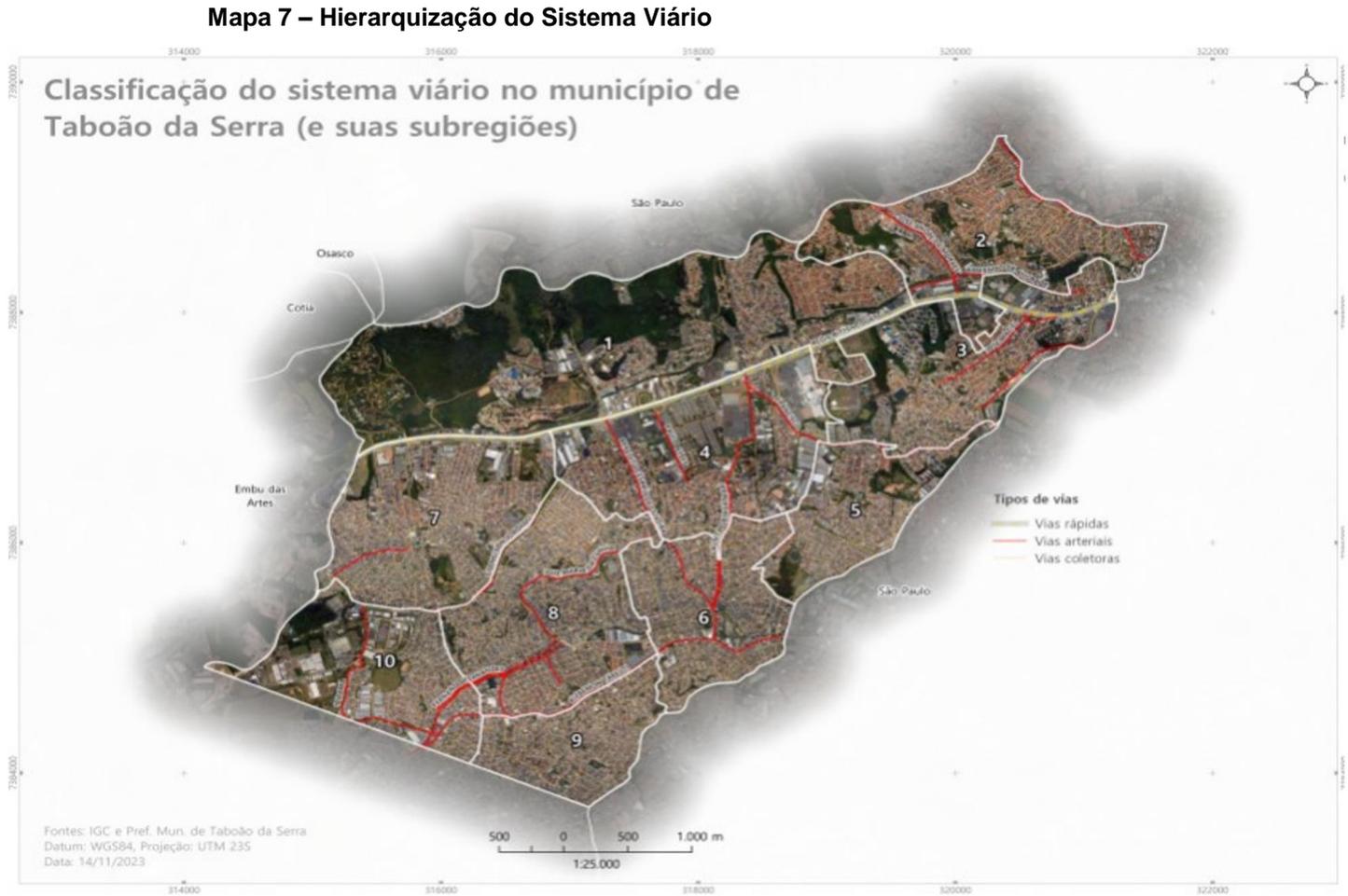
Outro aspecto da mobilidade se dá através do sistema viário municipal. Para a compreensão deste, é fundamental o entendimento acerca da classificação das vias em: Via de Trânsito Rápido, Arterial e Coletora.

Tabela 13 – Classificação do Sistema Viário

Tipo de Via	Descrição
Via de Trânsito Rápido	acessos especiais com trânsito livre, sem intersecção ou travessia de pedestre.
Via Arterial	são caracterizadas por intersecções, geralmente sinalizadas por semáforos, permitindo assim o acesso às demais vias e lotes.
Via Coletora	servem para coletar e distribuir o trânsito.

3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MOBILIDADE

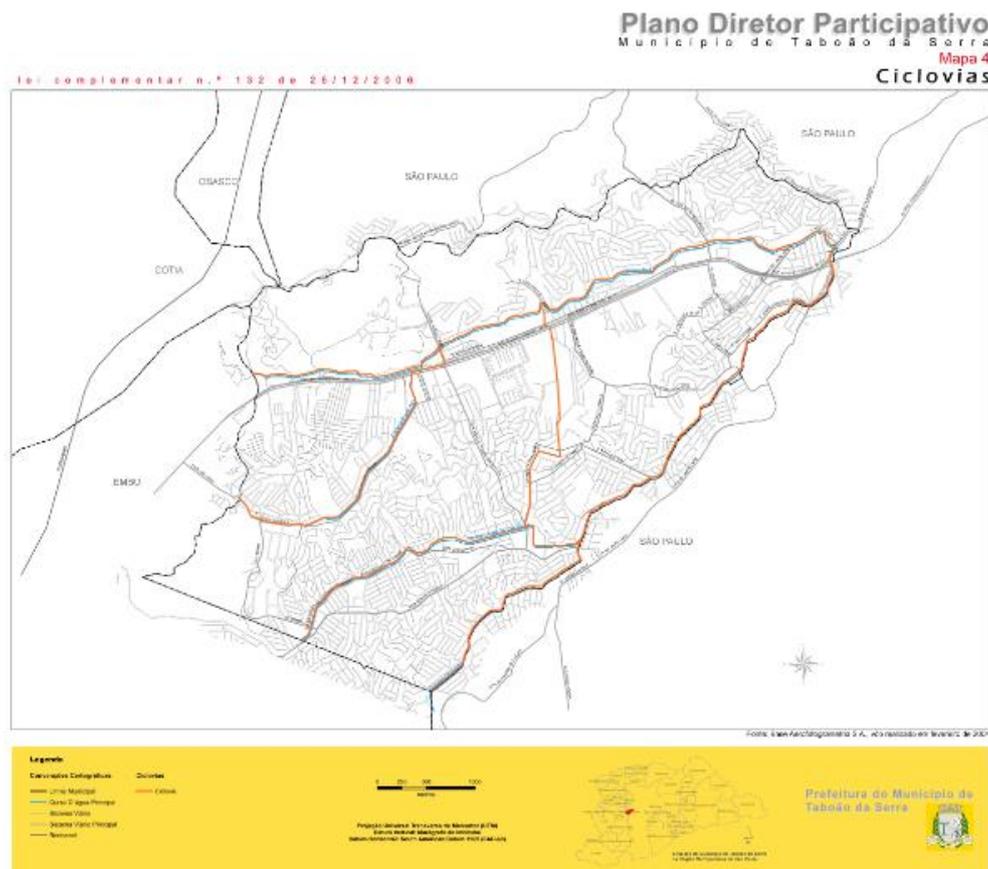
Hierarquização do Sistema Viário



Fonte: IGC/PMTS

Outro aspecto que apareceu com frequência nas oficinas foi o das ciclovias. Elas estavam previstas no Mapa 4, do PD atual, com pode ser visto na figura a seguir. Porém, apenas trechos em parques lineares foram implantados, não há uma continuidade do traçado.

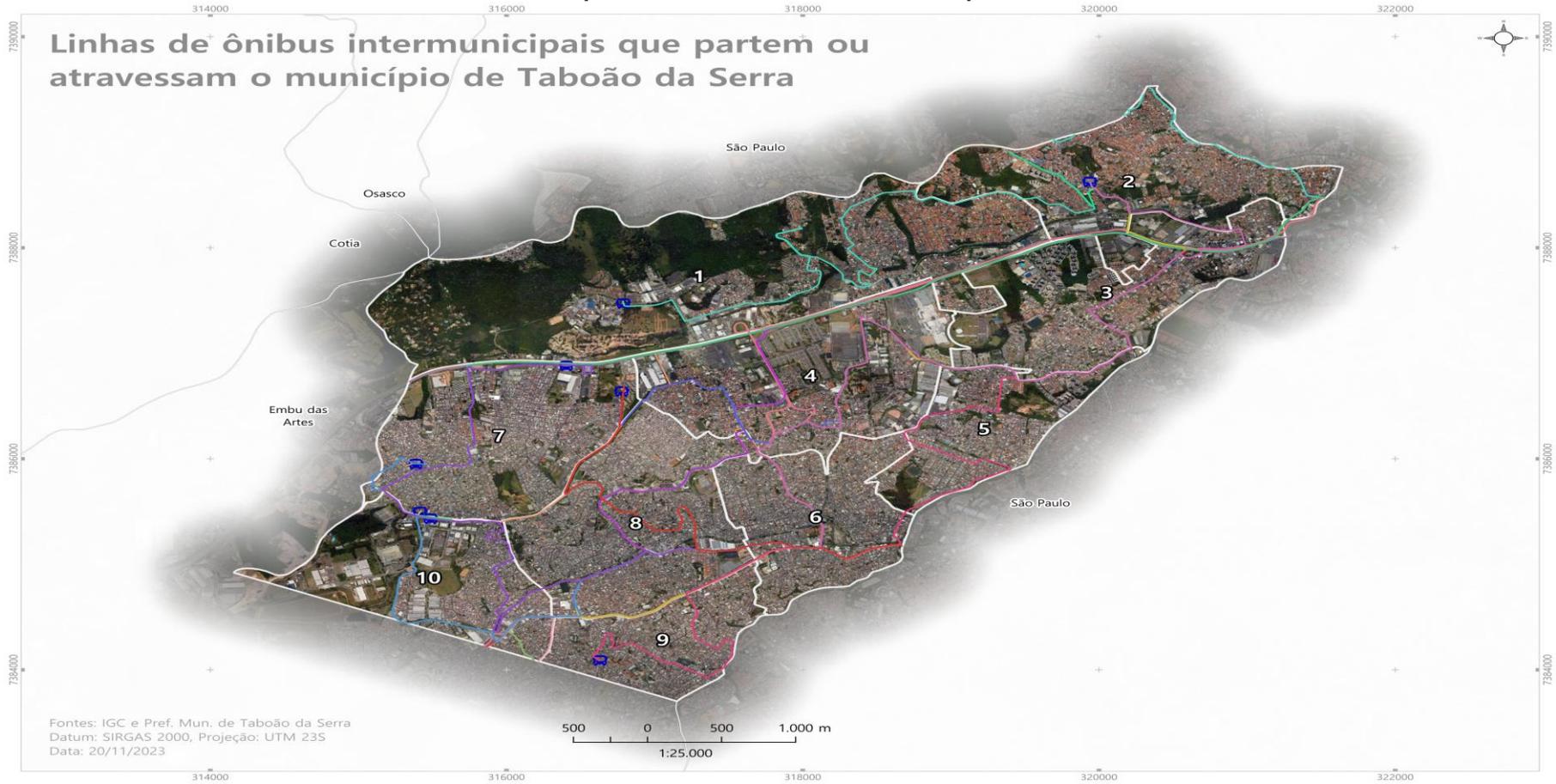
Figura 67 – Ciclovias Previstas – PD – LC N° 132/2006 – Mapa 4



Fonte: LC N° 132/2006

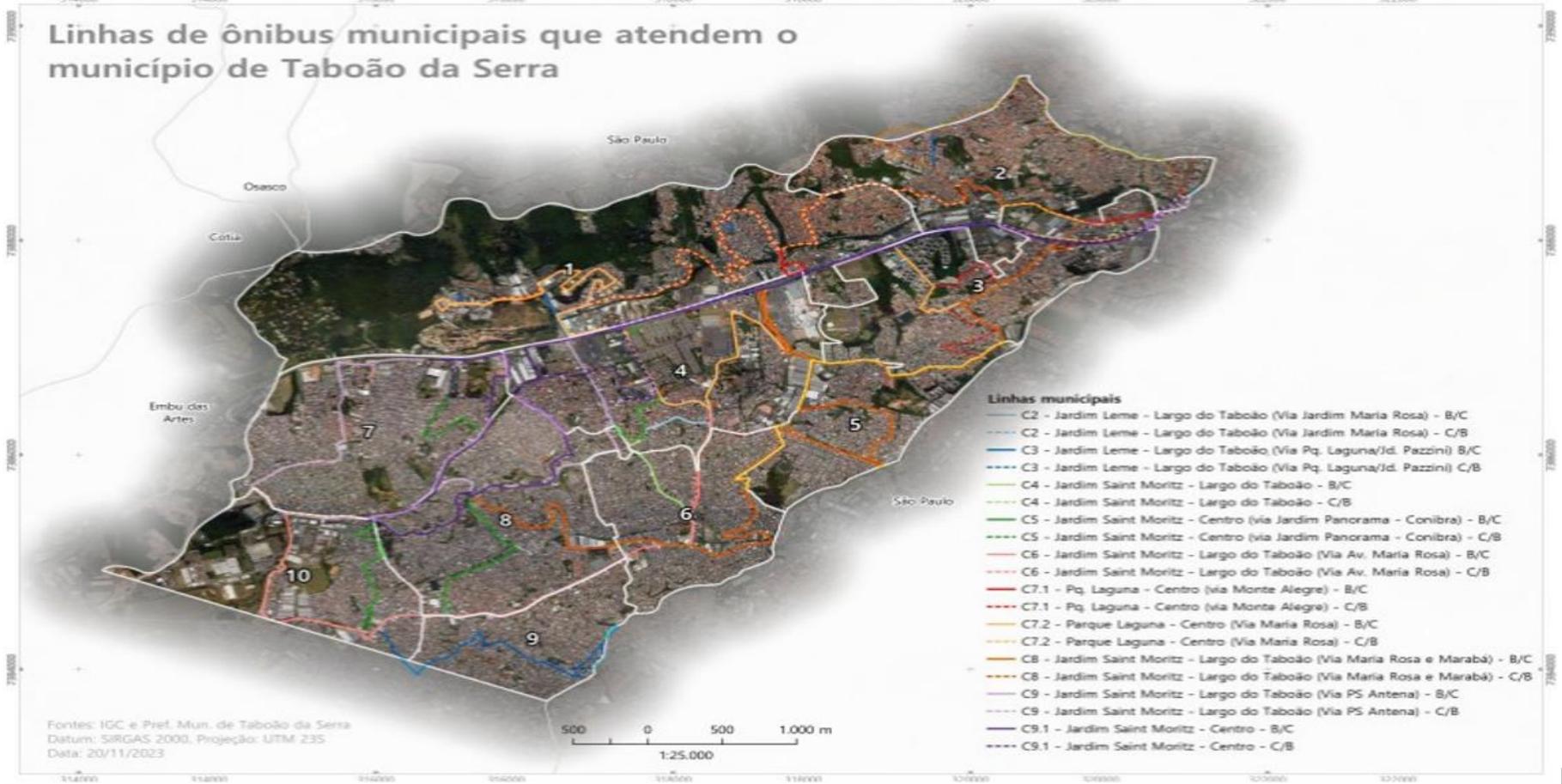
O mapa a seguir expressa a territorialização do transporte público no município, sendo possível verificar a abrangência das linhas de transporte municipal e intermunicipal. No entanto, é possível mensurar somente o itinerário, mas não o tempo de intervalo de cada uma dessas linhas e a acessibilidade aos ônibus, que são pontos de alta incidência de reclamação.

Mapa 8 - Linhas de ônibus Intermunicipais



Fonte: IGC/PMTS

Mapa 9 - Linhas de ônibus municipais



Fonte:

IGC/PMTS

3.6 MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E RISCO CLIMÁTICO

Meta 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

3.6.1 Cobertura Vegetal

O município de Taboão da Serra possui uma pequena incidência de vegetação nativa em seu território. Em último levantamento do Inventário Florestal, foi encontrado um total de 215 ha de vegetação nativa no município, representando 10,5% do território e 0,1% da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Tietê (IF, 2022).

Figura 68 - Cobertura Vegetal por Município

Classe	(%) de Vegetação Nativa
	< 10%
	10% - 15%
	15% - 20%
	20% - 50%
	>50%

(%)* percentual em relação à superfície

Superfície (ha)*: fonte Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC

A cobertura vegetal é um dos aspectos que pode ser verificado no Mapa 10, a seguir. Ele ilustra as áreas verdes do município e a rede hídrica. Este mapa foi produzido para ser um diagnóstico sobre essas áreas no município e poderá servir de base para o Mapa do Sistema de áreas verdes da revisão do PD. Comparando com o Mapa 5 do PD atual - LC Nº 132/2006, é possível verificar que ele apresentava também áreas verdes particulares, que não possuíam uma garantia de sua preservação, além do que propunha uma APA municipal em grande extensão da Zona Norte do município, que nunca foi implementada.

Figura 70 - Áreas Verdes



3.6.2 Poluição Do Ar

Em relação a poluição atmosférica, a estação de monitoramento da qualidade do ar da CETESB, presente no município, contabiliza a distribuição percentual da qualidade do ar que pode ser acompanhada periodicamente. A avaliação da concentração de partículas inaláveis, de diâmetro inferior a 10 micrómetros (μm), que constitui um elemento de poluição atmosférica, demonstra uma situação de manutenção da qualidade entre boa e moderada durante o ano de 2022, sendo a primeira situação observada em 90,5% do tempo e a segunda em 9,5%.

Figura 71 - Comparação entre os municípios - condição do ar

Partículas Inaláveis (MP_{10}) - 2022							
Estação	Distribuição percentual da qualidade do ar (média de 24h)					NU	Conc. Média Anual ⁽¹⁾ ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
	Boa 0 - 50 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	Moderada >50 - 100 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	Ruim >100 - 150 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	Muito Ruim >150 - 250 $\mu\text{g}/\text{m}^3$	Péssima >250 $\mu\text{g}/\text{m}^3$		
RMSP	91,9%	8,0%	0,1%			4	26
Capão Redondo	93,2%	6,8%				0	22
Carapicuíba	90,3%	9,7%				0	25
Cerqueira César	97,2%	2,8%				0	23
Congonhas	94,4%	5,6%				0	26
Diadema	98,7%	1,3%				0	24
Grajaú-Parelheiros	84,9%	14,0%	1,1%			4	31
Guarulhos-Paço Municipal	91,9%	8,1%				0	26
Guarulhos-Pimentas	90,3%	9,7%				0	28
Interlagos	95,3%	4,7%				0	23
Itaim Paulista	92,7%	7,3%				0	25
Marg.Tietê-Ponte dos Remédios	87,3%	12,4%	0,3%			1	29
Mauá	89,9%	10,1%				0	29
Nossa Senhora do Ó	96,0%	4,0%				0	24
Osasco	81,9%	18,1%				0	35
Parque D.Pedro II	88,3%	11,4%	0,3%			1	29
Perus	88,4%	11,6%				0	30
Pinheiros	88,6%	11,4%				0	28
S.André-Capuava	92,3%	7,7%				0	27
S.Bernardo-Paulicéia	95,0%	5,0%				0	25
Santo Amaro	98,0%	2,0%				0	20
São Caetano do Sul	94,9%	5,1%				0	25
Taboão da Serra	90,5%	9,5%				0	27

3.6.3 Saneamento

O Saneamento Ambiental é uma importante ferramenta que garante melhores condições de vida e habitabilidade nas cidades. O investimento no saneamento possui efeitos positivos múltiplos que podem ser absorvidos em diversos setores como economia, saúde e educação, entre outros.

Os componentes do saneamento englobam o abastecimento e tratamento de água, o esgotamento sanitário, a gestão de resíduos sólidos e a drenagem urbana. Os serviços de água e esgotos são prestados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

Figura 72 - Água e esgoto⁵



O ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ÁGUA/ESGOTO REFERE-SE À RELAÇÃO ENTRE AS ECONOMIAS CADASTRADAS RESIDENCIAIS ATIVAS DE ÁGUA/ESGOTO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS A SEREM ATENDIDOS NO MUNICÍPIO.

Fonte: ARSESP, 2022; SNIS, 2023

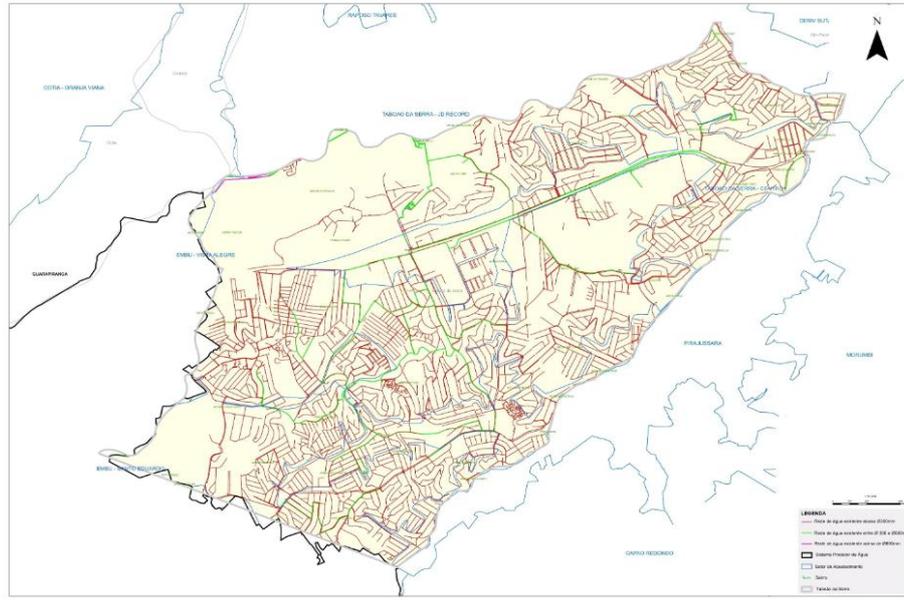
A revisão do Plano Municipal de Saneamento em 2022 apresenta o Índice de Atendimento de Água e Esgoto, ou seja, à relação entre as economias cadastradas residenciais ativas de água ou esgoto e ao total de domicílios a serem atendidos no município, mapeado para o ano de 2019. No caso do atendimento de água, os valores estavam próximos a uma plenitude no atendimento, com 99%. Já o esgotamento sanitário desempenhava um índice de 88,1% (ARSESP; SIMA, 2022).

Com dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento, foi possível identificar também a perda na distribuição de água que desempenhou volume suficiente para contabilizar 17% da água distribuída no ano de 2021. Por outro lado, o Índice de Esgoto Tratado referido

⁵ O SNIS apresenta dados relativos a cobertura de água e esgoto para o ano de 2021, porém, após análises do Grupo Gestor do Plano Diretor foi interpretado que poderia haver alguma inconsistência de dados, o que convencionou-se utilizar os dados do Plano Municipal de Saneamento.

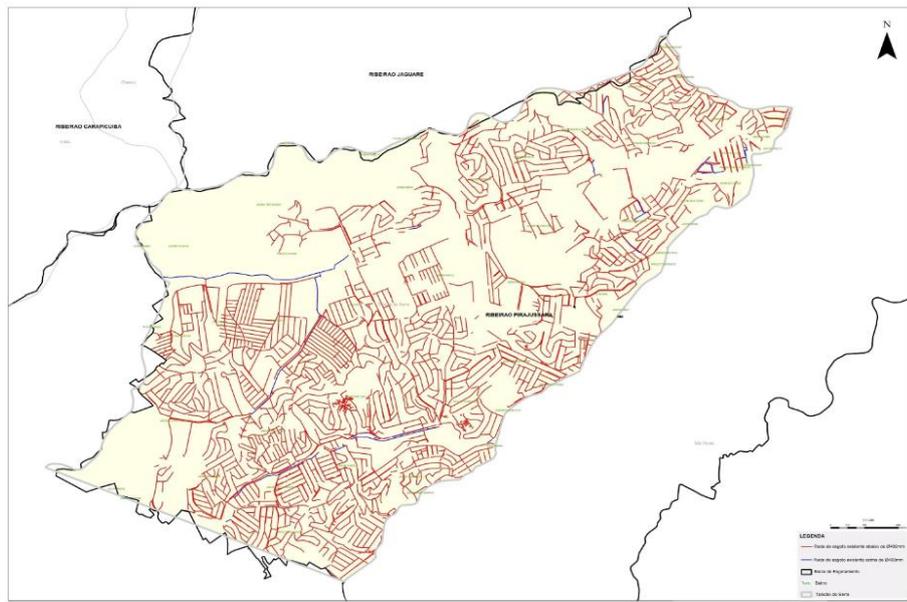
à água consumida foi de 44%, bem abaixo da média do estado que estava em torno de 70% (SNIS, 2023).

Figura 73 - Mapa da Rede de distribuição de água, 2020



Fonte: Plano Municipal de Saneamento Básico, 2022

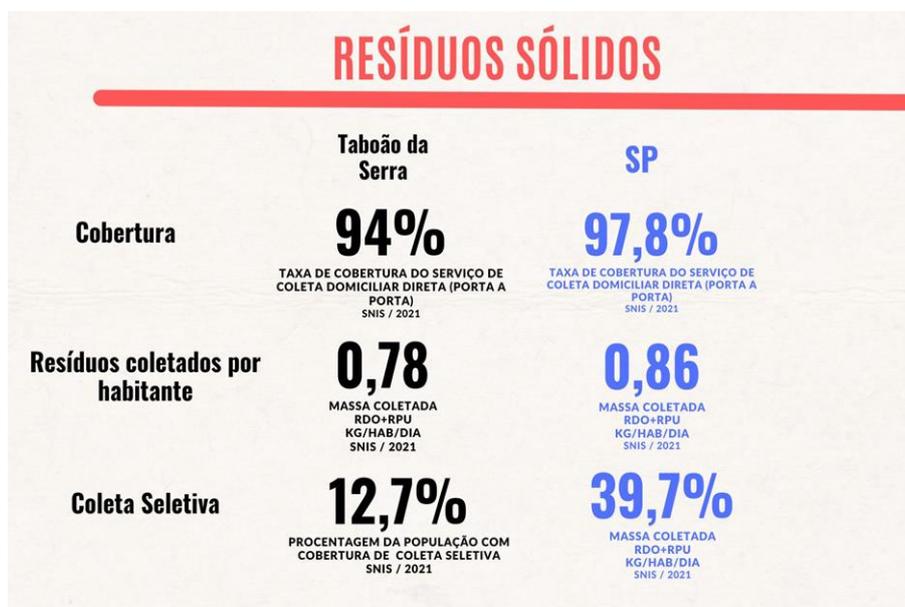
Figura 74 - Mapa da Rede coletora de esgoto, 2020



Fonte: Planos Municipal de Saneamento Básico, 2022

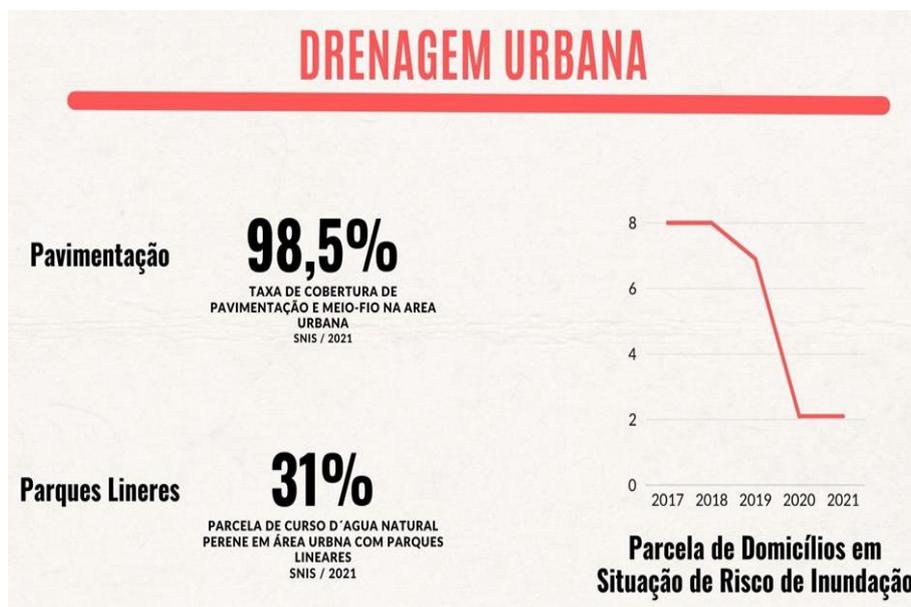
Em relação aos Resíduos Sólidos, ainda há a necessidade da ampliação da cobertura para englobar uma parte da população desassistida atualmente. A atual cobertura é de 94% o que posiciona o município em uma média abaixo da encontrada no estado. Por outro lado, o volume de resíduos produzidos per capita é cerca 0,78 Kg/hab./dia, frente a valores em torno de 0,85 kg/hab./dia como média estadual. A coleta seletiva é aplicada em parte do território, contando com central de reciclagem e ecoponto, porém ainda atingindo porcentagem pequena da população do município, cerca de 12,7%.

Figura 75 - Resíduos Sólidos



No saneamento ambiental, a drenagem urbana se apresenta como parte essencial para a boa manutenção das ruas, pois coleta e direciona as águas para um local apropriado. Sendo um município totalmente incluído em perímetro urbano e possuindo uma urbanização bastante intensa, o município de Taboão da Serra apresenta taxa de cobertura de pavimentação e meio-fio de 98,5%. Nesse sentido, o município apresenta uma boa parcela de corpos d'água em parques lineares (31% dos rios perenes), o que pode ser enquadrado como boa solução de gestão das águas pluviais.

Figura 76 - Drenagem Urbana



3.6.4 Risco Ambiental, Hidrogeológico E Climático

O Mapa 11, a seguir, indica as principais áreas de risco mapeadas e classificadas segundo o grau de risco para Taboão da Serra. Na sequência serão apresentados dados e mapas relacionados aos riscos climáticos para o município em comparação ao restante da RMSP.

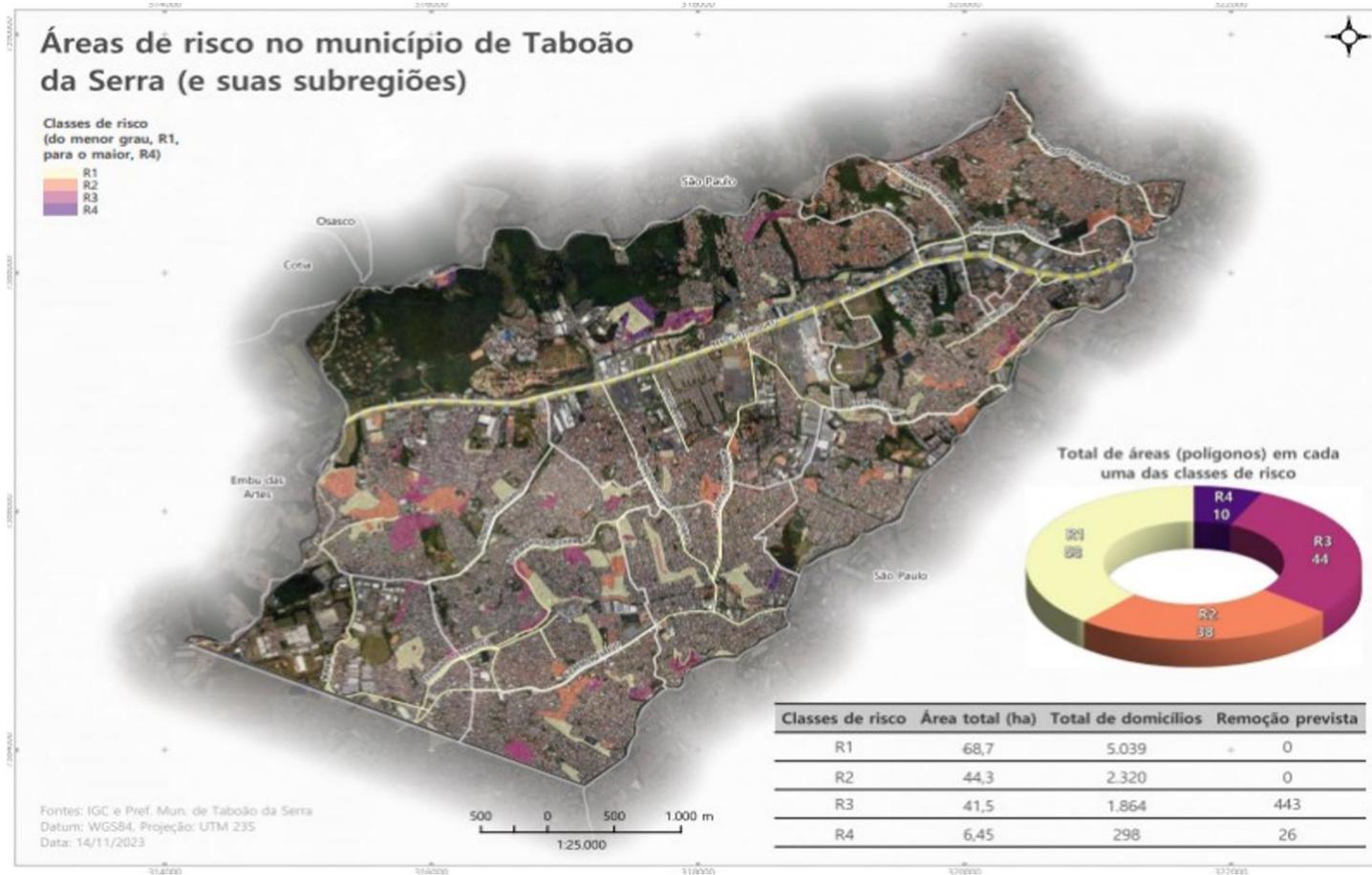
A seguir são apresentados os dados compilados junto ao REINDESC do Cemaden-MCTI, organizados para os municípios da Bacia do Alto Tietê com destaque para Taboão da Serra. As ocorrências “Geo” se referem aos eventos de deslizamentos de terra, enquanto “Hidro” se referem aos processos hidrológicos, inundações bruscas, enxurradas e alagamentos. Cada evento registrado significa a ocorrência de um processo deflagrado pela chuva, deslizamento de terra, enxurrada, inundação brusca ou alagamento e que causou algum tipo de impacto.

Nota-se que o município de Taboão da Serra não apresenta uma situação alarmante em relação a ocorrência de eventos de geo-hidrológicos, porém destaca-se o número muito maior de ocorrência de inundações e alagamentos em relação aos eventos de deslizamento.

4. MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E RISCO CLIMÁTICO

Áreas de Risco

Mapa 11 - Áreas de Risco



Fonte:

IGC/PMTS

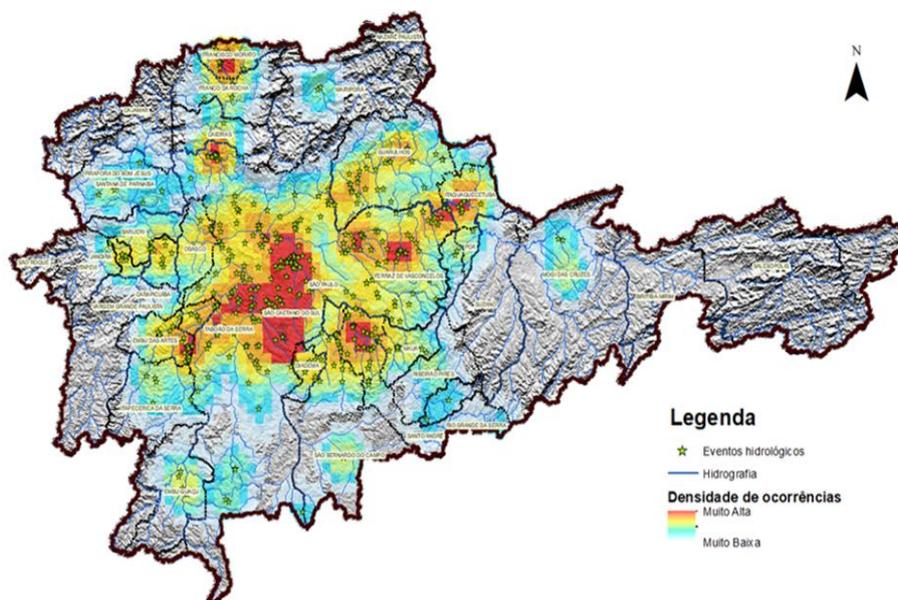
Tabela X: Ocorrências geo-hidrológicas na BAT, agregadas por municípios monitorados pelo Cemedem, no período entre 2016 e 2023

	Ocorrências com impacto			Óbitos		
	Geo	Hidro	Total	Geo	Hidro	Total
CAJEIRAS	2	4	6	0	0	0
CARAPICUÍBA	4	11	15	0	0	0
DIADEMA	5	10	15	0	0	0
EMBU DAS ARTES	8	25	33	9	1	10
EMBU-GUAÇU	7	7	14	0	0	0
FERRAZ DE VASCONCELOS	1	1	2	0	0	0
FRANCISCO MORATO	33	17	50	14	0	14
FRANCO DA ROCHA	3	5	8	4	0	4
GUARULHOS	21	35	56	1	3	4
ITAPECERICA DA SERRA	5	4	9	0	0	0
ITAPEVI	2	0	2	1	0	1
ITAQUAQUECETUBA	10	22	32	0	1	1
JANDIRA	6	7	13	0	0	0
JUQUITIBA	2	3	5	0	0	0
MAIRIPORÃ	6	2	8	10	0	10
MAUÁ	18	8	26	5	1	6
MOGI DAS CRUZES	2	5	7	0	0	0
OSASCO	4	7	11	0	1	1
PARAIBUNA	2	0	2	0	0	0
POÁ	1	2	3	0	0	0
RIBEIRÃO PIRES	1	2	3	0	0	0
RIO GRANDE DA SERRA	1	2	3	0	0	0
SANTANA DE PARNAÍBA	7	7	14	0	0	0
SANTO ANDRÉ	18	38	56	0		2
SÃO BERNARDO DO CAMPO	2	10	12	0	4	4
SÃO PAULO	33	336	369	0	14	14
TABOÃO DA SERRA	4	13	17	0	0	0
TOTAL	208	583	791	44	25	71

A Figura a seguir permite uma forma aproximada de representar os locais com maior e menor concentração de eventos hidrológicos, considerando o período do banco de dados (2016-2023). Essa abordagem permite visualizar onde estão se concentrando o maior volume de eventos com potenciais chances de desencadear impactos nos municípios envolvidos.

Nota-se que, apesar do município de Taboão da Serra não possuir uma histórico de números eventos extremos geo-hidrológicos nos últimos anos, ele se situa em territórios bastante instáveis em relação a esses eventos. Possíveis projeções de aumento da frequência de eventos climáticos, principalmente chuvas volumosas, pode ser um fator de agravamento dos impactos na região como um todo.

Figura 77 - Mapa ilustrativo a respeito da densidade de ocorrências de eventos hidrológicos entre 2016 e 2023, com relevo sombreado ao fundo. Sem escala



Fonte: CEMADEN, 2023

3.7 LEITURA COMUNITÁRIA

Apresenta-se a seguir os resultados das oficinas realizadas com segmentos da sociedade civil, as quais foram organizadas em 4 eixos, a saber: Mobilidade Urbana e Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura; Habitação; e, Meio Ambiente. Porém, para além desta organização em eixos que pautou a sistematização e análise, as contribuições resultantes do processo participativo (oficinas) foram aqui divididas entre potencialidades e fragilidades. O texto que segue apresenta, portanto, importante contribuição comunitária aos próximos passos do processo de Revisão do Plano Diretor de Taboão da Serra, sobretudo no que diz respeito à elaboração do prognóstico e da construção de diretrizes à nova versão do referido Plano.

3.7.1 Potencialidades em Taboão da Serra

Do ponto de vista da mobilidade e do desenvolvimento econômico, o andamento do processo e as expectativas com a municipalização da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) tem sido um catalisador para o desenvolvimento, atraindo investimentos e fortalecendo os serviços locais. Do mesmo modo, a tendência de verticalização tem transformado a paisagem urbana, estimulando a construção civil e fomentando o comércio. Esse crescimento é visível em marcos como shopping centers, a chegada de instituições de ensino superior e uma expansão geral nos serviços disponíveis. A expectativa positiva com a chegada do metrô promete não apenas melhorar a

mobilidade urbana, mas também atrair investimentos em diversos setores. Essa perspectiva contribui para fortalecer a atratividade do município para novos empreendimentos e investidores. Além disso, a já implementada muralha eletrônica destaca o compromisso da administração municipal com a segurança e a fiscalização eficiente. Essa medida não só protege os cidadãos, mas também cria um ambiente propício para investimentos, onde a segurança é um componente essencial.

Em termos de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, destacou-se o papel do Parque das Hortênsias como alternativa para área de lazer, de bem-estar da população e qualidade de vida. Os participantes das oficinas apontam que o crescimento urbano nas últimas décadas é evidente, com a expansão de novos empreendimentos residenciais e comerciais. A iminente chegada do metrô não só promete revolucionar a mobilidade urbana, mas também atrair investimentos, potencializando a conectividade como fator-chave para o desenvolvimento econômico. Apointou-se também que a autonomia da Prefeitura na área da Rodovia Régis Bittencourt destaca-se como uma oportunidade estratégica para a gestão local lidar diretamente com desafios, como enchentes. Destaca-se, ainda, como importante potencialidade ao desenvolvimento urbano, a mobilização popular dos movimentos sociais, refletindo o comprometimento dos taboanenses com o progresso da cidade. Essa participação ativa consolida um espírito colaborativo que impulsiona iniciativas locais.

Quanto à habitação, segundo os participantes das oficinas, pode-se dizer que a verticalização, adotada como estratégia, emerge como uma vantagem significativa para a melhoria da qualidade habitacional. Ao otimizar o uso do solo, essa abordagem não apenas contribui para o crescimento urbano sustentável, mas também proporciona alternativas para a moradia. Do mesmo modo, os participantes apontaram que a área na Rua César Simões, próxima ao INSS, no Jardim Helena, com seus 80 mil m², representa um potencial expressivo para a promoção de Habitação de Interesse Social. Essa localização estratégica oferece oportunidades para o desenvolvimento de projetos que atendam às necessidades habitacionais da comunidade, reforçando o compromisso com a equidade na moradia.

Por fim, em termos de potencialidades no Meio Ambiente, a inauguração da ELEA – Escola Livre de Educação Ambiental e Viveiro Municipal de Taboão da Serra representou um passo crucial na conscientização e educação ambiental. Essa iniciativa não apenas fortalece a conexão da comunidade com o meio ambiente, mas também promove a formação de cidadãos conscientes e engajados na preservação. Os participantes das oficinas também destacaram que a atuação de órgãos como a Sabesp desempenha um papel essencial ao estimular o desenvolvimento e a preservação ambiental em Taboão da Serra. A presença de uma usina de reciclagem, que atende 16 bairros, e um ecoponto para resíduos de construção e reciclagem nas proximidades, evidenciam o compromisso ambiental do município. Essas estruturas não apenas incentivam a reciclagem, mas também contribuem para a redução do impacto ambiental. O destaque dado para a

fauna urbana ressalta a importância de preservar a biodiversidade mesmo em ambientes urbanos. A potencial transformação das áreas do Japonês e São Mateus em parques, preservando espaços verdes, é uma iniciativa vista de modo positivo pelos participantes da oficina, afinal, essa ação não apenas proporciona áreas de lazer para a comunidade, mas também preserva a vegetação nativa e a qualidade ambiental. Em especial, com relação à área do Japonês aqui citada, destaca-se como uma opção verde próxima da região do Pirajuçara, representando um avanço significativo na criação de áreas verdes acessíveis e essenciais para a qualidade de vida dos moradores.

3.7.2 Fragilidades em Taboão da Serra

Em termos da mobilidade e do desenvolvimento econômico, um dos principais obstáculos reside nos desafios ao empreendedorismo, geração de empregos e crescimento dos pequenos comércios. A limitação em oportunidades de lazer e no desenvolvimento de serviços também contribui para um ambiente econômico desafiador. A predominância do setor de serviços, em detrimento da indústria, destaca a restrição de espaço para atividades industriais, o que impacta na diversificação econômica. Os conflitos de uso de vagas, especialmente entre comércios e edifícios residenciais, acentuam a necessidade de uma gestão integrada do espaço urbano. Do ponto de vista do sistema viário urbano, estradas e avenidas importantes carecem de vias duplas, resultando em congestionamentos e prejudicando a fluidez do tráfego. A ciclovia planejada de Taboão até Embu, embora parcialmente implementada, foi descaracterizada ou desmontada, evidenciando a dificuldade na integração de alternativas sustentáveis de transporte. A adoção de ciclovias, apesar de sua importância, pode conflitar com a escassez de vagas de estacionamento, agravando a problemática da mobilidade. A não realização da alça sul do shopping e a expansão urbana sem o devido alargamento das avenidas contribuem para congestionamentos, impactando negativamente no desenvolvimento urbano. A qualidade questionável e o preço elevado da passagem de ônibus, somados ao tempo de viagem e à ausência de cobradores, ressaltam a urgência da implantação da tarifa zero no transporte público. Outro ponto a ser considerado como fragilidade é o fato de que a gratuidade para o transporte apenas a partir dos 65 anos destaca a necessidade de uma política mais inclusiva em Taboão da Serra. Em termos de acessibilidade, tema fundamental à mobilidade enquanto um direito a ser assegurado para todos e todas, os participantes das oficinas apontam que calçadas estreitas e danificadas representam uma barreira para a passagem de pedestres em geral, idosos e cadeirantes, comprometendo o acesso e a qualidade de vida da população. Além disso, o acúmulo de automóveis nas ruas torna-se uma preocupação crescente, transformando-as em verdadeiros depósitos de veículos. Essa realidade não apenas prejudica a mobilidade, mas também gera impactos ambientais e compromete a qualidade do espaço urbano.

Do ponto de vista do desenvolvimento urbano e da infraestrutura, Taboão da Serra, apesar do notável crescimento populacional, enfrenta sérias dificuldades. O descompasso entre o aumento da população e o desenvolvimento da infraestrutura é evidente, resultando em desafios significativos para o município. A divisão da cidade em duas regiões pela Rodovia Regis Bittencourt contribui para a segregação, impactando a integração e o desenvolvimento conjunto. O adensamento populacional elevado exerce pressão sobre os recursos municipais, revelando a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura. A transformação de terrenos de empresas desativadas em condomínios sinaliza mudanças na paisagem urbana, demandando uma gestão cuidadosa do processo de desenvolvimento. A falta de estoque de terras, especialmente para Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), limita a expansão urbana (sobretudo da perspectiva da população mais pobre) e agrava as desigualdades sociais. A especulação imobiliária, além de expulsar taboanenses de menor renda, ressalta a coexistência de áreas consolidadas e precárias, evidenciando as disparidades urbanas. O zoneamento desatualizado não acompanha as mudanças territoriais, incluindo a perda de indústrias, demandando uma revisão que contemple as transformações ocorridas. Do mesmo modo, foi citado que a não aplicação da Lei de Desapropriação de 2013 como alternativa para questões territoriais, somada à falta de autonomia da Prefeitura em áreas como a da Rodovia Regis Bittencourt, compromete a capacidade de atuação contra enchentes e a preservação de espaços públicos. A verticalização, exemplificada pelas torres no Parque Assunção, impacta negativamente a mobilidade, saúde, segurança e educação, evidenciando a carência de recursos para atender à demanda gerada. A desativação da base de segurança no Núcleo Santa Rosa é um exemplo dos desafios enfrentados na área de segurança pública. Entende-se que a cidade, por sua vez, torna-se excludente ao não garantir acesso equitativo a lazer, cultura e oportunidades, criando grandes disparidades entre diferentes estratos populacionais. A falta de direitos básicos e de participação nos equipamentos urbanos agrava as diferenças entre o centro e a periferia, enquanto a falta de zeladoria urbana contribui para o abandono de praças e equipamentos públicos.

Observou-se que a revisão do sistema de esgoto pela Sabesp é imperativa para garantir a sustentabilidade ambiental. Do mesmo modo, destacou-se a proposta de pontos culturais e artísticos em vários locais da cidade, inclusive na periferia, o que poderia ampliar o acesso à cultura. O Teatro Cemur, atualmente insuficiente para atender à demanda, evidencia a necessidade de investimentos adicionais na área cultural. Nas oficinas, houve o registro do que se chamou de descaracterização da Praça Luiz Gonzaga, que em períodos anteriores era um importante equipamento público para a realização de atividades culturais e de recreação. Ainda sobre equipamentos públicos, edificações paradas, como a Arena Multiuso, levantam questões sobre o uso adequado do espaço urbano, enquanto áreas desapropriadas no Santa Luzia poderiam ser transformadas em espaços de lazer, contribuindo para uma cidade mais harmoniosa.

Foi citada a sugestão de canalizar rios para criar pistas de corrida e ciclovias para melhorar a infraestrutura urbana e promover um ambiente saudável. A falta de serviços essenciais no Parque Assunção, a burocracia na regularização fundiária, a presença inadequada de estabelecimentos em zonas residenciais e a obsolescência de áreas industriais demandam atenção urgente. A conversão parcial de bairros residenciais em comerciais, como Chácara Agrindus, representa um desafio a ser abordado com cautela. Muitos terrenos inadimplentes com o IPTU poderiam ser potencializados como áreas de Habitação de Interesse Social (HIS). A adoção do cemitério vertical, por sua vez, emerge como uma questão complexa e questionável que necessita de uma análise aprofundada.

Taboão da Serra apresenta sérias fragilidades na área de habitação, revelando desafios significativos para garantir moradias dignas e acessíveis a toda a população. A expansão dos loteamentos Parque Laguna e Salete exemplifica um problema recorrente, onde o crescimento urbano ocorreu sem a devida inclusão de equipamentos públicos, agravando a fragilidade habitacional nessas regiões. A preocupação com o crescimento futuro da cidade é evidente, especialmente no que diz respeito às verticalizações planejadas que não atendem, efetivamente, o perfil socioeconômico da parcela da população que mais precisa, acentuando a falta de equidade na oferta de habitação na cidade.

A falta de planejamento para a inclusão de infraestrutura social proporcional à verticalização representa um desafio para garantir qualidade de vida à população que ocupará esses espaços. O cenário de ocupações irregulares ao longo da Rodovia Regis Bittencourt no trecho Itapequerica-Taboão intensifica os desafios habitacionais, enquanto a urbanização em áreas de Mata Atlântica, "subindo" pela Rodovia, se torna um problema ambiental e habitacional simultaneamente. Em diversos bairros, há casas em estado de deterioração, risco de desabamento e alta vulnerabilidade social, destacando a necessidade urgente de intervenções para garantir condições de vida adequadas. A regularização fundiária enfrenta lentidão, sugerindo a necessidade de métodos mais ágeis para resolver a questão e proporcionar segurança jurídica aos moradores. O banco de terras para Habitação de Interesse Social (HIS) é desafiado por preços elevados, dificultando a viabilização de projetos voltados para a população de baixa renda. A verticalização, embora seja uma estratégia de aproveitamento do espaço urbano, não contribui proporcionalmente com infraestrutura social, evidenciando a necessidade de contrapartidas mais efetivas por parte dos empreendedores. Na percepção dos participantes das oficinas, a falta de fiscalização sobre construções irregulares de até 5 andares cria um ambiente propício para o surgimento de condições inadequadas de moradia. Áreas industriais desocupadas, por sua vez, limitam a construção de moradias dignas, exigindo uma revisão do planejamento urbano para otimizar o uso desses espaços. A presença de empreendimentos privados aprovados e vendidos como Habitação de Interesse Social (HIS), mas que não atendem adequadamente ao perfil econômico da população

de baixa renda, ressalta a importância da fiscalização efetiva sobre essas transações. Construções nas margens de córregos criam condições inadequadas e representam riscos ambientais e habitacionais. Em resumo, abordar as fragilidades na área de habitação em Taboão da Serra requer a implementação de políticas e práticas que garantam acesso justo, seguro e adequado à moradia para toda a sua população.

Por fim, do ponto de vista ambiental, a escassez de áreas verdes é notável devido a ocupações frequentes, resultando em uma paisagem urbana carente de espaços de convívio e lazer. A má conservação de praças e espaços verdes agrava o problema, refletindo a falta de investimento na manutenção dessas áreas fundamentais para o bem-estar da comunidade. A ausência de um sistema formal de áreas verdes contribui para a falta de planejamento ambiental, comprometendo a qualidade de vida da população. A proposta de diminuição na área de proteção ambiental levanta preocupações sobre a preservação dos ecossistemas locais e a necessidade de medidas que equilibrem o desenvolvimento urbano e a conservação ambiental. Os desafios na rede coletora, por sua vez, exigem abordagens estratégicas para garantir uma gestão eficiente dos resíduos, evitando impactos negativos no meio ambiente. A poluição e o odor dos córregos representam um problema urgente, demandando tratamento adequado para mitigar os impactos ambientais. A falta de manutenção no córrego Pirajuçara evidencia a necessidade de investimentos em infraestrutura e cuidado ambiental. A inexistência de áreas verdes na cidade, com loteamentos que não consideram espaços verdes e ruas estreitas, destaca a importância de incorporar práticas sustentáveis no planejamento urbano. O descarte de lixo proveniente da Favela do Gelo, localizada em São Paulo e Taboão da Serra, evidencia a falta de políticas integradas entre municípios para lidar com essa problemática. A reciclagem é uma preocupação, pois conta com apenas dois ecopontos no centro e a ausência de coleta seletiva em todo o município. Jardim Record/Novo Record necessita de coleta seletiva e lixeiras, que atualmente estão ausentes, evidenciando a necessidade de expandir esses serviços para todas as regiões. As enchentes foram citadas como representantes de um grande problema, especialmente na região de Rodovia Régis Bittencourt, que possui seis pontos de alagamento, evidenciando a necessidade de medidas eficazes para o gerenciamento de águas pluviais. A existência de um Plano de Saneamento genérico é um avanço, mas desafios relacionados a resíduos sólidos, incluindo a questão dos entulhos e a busca por formas de reaproveitamento, requerem uma abordagem mais específica e abrangente. O descarte inadequado de lixo nos córregos, como no Pirajuçara, destaca a importância de conscientização ambiental e fiscalização para evitar práticas prejudiciais ao meio ambiente. A ausência de cestos para descarte de lixo contribui para a poluição visual e para a perpetuação de práticas inadequadas por parte da população.

4. SÍNTESES DA LEITURA

4.1 PONTOS DE DESTAQUE DA LEITURA TÉCNICA:

A partir da Leitura Técnica, foi elaborada uma síntese dos principais desafios para a estruturação urbana e redução das desigualdades no município de Taboão da Serra.

As ações integradas com outros municípios da RMSP, e com órgãos do Estado de São Paulo, serão cada vez mais importantes para se chegar a soluções para questões que afetem o município e a região. A articulação dos municípios para o fortalecimento da Sabesp poderá ser fundamental para a efetivação dos serviços de saneamento, tanto em relação a ampliação do número de ligação na rede, como também aumentar o tratamento de esgotos para reduzir os impactos de poluição nos cursos d'água que percorrem o município.

A integração entre Taboão da Serra e os outros municípios da região sudoeste através da Rodovia Régis Bittencourt, ou mesmo entre municípios da sub-região oeste através do rodoanel e outras conexões devem ser potencializados para situar o município como uma centralidade sub-regional.

Os equipamentos públicos são fundamentais para o desenvolvimento e para a diminuição das desigualdades socioespaciais dentro do município. A descentralização não só dos equipamentos de educação, mas destes atrelados à equipamentos de cultura, esporte e lazer é fundamental para o desenvolvimento equânime de regiões mais carentes do município.

O dinamismo do setor da construção civil na cidade deve ser aproveitado para fortalecer outros setores e descentralizar oportunidades por todas as regiões do município: priorizando a construção de Habitação de Interesse Social e de equipamentos públicos que atendam as áreas mais vulneráveis do município.

A terra urbana, cara e escassa, é um dos entraves para a implementação das políticas habitacionais visando o atendimento e a permanências das famílias de mais baixa renda no município. Os instrumentos urbanísticos devem se valer das experiências anteriores e de outros casos exitosos para aprimorar alternativas de efetivação das políticas habitacionais no município.

A municipalização da Rodovia Régis Bittencourt deverá ser uma alternativa para ampliar a integração dos dois lados de Taboão da Serra segregados por ela, porém devem ser pensadas articulações com os diferentes modais de transporte e essa oportunidade deve ser utilizada para uma redução das desigualdades regionais internas ao município;

Para dinamizar o transporte público é fundamental garantir infraestrutura adequada para modais de mobilidade ativa –, ciclovias integradas ou contínuas e calçadas e passeios adequados, priorizando a ampliação de acessibilidade. Além disso a proposta de tarifa zero deve ser vista como uma forma de universalização do transporte público de qualidade e adequado à realidade municipal.

O poder público deve dar maior ênfase nos desafios de atingir as metas ODS, principalmente naqueles setores que estão com menor representação, tanto nas políticas públicas como no desempenho de indicadores correlatos. A ação poderá ser um bom orientador para fortalecer o protagonismo municipal no tripé econômico, social e ambiental. De forma complementar, o cenário de ampliação dos efeitos e impactos das mudanças climáticas deve ser visto como forma de potencializar e incentivar ações de adaptação e mitigação no território municipal. A utilização de instrumentos incentivadores dessas ações tende a promover a redução de vulnerabilidades e ampliação da resiliência municipal diante de aumento da frequência e da magnitude de eventos extremos.

As questões ambientais foram tratadas, muitas vezes, como residuais ou apenas foco de políticas de controle ambiental no município de Taboão da Serra. O município com a maior densidade populacional do Brasil apresenta carência e distribuição desigual de áreas verdes no território. É necessária uma visão territorial sistêmica para que as questões ambientais estejam relacionadas e integradas aos diferentes sistemas que estruturam o município.

A existência de uma cooperativa de reciclagem estruturada de resíduos domésticos e a política de expansão de ecopontos é um potencial para ampliação da coleta seletiva para todo o município e para a ampliação de outras técnicas sustentáveis relativas ao manejo de resíduos sólidos, visto que ainda há um campo importante de expansão para a redução da geração de resíduos e ampliação de reuso e reciclagem nessas áreas.

A rede hídrica e ambiental pode ser vista como potencial para a integração da infraestrutura verde e azul municipal, e os cursos d'água municipais devem ser vistos como conexões com as áreas verdes no território municipal e não como barreiras ou problemas. Outras técnicas, como a adoção de Soluções baseadas na Natureza, ou Adaptação baseada em Ecossistemas, podem dar sustentação para o fortalecimento de infraestrutura verde para ampliar a resiliência do município. Nesse sentido, o investimento na implantação e transformações de regiões lindeiras aos cursos d'água em parques lineares, demonstra ser uma opção assertiva e com resultados significativos para a sustentabilidade do município.

A elaboração de importantes políticas setoriais, como o Plano Municipal de Habitação e o Plano de Mobilidade Urbana, concomitante à revisão do Plano Diretor deve ser aproveitada como uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável e integrado do município.

4.2 PONTOS DE DESTAQUE DA LEITURA COMUNITÁRIA:

O diagnóstico da realidade de Taboão da Serra revela uma série de desafios cruciais que demandam atenção no processo de elaboração do Plano Diretor da cidade. Dentre os pontos mais críticos, destaca-se a questão da mobilidade e desenvolvimento econômico. Uma análise

aponta que 42% das pessoas na cidade realizam deslocamentos a pé, um percentual consideravelmente superior à média da Região Metropolitana de São Paulo, que gira em torno de 30%. Para lidar com essa realidade, propõe-se a implementação da tarifa zero, uma medida que pode promover a equidade no acesso ao transporte público. Contudo, é crucial ressaltar a inadequação do transporte público às específicas condições das ruas estreitas de Taboão da Serra, indicando a necessidade de ajustes que permitam a circulação eficiente. Além disso, a falta de acessibilidade no transporte público e nas calçadas é um entrave significativo, sendo imperativo que haja integração efetiva com outros modais. Esse aspecto não apenas promove a inclusão, mas também otimiza a mobilidade urbana.

No âmbito habitacional, a problemática das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destaca-se como um ponto central. A abordagem dessas áreas requer políticas específicas que visem atender às demandas habitacionais, garantindo moradia digna e promovendo a inclusão social.

No tocante ao desenvolvimento urbano, a atenção deve ser voltada para as áreas mais pobres, periféricas e vulneráveis. A percepção de que a periferia não recebe a devida assistência clama por medidas que levem mais equipamentos públicos para essas regiões, buscando reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento inclusivo. A zeladoria urbana emerge como um grave problema na visão dos munícipes, demandando aprimoramento na gestão de espaços públicos e na manutenção de infraestruturas urbanas. Esse é um ponto sensível que influencia diretamente na qualidade de vida da população. No que tange ao meio ambiente, é necessário um olhar atento para as áreas verdes, tanto privadas quanto com ocupação irregular. Estratégias para preservar e potencializar esses espaços devem ser implementadas, considerando a importância das áreas verdes para o equilíbrio ambiental e o bem-estar da população. Ademais, a gestão eficiente da reciclagem se apresenta como uma demanda premente, visando a sustentabilidade e a minimização dos impactos ambientais.

5. REFERÊNCIAS

ARSESP; SIMA. Revisão/Atualização de Planos Municipais de Saneamento Básico Específicos dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, dos Municípios regulados e Fiscalizados pela Arsesp: Produto 2. [S. l.: s. n.], 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. 2014 a 2021

CEMADEN. Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais. Dados compartilhados. Ocorrências Hidro Geológicas. 2023

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Qualidade do ar no estado de São Paulo 2022: Série Relatórios. São Paulo: Cetesb - Biblioteca, 2023. 162 p. ISBN 978-65-5577-058-2. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/ar/wp-content/uploads/sites/28/2023/07/Relatorio-de-Qualidade-do-Ar-no-Estado-de-Sao-Paulo-2022.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023

EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – Região Metropolitana de São Paulo. Caderno de Propostas. São Paulo, 2019 In: https://rmsp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/rmsp_docs_pdui_0016_caderno_final_de_propostas.pdf

Fundação SEADE. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS. 2010.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 2000, 2010, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PIB Municipal. 2002 a 2020

IGC - INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Limites Municipais. 2022

IGC - INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Cobertura Vegetal. 2022

IGC - INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. Riscos Ambientais. 2022

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. IDSC – BR Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. In: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana. Região Metropolitana de São Paulo.** Brasília, 2013

IPA - Instituto de Pesquisas Ambientais. Inventário da Cobertura Vegetal Nativa do Estado De São Paulo. São Paulo: IPA, 2022. 238 p. ISBN 978-65-996417-2-5.

METRÔ - Companhia do Metropolitano de São Paulo. Pesquisa Origem e Destino. 2017

PMTS. Dados Cadastrais do IPTU. Levantamento de 2023

PMTS, Diversas Secretarias. Levantamento de Equipamentos Públicos. 2023

PMTS, SDUHMA. Alvarás emitidos de 1964 a 2023

PMTS, SDUHMA. Levantamento de Assentamentos precários. 2023

PMTS, SDUHMA. Plano Municipal de Habitação. Taboão da Serra. 2009

PMTS, SDUHMA. Linhas de Transporte Público. 2023

PMTS, SDUHMA. Hierarquização do sistema viário. 2023

PMTS, SDUHMA. Levantamento de áreas verdes municipais. 2023

PMTS. Secretaria de Assistência Social. CadÚnico. Levantamento de 2019 a 2023

PMTS; PPA. RELATÓRIO ANALÍTICO DE ALINHAMENTO DOS ODS AOS PROGRAMAS COMPONENTES DO PPA 2022/2025 DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA. São Paulo: PMTS, 2021. 30 p.

SÃO PAULO (Estado). Lei Complementar Nº 760, de 01 de Agosto de 1994. *Estabelece diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo*. São Paulo. 1994

SILVA, Enid Rocha Andrade da. (2015) **Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os desafios da nação**. IPEA. Desafios da Nação. Capítulo 35. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4441430/mod_resource/content/1/Silva_2015_Os%20objetivos%20do%20Desenvolvimento%20Sustentavel%20e%20Desafios%20da%20Nacao.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo. NOTA TÉCNICA SOBRE AS CARTAS SÍNTESE PARA O ESTADO DE SÃO PAULO. ZEE – SP. São Paulo, 2021. In: https://smastr16.blob.core.windows.net/consema/sites/15/2022/08/c2_notatecnica_cartas sintese consema.pdf.

TABOÃO DA SERRA. Decreto Nº 80, de 21 de Maio de 2010. REGULAMENTA A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 131 A 136 DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA. Taboão da Serra, 2010

TABOÃO DA SERRA. Decreto Nº 31, de 08 de março de 2021. Dispõe sobre: institui Grupo de Trabalho Intersecretarial para a Municipalização BR-116 (GTI - BR-116) para estudo e planejamento das ações necessárias à municipalização do trecho rodoviário da BR-116 - Régis Bittencourt. Taboão da Serra, 2021.

TABOÃO DA SERRA. Decreto Nº 77, DE 14 DE MAIO DE 2021. Regulamenta os artigos 37 a 39 da Lei Complementar nº 132, de 26/12/2006, que instituiu o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - FUNDURB, e dá outras providências. Taboão da Serra, 2021

TABOÃO DA SERRA. Decreto Nº 36, DE 25 DE MARÇO DE 2022. Regulamenta o Artigo 148 da LEI COMPLEMENTAR Nº 132 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006, que institui o Plano Diretor Participativo e o Sistema de Planejamento Integrado e gestão participativa do Município de Taboão da Serra, criando o Programa Municipal de Assistência Técnica a Habitação de Interesse Social. Taboão da Serra, 2022

TABOÃO DA SERRA. Lei Complementar Nº 132 de 26 de dezembro de 2006. DISPÕE SOBRE: "INSTITUI O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO INTEGRADO E GESTÃO PARTICIPATIVA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 182 E 183 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DO CAPÍTULO III DA LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 - ESTATUTO DA CIDADE - E DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA". Taboão da Serra, 2006.

TABOÃO DA SERRA. Lei Complementar Nº 290 de 27 de dezembro de 2012. REVISÃO A LEI COMPLEMENTAR Nº 132/2006 - PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Taboão da Serra, 2012

TABOÃO DA SERRA. Lei Complementar Nº 361 de 11 de julho de 2019. DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO PARCIAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 132/2006, DE 26/12/2006 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. QUE TRATA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA. Taboão da Serra, 2019